

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
POLÍTICA**

**Nathália Henrich**

**AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS NO  
PENSAMENTO POLÍTICO DO BARÃO DO RIO BRANCO**

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Silva

**Florianópolis  
2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
POLÍTICA**

**Nathália Henrich**

**AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS NO  
PENSAMENTO POLÍTICO DO BARÃO DO RIO BRANCO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política em 03 de dezembro de 2010.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Silva

**Florianópolis 03 de dezembro de 2010**

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade  
Federal de Santa Catarina

H518r Henrich, Nathália

As relações Brasil-Estados Unidos no pensamento político do  
Barão do Rio Branco [dissertação] / Nathália Henrich ;  
orientador, Ricardo Silva. - Florianópolis, SC : 2010. 145 p.: il.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política.

Inclui referências

1. Sociologia. 2. Americanismos. 3. Relações exteriores.

I. Silva, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

III. Título.

CDU 316

**“As relações Brasil-Estados Unidos no pensamento político do  
Barão do Rio Branco”**

**Nathália Henrich**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua  
forma final pelo Orientador e pelos demais  
membros da Banca Examinadora, composta  
pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Ricardo Silva - Orientador

Prof. Dr. Tiago Losso - Membro

Prof. Dr. Christian Lynch - Membro

Prof. Dr. Ricardo Silva - Coordenador

FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA),  
03 DE DEZEMBRO DE 2010.



**Para minha mãe, com todo amor e com a certeza  
de nunca poder agradecer o suficiente.**





## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho jamais teria sido possível sem, antes de tudo, o incentivo e o carinho da minha mãe Dóris. Sem o seu apoio constante, não teria me lançado a mais esta etapa da aventura da vida acadêmica, nem teria sobrevivido a ela. Ainda não foi inventada a palavra que dimensiona meu amor por ti, mãezinha, obrigada, de novo e de novo. Também devo agradecimentos a minha família, meus tios Jean e Aida, minha vó do coração Diva e minha afilhada Laura, pelo carinho, pela impressora, pelas incontáveis folhas de papel e por todas as refeições durante o processo. Às minhas amigas da vida inteira, Fernanda Müller, Mariana dos Santos, Flávia Romariz, Ariane Debastiani e Júlia Koefender, que de diferentes partes do mundo me presenteiam com sua amizade e incentivo. Aos amigos feitos no “outro lado do charco” e que estão presentes sempre, os “Maestros” Verónica Alvarez, Isabel Inguanzo, Luis Melián, Ilka Tremínio, Gibbran Montero, Karol Caldera e Alejandro Belmonte, obrigada pelas lições de espanhol e suas variações, de ciência política dura, por me lerem inteligentemente e por me fazerem acreditar que era possível chegar ao fim desta empreitada. Yes, we could! Não seria justo deixar de registrar a participação importante de minha co-autora e companheira nas longas madrugadas, Audrey.

Agradeço profundamente a CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa que permitiu dedicar-me exclusivamente à realização do mestrado. Claro, devo meu muito obrigado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina e um agradecimento especial a Albertina e Fátima pela presteza de sempre em atender meus – muitos – pedidos. Aos professores do programa, que foram fundamentais na minha formação, muitos presentes desde a graduação, que me ensinaram e inspiraram a trilhar o caminho nem sempre fácil da pesquisa, especialmente o Prof. Dr. Ary Minella, que me orientou anos atrás na Iniciação Científica e recentemente na realização do estágio docência. Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Silva por acreditar no projeto desde o começo, pela competência na condução da orientação, pelo incentivo e, mais que tudo, pelo exemplo. Ao Prof. Dr. Yan Carreirão e ao Prof. Dr. Hector Leis, obrigado pela participação na banca de qualificação do projeto, pelas sugestões e críticas. Aos meus colegas de mestrado, que proporcionaram um ambiente rico e com sua companhia amenizaram tantas horas complicadas, de angústias e

dúvidas metodológicas e existenciais especialmente os queridos colegas Denise Nunes, Verônica Korber e Rodrigo Nippes. Obrigada aos colegas membros do NEPP – Núcleo de Estudos sobre o Pensamento Político pelas discussões inspiradoras. Agradeço também aos meus anfitriões no Rio de Janeiro, Renata Sessin e Leonardo Bruno, pela acolhida e por me mostrarem as belezas da Cidade Maravilhosa. Ainda no Rio, meu obrigado aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty na pessoa de Rosilene Rigas, pela atenção, pela ajuda para decifrar as caligrafias complicadas e pelas muitas luvas e máscaras que me deram. E agradeço a José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. Afinal, sem ele não haveria trabalho algum.

“Sobre qualquer assunto brasileiro, o Barão do Rio Branco tem sempre, em alguma gaveta, a última palavra”

Eduardo Prado

“O estudo da história nacional é ocupação das mais gratas e tão absorvente para os que por ele se apaixonam, que, às vezes, uma vida inteira se passa, [...] em reunir elementos para trabalhos em conjunto, que nem sempre nos julgamos bastante preparados para empreender resolutamente ou cuja execução adiamos seduzidos pelo desejo de novas, mais amplas e contínuas pesquisas. Mas durante essa longa, prolixa e paciente preparação, em que as descobertas pessoais se multiplicam, enchendo de encanto o pesquisador, durante o minucioso inquérito a que procedemos sobre os nossos antecedentes sociais e políticos, vai-se formando em nós, primeiro obscuramente e depois com evidência e autoridade irrecusáveis, a convicção da grandeza dos nossos destinos no hemisfério americano.”

Barão do Rio Branco



## RESUMO

A pesquisa procurou apresentar e analisar o pensamento político do Barão do Rio Branco no período de 1902 a 1912 no que concerne às relações entre Brasil e Estados Unidos. Os objetivos específicos definidos foram, ainda, identificar quais eram as ideias norteadoras da política externa brasileira desenvolvida por Rio Branco e como se formaram; reconstituir o debate da época e as diferentes posições acerca do tema das relações Brasil – Estados Unidos, através da seleção de autores-chave do período e análise de sua correspondência com Rio Branco; apontar posicionamentos do Brasil em situações específicas em alguns dos principais eventos envolvendo os dois países, como a implantação da Embaixada brasileira em Washington em 1905, a III Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro em 1906 e a Conferência de Haia em 1907. Como parte da preocupação de promover um estudo das ideias políticas de maneira historicamente orientada e com uma abordagem contextual, buscou - se estudar as ideias de Rio Branco em seu contexto histórico e sociológico. Para dar conta dos objetivos arrolados foi feito uso de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica contou principalmente com a coleta de dados secundários. A pesquisa documental foi realizada no Arquivo Histórico do Itamaraty, onde foi analisada a correspondência de Rio Branco com autores-chave para o tema da americanização das relações exteriores do Brasil. Como parte do esforço de contextualização do pensamento político do Barão do Rio Branco foi dada especial atenção a charges e caricaturas publicadas em revistas da época, por desempenharem função social e política, mais além de mera representação gráfica, as charges foram consideradas uma fonte histórica importante. Conclui-se que apesar de sua formação europeia, o Barão do Rio Branco como ministro tomou atitudes na condução da política externa brasileira que demonstram que sua visão pragmática do mundo e das relações internacionais foi mais forte do que suas simpatias pessoais. Assim, ele foi capaz de reconhecer a mudança que estava ocorrendo no sistema de poder internacional e deslocou o eixo diplomático do Brasil para a direção de Washington, sem que isso, no entanto, significasse total alinhamento com os Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Barão do Rio Branco, relações Brasil-Estados Unidos, americanismo.



## **ABSTRACT**

The research intended to present and analyze the political thought of the Baron of Rio Branco in the period from 1902 to 1912 in what concerns the relationship between Brazil and the United States. The specific objectives were defined as, to identify what were the guiding ideas of Brazilian foreign policy developed by Rio Branco and how were they formed, to reconstruct the debate and the different positions on the subject of the Brazil - United States relations, through the selection of key authors of the period and the analysis of their correspondence with Rio Branco, Brazil's point placements in specific situations in some of the major events involving the two countries, such as the creation of the Brazilian Embassy in Washington in 1905, the Third International American Conference in Rio de Janeiro in 1906, and the Hague Conference in 1907. As part of the concern to promote a historically oriented study of political ideas through a contextual approach, we sought to study the ideas of Rio Branco in its historical and sociological context. To accomplish the goals enrolled, it was made use of bibliographic and documentary research. The literature relies mostly on secondary data collection. The desk research was conducted in the Historical Archive of the Foreign Ministry, where we analyzed the correlation of Rio Branco with key authors for the issue of Americanization of the foreign relations of Brazil. As part of contextualization of the political thought of the Baron of Rio Branco, was given particular attention to cartoons and caricatures published in magazines of the time, from their social and political function, beyond mere imaging, the cartoons were considered an important historical source . We conclude that despite his training in Europe, the Baron of Rio Branco as minister took measures concerning Brazilian foreign policy that showed that his pragmatic vision of the world and international relations was stronger than his personal sympathies. Thus he was able to recognize the change that was occurring in the international power system and shifted the diplomatic axis of Brazil to the direction of Washington, however, that have not meant total alignment with the United States.

**Keywords:** Baron of Rio Branco, Brazil-United States relations, Americanism.





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2 AS BIOGRAFIAS E O MITO.....</b>	<b>37</b>
2.1 Versões da mesma história.....	38
2.2 Uma breve biografia .....	46
2.2.1 Juca Paranhos .....	46
2.2.2 O Barão do Rio Branco.....	57
<b>3 A VOLTA AO BRASIL.....</b>	<b>67</b>
3.2 A Era Rio Branco.....	83
3.1.2 O debate sobre a “americanização” da política externa brasileira .....	89
<b>4 A AMERICANIZAÇÃO NA PRÁTICA.....</b>	<b>101</b>
4.1 A criação da Embaixada em Washington .....	101
4.2 A III Conferência Internacional Americana e a visita do Secretário de Estado norte-americano.....	113
4.3 A II Conferência da Paz de Haia.....	116
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>131</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>135</b>
6.1 Obras de referência .....	135
6.2 Obras citadas.....	136
<b>ANEXO A - Telegrama de Joaquim Nabuco para Rio Branco.     30/07/1902. ....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXO B - Artigo O perigo Americano, <i>Revista Fon-Fon!</i> .....</b>	<b>145</b>



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> O enterro do Barão .....	23
<b>Figura 2:</b> Capa da Revista Careta .....	24
<b>Figura 3:</b> Defesa do território .....	24
<b>Figura 4:</b> Homenagens populares .....	25
<b>Figura 5:</b> A Questão do Acre .....	26
<b>Figura 6:</b> No banquete de Petrópolis .....	26
<b>Figura 7:</b> Assinatura de Rio Branco .....	58
<b>Figura 8:</b> Tratado de Montevideo.....	63
<b>Figura 9:</b> Bom senso.....	64
<b>Figura 10:</b> Rio Branco recebendo a Pasta do Exterior do Ministro J.J. Seabra .....	68
<b>Figura 11:</b> Bismarck ao leme .....	70
<b>Figura 12:</b> Consulta a Rui Barbosa. ....	71
<b>Figura 13:</b> Pairando sobre a disputa .....	73
<b>Figura 14:</b> Nova maturidade.....	74
<b>Figura 15:</b> O Barão e o Congresso .....	75
<b>Figura 16:</b> Conselhos.....	77
<b>Figura 17:</b> O gastador.....	78
<b>Figura 18:</b> Guerra Vaccino-obrigatezza! .....	79
<b>Figura 19:</b> A brigada do entusiasmo .....	80
<b>Figura 20:</b> Hóspedes.....	81
<b>Figura 21:</b> Os distintivos .....	82
<b>Figura 22:</b> Novos triumphos.....	83
<b>Figura 23:</b> Quadros para a história .....	85
<b>Figura 24:</b> Vizinha tarasca .....	87
<b>Figura 25:</b> O que se vê no horizonte .....	89
<b>Figura 26:</b> A posteridade é nossa .....	110

<b>Figura 27:</b> O amplexo .....	119
<b>Figura 28:</b> O barão em actividade .....	122
<b>Figura 29:</b> O eterno Zebrallos .....	122
<b>Figura 30:</b> Nas palminhas .....	123
<b>Figura 31:</b> Dois amigos .....	126
<b>Figura 32:</b> A grande Armada .....	127
<b>Figura 33:</b> Despedida .....	128

# 1 INTRODUÇÃO

---

O Barão do Rio Branco é uma das figuras históricas brasileiras mais conhecidas e louvadas. Ele foi o único Ministro de Estado do país a permanecer no governo por quatro mandatos presidenciais<sup>1</sup>, durante um período de quase dez anos ininterruptos. Rio Branco personificava o novo Brasil, republicano e moderno, e não media esforços para exportar esta imagem, projetada por ele nos seus mínimos detalhes. Desde a organização interna, o cerimonial e o protocolo até a fachada do Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, tudo foi reformado seguindo as diretrizes do Ministro que queria posicionar o Brasil entre as grandes nações civilizadas. Além de seus feitos diplomáticos, como a consolidação das fronteiras e a nova feição dada à inserção internacional do Brasil, que lhe garantiram prestígio interno e externo, o Barão tornou-se uma figura extremamente popular no país e atuou como um importante elemento de fomento ao nacionalismo.

Longe dos gabinetes e das conferências internacionais, Rio Branco foi tema de músicas<sup>2</sup> e até de um filme<sup>3</sup>. Ele empresta ainda seu nome para ruas, avenidas, praças e escolas espalhadas pelo país, além de uma cidade. A capital do Acre, território incorporado ao Brasil graças a sua atuação como advogado da causa brasileira contra a Bolívia também se chama Rio Branco. Além disso, teve sua imagem estampada como efígie das cédulas de 5000 réis (a de mais alta quantia em seu tempo) e de 1000 cruzeiros. “Um barão” acabou se cristalizando como sinônimo de mil cruzeiros, expressão utilizada até os dias atuais, mesmo com a

---

<sup>1</sup> De 1902 a 1912 participou dos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.

<sup>2</sup> Música composta por ocasião da morte de Rio Branco em 1912: “O Brasil inteiro chora/De luto está o pavilhão/Com a morte inesperada/Do eminente barão. Dorme, meu grande Rio Branco/O sono da eternidade/Que tu foste da tua Pátria/O herói da liberdade A morte do Rio Branco/Não foi só para os brasileiro/Foi sentida no universo/E choram os estrangeiros Dorme, meu grande Rio Branco... O Barão do Rio Branco/Homem sempre imorta/Conquistou mais territórios/Para a bandeira nacional Dorme, meu grande Rio Branco...Todo brasileiro honrado/Os olhos enche de pranto/Quando tem recordação/Do nome do Rio Branco Dorme, meu grande Rio Branco...” Disponível em: <[http://www.franklinmartins.com.br/som\\_na\\_caixa\\_gravacao.php?titulo=a-morte-do-barao-do-rio-branco#](http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=a-morte-do-barao-do-rio-branco#)>. Acesso em: 3 dez. 2007.

<sup>3</sup> A vida do barão do Rio Branco, do Diretor Alberto Botelho e escrito por José do Patrocínio Filho, foi lançado em 13 de Maio de 1912. Mais informações disponíveis em: <<http://www.imdb.com/title/tt0186675/>>. Acesso em: 3 dez 2007.

troca da moeda. Ainda hoje Rio Branco aparece nas moedas de cinquenta centavos.

A Avenida Rio Branco, uma das principais do Rio de Janeiro e símbolo da Reforma Pereira Passos, que visava modernizar a capital, foi rebatizada com seu nome no mesmo mês do seu falecimento, em 1912. O Barão foi inclusive o personagem principal de um fato curioso e inédito ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, e que dá ideia da importância de sua figura naquele momento. O ano de sua morte foi o único da história em que o Rio teve dois carnavais. Seu falecimento ocorreu em 12 de fevereiro e, em respeito a ele, a festa oficial sofreu uma alteração e foi adiada. Nem todos obedeceram ao adiamento e o resultado final é que a cidade teve dois carnavais, o que o fez tema de uma marchinha que ficou famosa<sup>4</sup>: “Com a morte do Barão / Tivemos dois carnavá / Ai que bom, ai que gostoso! / Se morresse o marechá”.

Nem só de manifestações bem humoradas foi feita a ocasião. O enterro foi um evento sem precedentes no Brasil. Carvalho (1995, p. 277) estima em 300.000 pessoas o público que acudiu, além da presença do Chefe de Estado, de todo o Ministério e do Corpo Diplomático. Tendo em vista a população de 1.266.481<sup>5</sup> pessoas do estado do Rio de Janeiro, ainda que haja uma margem de erro considerável para o público presente, o comparecimento massivo da população ao funeral dá uma mostra da popularidade de Rio Branco, como mostra a Figura 1. A comoção alcançou também a imprensa. A *Revista Fon-Fon!*, de 17 de fevereiro de 1912, dedicou um suplemento especial<sup>6</sup> de 16 páginas a Rio Branco, que acompanhava a edição de carnaval; a *Careta*<sup>7</sup> do mesmo dia, destinou 22 das suas 51 páginas a uma homenagem e cobertura do funeral.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/index.php?art=3102&bd=1&pg=1>>. Acesso em: 14 mai. 2008.

<sup>5</sup> Segundo dados por estado do censo de 1910, disponíveis em: <[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_pdf/populacao/1908\\_12/populacao1908\\_12v1\\_076\\_a\\_077.pdf](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_076_a_077.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2010.

<sup>6</sup> Um comunicado na Revista esclarece que, dada a dúvida se haveria ou não carnaval, foi lançado o tradicional número de carnaval e acrescentou-se um suplemento especialmente dedicado a Rio Branco, que pode ser acessado na íntegra em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/fonfon/fonfon\\_1912/fonfon\\_1912\\_007.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1912/fonfon_1912_007.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2008.

<sup>7</sup> A edição da Revista *Careta* pode ser acessada em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/careta/careta\\_1912/careta\\_1912\\_194.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1912/careta_1912_194.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2008.

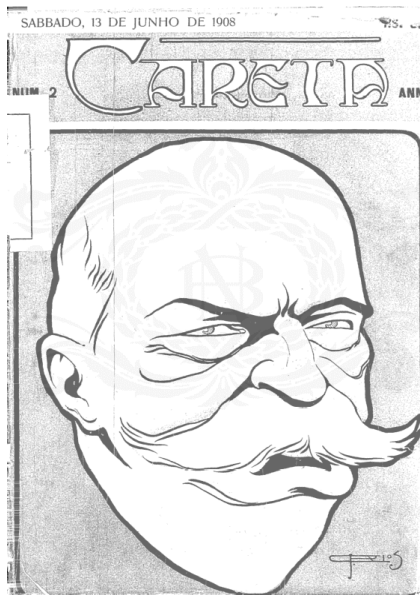


**Figura 1:** O enterro do Barão

Fonte: *Revista Fon-Fon!*, 17/02/1912. Biblioteca Nacional.

Em vida, Rio Branco também ocupou bastante espaço na imprensa. Foi, no seu tempo, das figuras mais representadas em caricaturas e charges de jornais e revistas, no mesmo patamar de D. Pedro II e, posteriormente, Getúlio Vargas. Lima (1963, p. 293) chega a afirmar que ele foi “o homem de governo do qual mais se ocupou em todos os tempos a caricatura no Brasil”. Este tipo de manifestação foi utilizada pela imprensa com fins diversos, para aplaudir, homenagear, criticar ou apenas fazer graça.

A Figura 2 mostra o Barão na capa da *Revista Careta*, já no segundo número da publicação, uma prova da importância de que gozava à época.



**Figura 2:** Capa da Revista Careta, por J. Carlos

Fonte: *Careta*, 13/06/1908. Biblioteca Nacional.

Na Figura 3, ele aparece como o ‘marco’ que demarcava as fronteiras nacionais, em uma postura inflexível, dando a impressão de força e remetendo à ideia de invulnerabilidade do território.



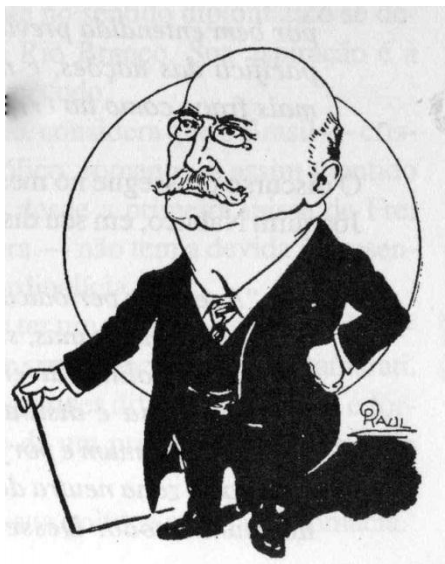
O ‘marco’ das nossas fronteiras

**Figura 3:** Defesa do território, por K. Lixto

Fonte: *Fon-Fon!*, 24/02/1912 em LIMA, 1963, p. 307.



A Figura 4 traz a homenagem do cartunista Raul pelo aniversário do ministro, em 1909. É interessante notar que o artista assina os versos como ‘nós todos’, demonstrando o seu alto nível de aprovação.



Justo é que desde agora o lápis pinte  
E aplauda a festa que se concebeu  
Em honra a quem nasceu no dia vinte  
E deu no vinte desde que nasceu  
Nós todos.

**Figura 4:** Homenagens populares, por Raul

Fonte: Revista da Semana, 20/05/1909 em CARVALHO, 1995, p. 215.

A Figura 5 apresenta a difícil situação que o ministro enfrentava à época da Questão do Acre. Tentando equilibrar o peso do exército e do Acre, a legenda mostra Rio Branco pedindo a ajuda de Rui Barbosa para resolver o problema.



O Barão: Seu Rui, acuda!

**Figura 5:** A Questão do Acre, por Crispim do Amaral

Fonte: *A Avenida*, 22/08/1903 em LIMA, 1963, p. 300.

Finalmente, a Figura 6 mostra um dos motes preferidos e mais recorrentes dos cartunistas para fazer humor: o físico do Barão.



O Barão contempla o repucho, fica esquerdo mas aguenta o repucho.

**Figura 6:** No banquete de Petrópolis, por Klixto

Fonte: *Fon-Fon!*, 14/03/1908. Biblioteca Nacional.

No âmbito diplomático, Rio Branco é ainda mais cultuado e tornou-se um verdadeiro mito fundador, sendo nomeado o patrono da diplomacia brasileira. Almeida (1996, p.1) afirma que “o Barão do Rio Branco é, incontestavelmente, um dos *founding Fathers* da moderna diplomacia nacional”. O Instituto que forma os diplomatas do país leva seu nome justamente porque, segundo o *site* oficial do Instituto: “o Barão do Rio Branco personaliza a tradição de excelência dos serviços prestados ao país pelo Ministério das Relações Exteriores”<sup>8</sup>. Na data de seu aniversário (20 de abril) é comemorado no país o dia do diplomata, quando em cerimônia são entregues as insígnias da Ordem de Rio Branco, uma das mais altas condecorações concedidas pela República àqueles que “por qualquer motivo ou benemerência, se tenham tornado merecedores do reconhecimento do Governo”<sup>9</sup>. E ainda hoje, na abertura das reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, do qual o Barão foi sócio durante 45 anos e presidente de 1907 a 1912, os trabalhos são iniciados apenas após a leitura das Efemérides Brasileiras<sup>10</sup> (GARCIA, 1999).

Entretanto, a despeito de tamanha importância histórica e política, o Barão do Rio Branco foi alvo de poucos estudos acadêmicos que tivessem preocupação em fazer uma análise distanciada e embasada de sua vida e obra. Abundam, por certo, biografias, quase todas exaltando seus feitos e sua personalidade, contribuindo para a mitificação de Rio Branco. Mas, em sua maioria estão longe de constituir estudos comprometidos com a busca de uma dimensão real das contribuições e do papel desempenhado por ele para o Brasil.

Neste sentido, este trabalho objetiva contribuir para suprir esta lacuna ao trazer à luz um dos temas mais importantes dentro da atuação política de Rio Branco, a saber, a questão da aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Esta reorientação da política externa brasileira promovida pelo Ministro foi uma das marcas da sua administração e gerou um intenso debate, razão pela qual foi eleito entre tantos outros temas que poderiam ser trabalhados. O tema permite problematizar a imagem de unanimidade atrelada a Rio Branco e fornece elementos para

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.irbr.mre.gov.br/barao/barao.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

<sup>9</sup> “A Ordem de Rio Branco foi instituída pelo Presidente João Goulart, no Decreto n.º 51.697, de 5 de fevereiro de 1963”. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ORDRIOBRANCO>>. Acesso em: 25 nov. 2007.

<sup>10</sup> Obra em que o Barão do Rio Branco apresenta a cada dia do ano um importante acontecimento histórico do Brasil, a partir de 1891 é publicada através de artigos no *Jornal do Brasil*, depois transformada em livro.

construção de um panorama para análise do seu pensamento político, a partir de temas como sua ideia de Brasil, soberania, inserção internacional, resolução de conflitos, segurança e ordem internacional, americanismo, monroísmo, defesa nacional e militarismo, entre outras.

Uma das preocupações do trabalho é a reconstituição o mais fiel possível dos debates em torno do tema das relações Brasil-Estados Unidos, a fim de demonstrar que várias posições tomadas pelo então Ministro das Relações Exteriores, foram, sim, alvo de críticas e geraram polêmicas. Desse modo, a realização deste trabalho justifica-se justamente por representar uma tentativa de análise livre de ufanismos e pré-noções, comprometida com o rigor histórico e metodológico, de uma personagem fundamental para a afirmação do Brasil como ator no plano externo e para a construção de sua imagem internacional. Uma das marcas de sua gestão foi a consolidação das relações do Brasil com os Estados Unidos, que é o tópico que este trabalho propõe-se a analisar mais detidamente. A aproximação com Washington realizada por Rio Branco consolidou o padrão que seria seguido por seus sucessores nas relações com os Estados Unidos ao longo do século XX. Pode-se afirmar que esta foi a vertente norteadora da política externa brasileira neste século e daí seu significado fundamental<sup>11</sup>.

A hipótese inicial que norteia a pesquisa é a de que as diretrizes da política externa na chamada Era Rio Branco (1902-1912) para as relações entre Brasil e Estados Unidos foram afetadas pelas visões de mundo, formação e trajetória político-intelectual de Rio Branco, porém, não foram determinantes da sua conduta à frente do Ministério das Relações Exteriores. Apesar de sua sólida formação europeísta, Rio Branco era também um pragmático que reconhecia as mudanças ocorridas na geopolítica mundial e suas ações consistiam em uma tentativa de equilibrar simpatias e aspirações pessoais com o aguçado sentido da realidade que possuía. Trabalha-se ainda com a ideia de que as posições tomadas pelo Ministro não deixaram de ser contestadas e foram influenciadas pelo debate gerado no contexto histórico e intelectual do qual fazia parte.

O objetivo geral da pesquisa é apresentar e analisar o pensamento político do Barão do Rio Branco no período de 1902 a 1912 no que concerne às relações entre Brasil e Estados Unidos. Os objetivos específicos definidos são, ainda, identificar quais eram as ideias norteadoras da política externa brasileira desenvolvida por Rio Branco;

---

<sup>11</sup> Para mais análises sobre o legado do Barão do Rio Branco para a diplomacia brasileira e para as relações Brasil-Estados Unidos ver ALMEIDA, 1996; LIMA, 2006; GANZERT, 1942.

reconstituir o debate da época e as diferentes posições acerca do tema das relações Brasil – Estados Unidos através da seleção de autores-chave do período e análise de sua correspondência com Rio Branco; apontar posicionamentos do Brasil em situações específicas em alguns dos principais eventos envolvendo os dois países, ressaltando a atuação/orientação do Barão na circunstância, como a implantação da Embaixada brasileira em Washington em 1905, a III Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro em 1906 e a Conferência de Haia em 1907.

Apesar do tema abordado, a perspectiva adotada para a pesquisa não pode ser considerada como a tradicionalmente identificada com a das Relações Internacionais, como disciplina preocupada com o estudo da política externa brasileira, nem da história diplomática ou mesmo da história das relações internacionais do Brasil. O foco do trabalho é o estudo do pensamento político do Barão do Rio Branco e como o tema das relações Brasil-Estados Unidos aparece inserido neste.

Como parte da preocupação de promover um estudo das ideias políticas de maneira historicamente orientada e com uma abordagem contextual, busca - se estudar as ideias em seu contexto sociológico, do qual o contexto intelectual é parte constitutiva, de forma a tentar retornar a este contexto intelectual no qual as obras são escritas e onde o debate entre o autor estudado e seus contemporâneos tem lugar. Neste sentido, há uma aproximação com postulados do Contextualismo Lingüístico, também conhecido como Escola de Cambridge de história do pensamento político, da qual autores como John Dunn, J.G.A. Pocock e Quentin Skinner são expoentes.

O pressuposto básico desta Escola foi o de rechaçar as interpretações meramente filosóficas das ideias políticas, expresso na máxima de Peter Laslett (1956, p.vii *apud* SILVA, 2010, p.3): “a filosofia política esta morta”. Segundo Silva (2010, p.5), o próprio Laslett, em sua introdução da célebre edição de *Dois Tratados sobre o governo* (1960, p.4 *apud* SILVA 2010, p.3), de John Locke, já apontava para um procedimento contextualista, ao afirmar que “nosso primeiro propósito deve ser um modesto exercício de historiador – estabelecer os textos de Locke como ele gostaria que fossem lidos, fixá-los em seu contexto histórico, no próprio contexto de Locke”. De fato, ao longo da década de 50 a abordagem contextualista já foi colocada em prática, porém, foi apenas a partir da década seguinte que surgiram as contribuições mais explícitas de suas formulações teóricas e metodológicas. John Pocock publicou em 1962 o artigo *The history of political thought: a methodological enquiry*, no qual denuncia a

tendência de transformação da história do pensamento político em filosofia e aponta para a necessidade de resgate da história do pensamento político. Em 1968, John Dunn retoma esta preocupação em *The identity of the history of ideas* (republicado em 1980), onde expressa sua visão sobre o pensamento político. Este, para Dunn, constitui uma ação linguística contextualizada, ou seja, ocorre em um contexto que simultaneamente “restringe e capacita a ação dos indivíduos”, daí a necessidade de reconstituição do contexto linguístico ser considerado um desdobramento lógico de seu ponto de partida teórico-metodológico. (SILVA, 2010, p.4).

Foi, entretanto, Quentin Skinner quem deu a maior contribuição para a sistematização da metodologia do que é genericamente<sup>12</sup> chamado de Escola de Cambridge. Em 1966, em *The limits of historical explanation*, o autor já começava a criticar um dos alvos de estudo preferido dos historiadores de Cambridge: as grandes ideias e autores, tomados de forma desvinculada de seus contextos e partindo da suposição de uma coerência interna inerente e permanente, bem como repudiava a construção de narrativas que explicavam as “grandes ideias” destes “grandes autores” pela influência recebida de outras “grandes ideias” de outros “grandes autores”. (SILVA, 2010, p.5).

Em trabalho posterior, *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969), Skinner foi ainda mais incisivo no tom de suas críticas às diferentes abordagens da história das ideias, com o claro intuito de refutá-las. O “textualismo” foi a abordagem mais fortemente atacada, especialmente na sua ideia central, de que o texto teria autonomia em relação ao contexto em que é produzido, o que embasaria o pressuposto de que determinados textos, os “grandes”, teriam um conteúdo atemporal e este sim seria digno do interesse histórico. Assim, o “textualismo” levaria mais a criação de mitologias do que de história propriamente dita. Skinner demonstra-se radicalmente contra esta postura e procura um outro caminho em *As fundações do pensamento político moderno* para apresentar um quadro geral dos principais textos do pensamento político entre o fim da Idade Média e o início da Era Moderna. No prefácio da obra, Skinner (1996, p.10) adverte para a divergência de seu método e aquele da história das ideias tradicional e declara sua disposição em romper com os trabalhos anteriores que realizaram esta tarefa a partir essencialmente do exame dos “textos clássicos”. Ao contrário, ele procura “não se concentrar tão

---

<sup>12</sup> Não cabe aqui explorar as diferenças importantes entre os autores mencionados, fica apenas a ressalva de que nem sempre suas ideias podem ser tomadas como um todo homogêneo.

exclusivamente nos maiores teóricos, preferindo enfocar a matriz mais ampla, social e intelectual, de que nasceram suas obras.” Isto porque considera:

Igualmente essencial levar em conta o contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos – o contexto das obras anteriores e dos axiomas herdados a propósito da sociedade política, bem como o contexto das contribuições mais efêmeras da mesma época ao pensamento social e político. (1996, p.10-11).

Dada a natureza do seu objeto, esta pesquisa encontra respaldo na abordagem contextualista, ao buscar analisar de forma historicamente orientada as ideias políticas do Barão do Rio Branco. Embora tenha sido uma figura histórica importante para o Brasil, Rio Branco não costuma ser considerado um “pensador político” no sentido mais estrito do termo, mas um hábil homem de Estado, um historiador dedicado e um negociador infalível. Mais do que tudo sua obra política - e seu significado - foi mitificada e entendida como portadora da tal “infalível coerência interna” de que trata Skinner. A análise realizada das obras biográficas sobre Rio Branco representa um claro exemplo de como foi ocorrendo a construção do “mito do Barão” em diferentes contextos e, inclusive com objetivos distintos, mas com o mesmo resultado final, o de apresentar um personagem dotado de perfeita coerência em seus pensamentos e atos, predestinado desde a tenra infância a trilhar um caminho fadado ao sucesso, sem dúvidas, sem hesitações e, acima de tudo, sem falhas de qualquer natureza. Este esforço de “criação” aparece especialmente quando os autores omitem deliberadamente passagens não tão lisonjeiras da vida do biografado ou tentam dar-lhes interpretações distorcidas, porém favoráveis e condizentes com a imagem que está sendo forjada. Este é, por exemplo, o caso da sua relação e posterior casamento com uma atriz, obviamente mal recebido na época e condenado por sua família, simplesmente ignorado em várias biografias consultadas<sup>13</sup>.

É na tentativa de questionar essa interpretação do senso comum e de algumas obras, que atribuem a Rio Branco o *status* de um “dos grandes” (seja político, pensador ou historiador) e conferir-lhe esta aura de infalibilidade, que se pretende nortear a pesquisa. Também a partir da

---

<sup>13</sup> Para uma análise de algumas das biografias sobre o Barão do Rio Branco, ver HENRICH, 2008.

reconstituição contextual será possível apreender as influências sobre a obra de Rio Branco. Teria sido ele realmente um mero continuador da política externa do Império, tão marcada pela atuação de seu pai? Então como se explica a ruptura brutal com o esquema adotado até então, de relações preferenciais com a Europa, em detrimento da aproximação com uma potência nascente e sem os mesmos laços histórico-culturais compartilhados, como era o caso dos Estados Unidos? Para tratar deste tema, e ainda seguindo Skinner, buscar-se-á a mobilização daqueles “autores menores”, mas que estavam inseridos no debate da época de forma relevante, podendo inclusive ter tido sua importância reduzida apenas com o passar do tempo (inclusive por fatores alheios a sua genuína contribuição para o debate intelectual com seus contemporâneos). A importância da reconstituição do debate e identificação das posições mais relevantes adotadas sobre este assunto está no suporte que significa para o entendimento da motivação de Rio Branco em aproximar-se da “grande irmã do norte”. Finalmente, mapeado o seu campo de ação e contexto em que se desenrolava, é possível analisar seu pensamento político, não como um todo coerente e imutável, mas como um conjunto de ideias concebidas, que faziam parte do seu projeto de país e que pode ser observado a partir de sua atuação política.

Para dar conta dos objetivos arrolados foi feito uso de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica contou principalmente com a coleta de dados secundários, divididos em cinco blocos: obras sobre pensamento político e história das ideias, sejam as de cunho metodológico, especialmente aquelas ligadas à abordagem da contextualista, sejam textos com estudos substantivos sobre outros temas em que haja a aplicação da referida metodologia; biografias do Barão do Rio Branco e trabalhos que analisam sua vida e obra em algum tema específico; obras que tratam do contexto histórico, dando ênfase àquelas que cobrem a política externa brasileira no período de 1902 a 1912; obras de análise das relações Brasil-Estados Unidos, especialmente as que abordam o período mencionado, bem como sobre os conceitos de pan-americanismo, monroismo e americanismo e um quinto bloco composto pelas obras do próprio Barão do Rio Branco, entre elas as compilações de seus discursos, artigos e correspondências publicadas.

A pesquisa documental foi realizada no Arquivo Histórico do Itamaraty, onde está depositado o arquivo pessoal do Barão do Rio Branco. Nele foram pesquisadas as séries de correspondências, discursos e recortes de jornais. Trabalhou-se principalmente com a



correspondência pessoal do Barão por entender-se que a correspondência oficial já foi amplamente analisada e com o objetivo de apreender nuances não vistas em documentos de cunho oficial, como suas reflexões e tomadas de posição mais contundentes sobre os temas de interesse da pesquisa. Para a pesquisa sobre temas pontuais foram consultados ainda os arquivos pessoais de Joaquim Nabuco e Quintino Bocaiúva, depositados na mesma instituição e os arquivos da Legação - e posteriormente Embaixada - brasileira em Washington.

Para a seleção dos documentos observou-se dois critérios: a importância dos interlocutores de Rio Branco para a temática e a coincidência de data correspondência com acontecimentos considerados chave para o tema, como a criação da Embaixada brasileira em Washington (1905), a III Conferência Internacional Americana do Rio de Janeiro (1906) e a Conferência de Paz de Haia (1907). Deste cruzamento de critérios, foram selecionadas cartas e telegramas que tinham como remetente ou destinatário Eduardo Prado, amigo pessoal de Rio Branco, crítico da postura norte americana e autor do censurado “*A ilusão americana*”, Joaquim Nabuco, escolhido o primeiro embaixador brasileiro nos Estados Unidos e entusiasta da aproximação, Rui Barbosa, representante do Brasil na Conferência de Haia e Oliveira Lima, diplomata e historiador, um dos poucos críticos, ao menos de forma pública, do Barão e um dos maiores opositores da política de Rio Branco para com os Estados Unidos. Também foram analisados discursos proferidos pelo Barão em situações (ou para públicos) consideradas relevantes para o objeto da pesquisa e recortes de jornais e revistas nacionais e estrangeiros selecionados por Rio Branco e por Joaquim Nabuco sobre o Brasil nos Estados Unidos, sobre a Conferência do Rio de Janeiro e acerca do monroismo e do pan americanismo.

Finalmente, foi dada especial atenção a charges e caricaturas<sup>14</sup> publicadas em revistas da época, como *Careta*, *O Malho*, *Revista da Semana*, *Fon-Fon!*, *Semana Ilustrada*, *A larva*, *A avenida*. Por desempenharem função social e política, mais além de mera representação gráfica, as charges foram consideradas uma fonte

---

<sup>14</sup> Há uma distinção conceitual entre caricatura e charge. A primeira é uma “imagem em que se ‘carregam’ os traços mais evidentes e destacados de um fato ou pessoa, principalmente seus defeitos, com a finalidade de levar ao riso”, enquanto a segunda é “uma representação humorística, caricatural e de caráter político, satirizando um fato específico, é ‘herdeira da caricatura’”. (MIANI, 2001, p. 3). Para os fins deste trabalho e baseado nesta definição foram utilizadas ambas.

histórica importante para reconstituição do contexto<sup>15</sup>. Afinal, “cada época e cada povo possui seu próprio e específico sentido de humor e cômico”. (PROPP, 1992, p. 32 *apud* NOGUEIRA, 2003, p. 2). Desta forma, o uso desta material como fonte vai ao encontro da perspectiva contextualista do trabalho, especialmente na ideia de que os atos de fala são marcados por um contexto linguístico, que tenta reconstituir-se através das charges e caricaturas. (POCOCK, 2003). Para este fim, foi utilizado o Acervo Digital<sup>16</sup> da Biblioteca Nacional para pesquisa dos periódicos. Em alguns casos há também o uso de caricaturas e imagens publicadas em periódicos a que não se teve acesso, mas que estão reproduzidas em outras obras.

No capítulo 1 apresenta-se a biografia do Barão do Rio Branco, em um esforço para contextualizar o personagem em seu entorno histórico e intelectual de formação. Procura-se ainda apresentar como diferentes biógrafos trataram as mesmas passagens da vida de Rio Branco e demonstrar o papel importante das biografias na construção da imagem do Barão. É a partir do cotejo destas fontes e de um esforço de depuração que é traçado um esboço de retrato do futuro Barão e analisada a influência deste período na sua atuação futura. A exposição abrange dois grandes períodos. O primeiro aborda a juventude, com os estudos iniciais, a faculdade de Direito e a entrada na política nacional, o primeiro contato com as questões de política internacional e sua posterior incorporação à carreira diplomática e partida para o exterior. O segundo inicia com o recebimento do título de barão, o envolvimento nas questões de fronteiras, as vitórias diplomáticas e o convite para assumir o Ministério do Estrangeiro.

O capítulo 2 começa com a aceitação do cargo de Ministro, abordando a questão do monarquismo de Rio Branco e sua relutância em aderir ao novo regime. Busca também tratar de questões como a continuidade da política exterior do Brasil e a herança do Visconde de Rio Branco, para entrar no tema das relações Brasil-EUA e a mudança de orientação realizada por Rio Branco. Aqui é apresentado mais detalhadamente o contexto em que se dá esta transformação, onde se articulam o início da Era republicana, a *Belle Époque* brasileira e seu projeto de modernização, onde se insere o projeto exterior de Rio

---

<sup>15</sup> Para mais sobre a charge como fonte, ver NOGUEIRA, 2003; MIANI, 2001 e FONSECA, 1999. Sobre a história da caricatura no Brasil e um capítulo especial sobre Rio Branco, ver LIMA, 1963.

<sup>16</sup> Todas as imagens do Acervo Digital da Biblioteca Nacional possuem uma espécie de marca d'água com a logo da instituição, motivo pelo qual algumas imagens podem apresentar certa falta de nitidez na sua reprodução.

Branco para levar o Brasil para o rol das “grandes nações”, e se busca reproduzir o debate intelectual gerado e são identificados os “prós” e os “contras” a “americanização” das relações internacionais do Brasil.

O capítulo 3 apresenta uma descrição e análise mais aprofundada daqueles que são considerados os pontos de inflexão na política exterior do Brasil com relação aos Estados Unidos: a criação da Embaixada brasileira em Washington (1905), a III Conferência Internacional Americana do Rio de Janeiro (1906) e a Conferência de Paz de Haia (1907). O intuito é utilizar a atuação de Rio Branco nestes eventos como indicadores através dos quais expressava seu pensamento político.

O capítulo 4 traz as considerações finais sobre a pesquisa, onde se conclui que a hipótese inicial de que Rio Branco logrou superar a visão de mundo eurocêntrica que possuía devido a sua formação na condução da política externa brasileira se corrobora. Apesar de suas simpatias pessoais pelo velho continente e o ideal de civilização que representava para ele, pragmaticamente percebeu a mudança no eixo de poder do sistema internacional e promoveu uma aproximação do Brasil com a potência nascente, os Estados Unidos. Entretanto, esta política de aproximação não significou total alinhamento e fica claro que Rio Branco tentou equilibrar elementos de sua formação e visão de mundo com a realidade que se impunha no momento.



## 2 AS BIOGRAFIAS E O MITO

---

O Barão do Rio Branco é um dos personagens históricos brasileiros que desfrutaram de maior prestígio e popularidade em sua época e foi envolto em uma aura de infalibilidade inquestionável que perdura até os dias atuais em muitas esferas. A profusão de títulos<sup>17</sup> e homenagens a José Maria da Silva Paranhos Júnior é prova da importância crescente que foi adquirindo já no final do Segundo Reinado – por conta das vitórias diplomáticas em questões de fronteiras – mas, mais ainda na nascente República, onde se manteria por quase dez anos ininterruptos à frente do Ministério das Relações Exteriores. Por esta atuação é lembrado até hoje e foi transformado em Patrono da Diplomacia Brasileira, o que só fez aumentar o culto a uma imagem quase mítica de sucesso e patriotismo.

As biografias escritas<sup>18</sup> sobre Rio Branco têm papel fundamental na construção desta imagem irrepreensível de herói nacional, seja através da publicação de livros encomendados e da edição de coleções com um claro caráter laudatório, bem como da omissão de fatos menos prestigiosos da vida do biografado e do realce daqueles mais condizentes com a figura do “grande Chanceler”. Conforme ressalta Cristina Patriota de Moura (2000, p. 82), “as biografias não podem ser vistas fora de um processo mais amplo de invenção de tradições.” O simbolismo contido na escolha das datas de lançamento<sup>19</sup> das obras, por exemplo, expressa como as biografias fazem parte de um processo de consolidação do nome de Rio Branco entre os grandes heróis nacionais. Neste sentido, fazem parte ainda as medidas governamentais, tomadas,

---

<sup>17</sup> Em 1883 recebe o título de Conselheiro, pelo trabalho como representante do Império brasileiro na Feira de São Petesburgo, em 1888 é feito Barão e em 1900 recebe o título de Benemérito, um prêmio em dinheiro e uma pensão vitalícia pelas vitórias nas Missões e do Amapá.

<sup>18</sup> Para uma reflexão sobre a possibilidade de escrever-se a vida de um indivíduo, sobre a “ilusão biográfica” e a necessidade de reconstrução da “superfície social” dos indivíduos biografados, conforme Bourdieu, ver LEVI, 1998.

<sup>19</sup> Em 1945, ano do centenário de nascimento de Rio Branco, são lançadas as biografias de Alvaro Lins, Jarbas Maranhão, Afonso de Carvalho e, no ano seguinte, de Renato Sêneca Fleury. Na comemoração do sesquicentenário são relançadas as obras de Alvaro Lins e Luis Viana Filho.

sobretudo, a partir de 1945<sup>20</sup>, e que podem ser consideradas como elementos fundantes da “tradição Rio Branco”.

Como existe um número bastante grande de biografias sobre o Barão, para os fins desta análise preliminar foram selecionadas apenas quatro. No decorrer do trabalho são utilizadas ainda mais obras. É possível traçar um paralelo entre as observações de Schwarcz (2006, p. 22) sobre a vasta bibliografia existente sobre D. Pedro II e aquela sobre Rio Branco, pois em diversos momentos é difícil saber “onde começa a história e onde termina o mito”, o que leva à necessidade de “driblar” a bibliografia. Os textos muitas vezes, assim como fazem com o Imperador, ao tratar do Barão trazem uma “iconografia política que se constrói por meio da história, que lembra um pouco e esquece muito, guarda certas imagens na memória e apaga outras”. (Schwarcz, 2006, p.22). Ao longo do tempo, estes textos biográficos sofreram importantes modificações, tanto de estilo, quanto de conteúdo, demonstrando que o contexto de produção das obras é elemento relevante para sua análise. O objetivo não é fazer um relato exaustivo da vida de Rio Branco, inclusive porque já existem diversos trabalhos dedicados exclusivamente a isso, mas apresentar um panorama do seu contexto de formação. Em um primeiro momento são apresentadas algumas destas obras biográficas, o contexto de sua elaboração e a abordagem que trazem, no sentido de ilustrar as dificuldades em fazer mesmo este panorama mais geral quando a vida em questão é a de um personagem como Rio Branco. Em um segundo momento, a partir da análise destas e de outras obras e de fontes primárias, é apresentada uma breve biografia do personagem em questão.

## **2.1 Versões da mesma história**

A biografia mais citada em trabalhos sobre Rio Branco é, sem dúvida, a de Alvaro Lins. Talvez pelo apoio institucional recebido e pelo uso do acervo do próprio Rio Branco, quase inédito na ocasião, o livro permaneceu por muito tempo como a obra de referência para o estudo da vida do biografado. Este “monopólio” da versão de Lins sobre a vida do Barão só acabaria com o lançamento do trabalho de Luis Viana Filho, em 1959.

---

<sup>20</sup> É deste ano o Decreto-lei que cria o Instituto Rio Branco e o que instituiu a medalha comemorativa do centenário de nascimento de Rio Branco. Em 1963 é criada a Ordem de Rio Branco e em 1970 é instituído o Dia do Diplomata na data de nascimento do Barão.

Lins, jornalista, crítico literário, ensaísta e diplomata, foi membro da Academia Brasileira de Letras e professor no Colégio Pedro II (onde estudou o próprio Rio Branco). Escreveu *Rio Branco (o barão do Rio Branco) Biografia pessoal e história política* por encomenda. O Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, faz o convite a Lins três anos antes, para que o livro pudesse ser lançado em 1945<sup>21</sup>, como parte das comemorações ao centenário de nascimento do Barão.

Em nota explicativa já no início do livro, Lins (1996, XV) adverte que ao aceitar a empreitada impôs apenas uma condição: “a obra não teria caráter oficial, ao autor seria dada completa autonomia de trabalho e pensamento”. O primeiro motivo apresentado é de que “não se sentia com bastante gosto e disposição para escrever, como obra oficial do Itamaraty, a biografia da figura principal do Itamaraty, pelo que isso representaria de responsabilidade”. Apenas em segundo lugar o autor declara querer “resguardar a liberdade crítica, de ideias ou interpretações”. (LINS, 1996, XV). Ao priorizar o uso dos dados primários, Lins faz uso por diversas vezes de documentos nunca antes utilizados do Arquivo Histórico do Itamaraty, em uma tentativa de ser “um trabalho de primeira mão, feito sob documentos, que não copia nem repete quaisquer outros impressos, aliás, quase todos de caráter impressionista”. (LINS, 1996, XVI). O autor procura deixar claro que prima pelo rigor histórico e adverte inclusive sobre a possibilidade de apresentar um Rio Branco que não esteja rigorosamente identificado com a imagem cristalizada que dele o público possui, o que, de fato, raras vezes acontece.

Realmente, são amplamente citadas as fontes documentais em que se baseia o texto, mas algumas interpretações dos fatos não conseguem escapar à construção do mito em torno do personagem, apresentando justificativas para condutas que poderiam ser consideradas reprováveis ou pouco dignas da imagem construída em torno do Chanceler da Paz. Por exemplo, ao tratar de linhagem da qual descendia o Barão, exaltam-se os antepassados portugueses e militares, inclusive o avô paterno, sem, no entanto, mencionar que este só reconheceu o filho (o Visconde do Rio Branco) em testamento<sup>22</sup>. Mesmo características

---

<sup>21</sup> O livro foi relançado em 1996, marcando o fim do ano de comemoração do sesquicentenário de nascimento de Rio Branco, pela Fundação Alexandre Gusmão em parceria com a Ed. Alfa-Omega, como parte da Coleção Relações Internacionais da Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais.

<sup>22</sup> Josefa Emerenciana, a avó paterna do Barão, era viúva e já tinha filhos quando passou a viver com Agostinho Paranhos, o avô paterno, com quem teve o futuro Visconde do Rio

psicológicas que poderiam não ser “adequadas” ao futuro grande estadista, como ser “impassível, prosaico, frio, anti-sentimental”, são amenizadas, já que, segundo Lins (1996, p. 44), “nem sempre estão mortas as forças interiores que não se exibem em manifestações”. Ou ainda, ao descrevê-lo como alguém que mais ouvia do que falava, logo vem a ressalva do biógrafo: “nada tinha, porém, do introvertido, do não-participante”. (LINS, 1996, p.38). Há sempre um evidente esforço em transformar fatos ou características que pudessem ser considerados negativos, em algo não apenas positivo, mas desejável e elemento constitutivo de uma grande personalidade.

Ao tratar da fama de boêmio que acompanhou José Maria da Silva Paranhos na mocidade, Lins (1996, p.88) adverte que “ele estava longe do tipo comum de boêmio, a criatura irresponsável e descuidada, que vive nas nuvens”. E vai além, declarando que “boêmio ele o é, no entanto, e será sempre, mas de outra espécie: a boêmia constitucional do temperamento”, afinal “não aceitava outra disciplina que ao fosse a interior”. Tal fama lhe renderia dificuldades em obter a nomeação para seu primeiro cargo diplomático, de Cônsul-Geral em Liverpool, já que D. Pedro II parecia reprovar a “vida irregular” do candidato. A nomeação só foi conseguida por meio da intervenção incisiva do Barão de Cotegipe<sup>23</sup>, mas, mesmo assim, só foi assinada pela Princesa Regente Isabel, na ausência do Imperador. Lins aponta que não ficou comprovada nenhuma explicação mais rigorosa sobre a resistência de D. Pedro, visto que os dois mantiveram longa amizade anos a frente, e aponta que a causa mais provável teria sido mesmo a boemia e o seu relacionamento ilegítimo. Não sem antes justificar que estes elementos teriam causado má impressão no “austero Imperador, que não tivera mocidade, havia a incapacidade para compreender os gestos românticos dos moços”. (LINS, 1996, p. 93).

O romance do filho do Presidente do Conselho do Império com uma atriz do Alcazar<sup>24</sup> era realmente um fato desagradável para sua reputação e, obviamente houve tentativas de pôr fim ao caso

---

Branco. O fato de ter tido filhos com homens diferentes e não frutos de uma relação “lícita” quase nunca é mencionado nas biografias.

<sup>23</sup> Cotegipe, então Ministro dos Estrangeiros, redige um memorando à Princesa Regente enumerando as qualidades do candidato e declara mesmo estar disposto a pedir demissão, caso não ocorra a nomeação do filho do Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho de Ministros. (VIANA FILHO, 1988, p. 76)

<sup>24</sup> O Alcazar, no Rio de Janeiro, era uma “famosa casa de espetáculos, onde, ao lado de representações teatrais, havia gaiatas exibições de café-concerto”. (VIANA FILHO, 1988, p. 56).



inconveniente. O Visconde do Rio Branco interveio<sup>25</sup> e conseguiu a ida de Marie Philoméne Stevens para a Europa. Porém, a atriz já estava grávida e, ao escrever contando a novidade ao futuro Barão, teve permissão para voltar ao Brasil, onde ele seguiu levando uma vida de solteiro. Este episódio é sumariamente omitido em diversas biografias e nem mesmo o posterior casamento, que afinal legaliza a situação quando o casal já possuía cinco filhos, em 1889, é mencionado. Não é o caso de Alvaro Lins. O autor utiliza esta passagem para ilustrar a grandeza de caráter de Rio Branco, sentenciando que “neste incidente dramático fez a sua prova de homem” e comenta que o casamento não se fez logo, mas sem citar que, na verdade, levou 17 anos para acontecer. E como escusa para a quase ausência de referências à Marie nos escritos de Rio Branco – o que é altamente explicável pelo fato da união ter permanecido ilegítima por quase todo o tempo, o que não convinha ao ocupante de um importante posto diplomático – Lins apresenta mais uma característica distintiva da personalidade do Barão, isto se dava “porque ele era dessas criaturas que se bastam a si mesmas, que tudo fazem só com os seus próprios recursos”. (LINS, 1996, p. 90).

Já Renato Sêneca Fleury, em sua obra intitulada simplesmente *Barão do Rio Branco*, preferiu deliberadamente omitir o fato de que o Chanceler havia sido casado e tivera filhos, preferindo exaltar outras passagens mais condizentes com a imagem que procura fazer do personagem, o que o leva a alguns exageros. Fleury é um biógrafo experiente, tendo já escrito sobre Santos Dumont, Prudente de Moraes, José Bonifácio, Duque de Caxias, entre outros. A terceira edição da obra sobre Rio Branco data de 1967<sup>26</sup> e faz parte da Coleção Grandes brasileiros da Edições Melhoramentos, cujo público alvo é a juventude, no intuito de “incentivar nos jovens leitores o gosto, a admiração e o respeito pela História do Brasil, bem como incitá-los a cultivar a memória dos que a fizeram, a imitar-lhes o exemplo em qualquer dos campos de atividade em que se distinguiram e imortalizaram.” (FLEURI, 1967). Na contracapa do livro fica evidente o objetivo da obra - apresentar um herói nacional como exemplo a ser seguido em todos os aspectos – na descrição do tipo de personagem que é objeto de análise na coleção: “vultos eminentes do Brasil, carinhosamente

---

<sup>25</sup> Se Lins (1996, p. 90) afirma que “por influência do Visconde, Marie Stevens voltou para Europa, Viana (1988, p. 59) pondera “se é verdade que o Primeiro Ministro interveio para afastar Marie”.

<sup>26</sup> Ao que indicam as ilustrações do livro, a primeira edição é de 1946 e, embora nada seja mencionado, é possível que tenha sido escrito também no contexto das comemorações do centenário de nascimento do Barão.

biografados em linguagem adequada à infância e juventude, numa coleção plena de exemplos edificantes de estudo e amor pátrio”. As descrições dão uma importante pista do tom adotado em todo o texto.

A ideia de “exemplo edificante” é levada às últimas consequências e chega a promover distorções em alguns fatos relatados, de modo a torná-los mais apropriados e dignos de serem imitados. Um exemplo é o Capítulo 5, que recebe o sugestivo título de Um inteligente colegial. Em tom altamente laudatório, cria a ideia de que Rio Branco fora um menino prodígio, desde sempre predestinado aos grandes feitos. Sua pretensamente enorme dedicação aos estudos é repetidamente louvada, tanto que a biografia propriamente dita inicia com a entrada de Juca Paranhos no Colégio D. Pedro II, demonstrando que já a partir daí algo de notável acontece. Afinal, ele está entre os grandes do Império e “não é sem razão lembrar que eram condiscípulos do filho do Visconde dois rapazinhos de muito valor: Francisco de Paula Rodrigues Alves e Afonso Augusto Moreira Pena”. (FLEURY, 1967, p.17). Rio Branco é descrito como “excelente estudante” que “precisava honrar o nome do pai, que era também o dele”, contrariando outras obras que apontam que ele não se sobressaiu nos estudos e nem mesmo chegou a terminar o curso, finalizando os estudos preparatórios em casa e que, por isso, não recebeu o grau de bacharel em Letras conferido aos concluintes do curso no Pedro II. (LINS, 1996, p.34; MOURA, 2003, p.17). Também com relação à passagem de Rio Branco pela Faculdade de Direito é possível constatar certo exagero do autor que afirma que ele “se distinguia entre a maioria dos colegas por sua inteligência e devotamento aos estudos. Tanto que fez um curso brilhante”. (FLEURY, 1967, p.19). Mesmo Lins (1996, p.38-39) reconhece que “aos estudos de Direito não dedicou mais que uma atenção medíocre” e que suas provas e trabalhos revelavam “aplicação, conhecimento medido, e nenhuma originalidade, nenhum entusiasmo, nenhuma contribuição propriamente pessoal”. Ao que Moura (2000, p.20) acrescenta que “não há indícios de se tenha destacado especialmente em alguma das matérias da faculdade, tendo sido um aluno regular”. De fato, foi aprovado “com a nota mediana de ‘plenamente’”. (RICUPERO, 2000, p.13). Não há no texto nenhuma menção à vida boemia que levava ou à falta de entusiasmo com o Direito e chega-se mesmo a atribuir o enfraquecimento de sua saúde ao excesso de esforço aos estudos. Por isso a família o teria enviado à Europa, para “restabelecer a saúde e aperfeiçoar os estudos”. (FLEURY, 1967, p.19). Entretanto, não há indicações de que Rio Branco tenha estudado na Europa, mas sim viajado para se “aperfeiçoar”, como era costume entre os jovens bem nascidos do Império. É importante notar

ainda que, afora citações de textos de Rui Barbosa e do Conde de Afonso Celso sobre Rio Branco, não há qualquer referência a outros textos ou fontes manuscritas em que teria se baseado a obra. Enfim, de forma geral a obra parece totalmente imbuída de um espírito de educação através do exemplo, o que prejudica sobremaneira o rigor histórico e contribui apenas para um processo de mitificação do personagem. O esforço do autor encontra respaldo na ideia de história como mestra da vida: *Historia magistra vitae*. Conforme Koselleck (2006, p.42), se trata de uma perspectiva em que “a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico”. Desta forma entende-se que “a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no tempo presente, nos erros antigos”, daí a importância de conhecê-la. (KOSELLECK, 2006, p.42).

O trabalho realizado por Luis Viana Filho já apresenta um caráter diferenciado. Lançada em 1959, *A vida do barão do Rio Branco* faz parte da Coleção Documentos Brasileiros da Editora José Olympio, coeditado pelo Instituto Nacional do Livro. O título já demonstra o ângulo de onde parte o autor para tratar do seu biografado. Há uma preocupação em não deixar que o homem público prevaleça sobre o privado, em apresentar um Rio Branco mais humano. Viana é um biógrafo experiente e já havia escrito sobre Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Não consta, entretanto, que tenha sido uma obra encomendada por quem quer que fosse. Não é possível afirmar que tenha sido escrita para fazer parte especificamente da citada Coleção<sup>27</sup>, até porque esta se caracteriza pela pluralidade de temas abordados e não é composta apenas por biografias.

Aos moldes da obra de Lins, Viana cita uma ampla gama de fontes primárias pesquisadas no arquivo do Barão do Rio Branco (Arquivo Histórico do Itamaraty), do Visconde do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, entre outros. Há ainda um grande número de referências secundárias, que garantem que a narrativa seja bem embasada historicamente e menos afeita à “interpretações”, como em Fleury. Uma característica marcante da diferença entre os autores é que Viana não apenas dedica um capítulo inteiro do livro à Marie Philoméne, como dá seu nome a ele. O mero fato desta personagem tantas vezes ocultada das narrativas da vida de Rio Branco ser lembrada e tratada como parte integrante dela – e importante – já é suficiente para

---

<sup>27</sup> Outra obra sobre Rio Branco já havia sido inclusive publicada, em 1941, escrita por seu filho Raul do Rio Branco, *Reminiscências do Barão do Rio Branco*.

estabelecer que a abordagem é diferente também da de Lins, que apesar de citar Marie, busca justificar sua quase ausência em outras obras, além de tentar minimizar sua importância na trajetória de Rio Branco. Até porque ela foi fundamental sim, pois, como o próprio Rio Branco mesmo reconhece: “este filho fez uma revolução na minha vida. O senhor sabe: foi ele que me fez tomar rumo”. (VIANA FILHO, 1988, p.62).

Por seu turno, Rubens Ricupero, apesar de citar o episódio envolvendo Marie Philoméne, não dá tanta ênfase a aspectos da vida pessoal de Rio Branco, procurando focar na atuação do Barão como diplomata. O próprio nome do livro, *Rio Branco: o Brasil no mundo*, dá indícios da abordagem que será feita por Ricupero (2003, p.6), que destaca que a maior contribuição de Rio Branco não foi apenas consolidar as fronteiras, mas sim seu papel na “definição do espaço internacional do Brasil”, sua “inserção no mundo”. Este é o elemento principal que a diferencia das outras biografias. Este tipo de abordagem é até esperada, dado que Ricupero é diplomata de carreira, porém, o tom adotado é bem menos comprometido com a ideia de mitificação do patrono da diplomacia brasileira do que aquele encontrado em outras obras realizadas por membros do Itamaraty ou produzidas a seu pedido. Tal característica é ainda mais peculiar se for levado em consideração que o livro faz parte da Coleção Identidade Brasileira, co-patrocinada pela Petrobras e, portanto, possivelmente identificada com ideais de cunho “nacionalista”.

Pelo contrário, uma série de elementos apresentados acaba por rejeitar alguns dos mitos criados em torno da figura de Rio Branco. Por exemplo, ao apontar que o primeiro sucesso de Rio Branco aconteceu apenas aos 50 anos, na Questão das Missões, rejeita o mito da predestinação ao sucesso desde a infância. (RICUPERO, 2000, p.7). Também ressalta as preocupações materiais da vida adulta, que o fizeram preferir o posto de menos prestígio, mas melhor remunerado de Cônsul em Liverpool do que o Ministro em Berna, além de citar a “nota mediana” com que foi aprovado na faculdade de direito e o pouco apreço que tinha pela profissão de advogado. (RICUPERO, 2000, p.13). Ainda afirma que ao voltar da viagem à Europa, logo após a formatura, o jovem bacharel “não consegue fixar-se em nada”, que, eleito Deputado, teve duas legislaturas “sem brilho” e que ele sai da obscuridade para a glória do dia para a noite, graças às vitórias de fronteiras. (RICUPERO, 2000, p.16). O autor também não se furta aos comentários sobre Marie Philoméne, além de não tentar transformar os desdobramentos do episódio em um ato “de grandeza”. Além disto,

ressalta as implicações da relação na carreira de Rio Branco e verdadeira batalha pela nomeação para Cônsul (muitas vezes também omitida). Desta forma, Ricupero foge da ideia de infalibilidade e perfeita coerência tanto na vida privada, quanto pública do personagem. Entretanto, é importante ter em conta o lapso temporal entre a produção das obras analisadas e os efeitos das mudanças nos códigos de conduta pessoal esperados para um homem público neste período. Assim, se não dá tanta importância aos “deslizes” da mocidade de Rio Branco, nem tenta transformá-lo em exemplo irrepreensível, isto se dá também porque estes fatos já não têm a mesma relevância. Há, é certo, certa dose de apologia a Rio Branco, mas de outra ordem. A ênfase está sobre a irrepreensibilidade da sua atuação como diplomata e chanceler na condução da política externa brasileira, pois o considera o “último grande estadista e diplomata desse século XIX brasileiro”. (RICUPERO, 2000, p.48).

Analisando estas biografias escritas sobre o Barão do Rio Branco em diferentes momentos, é possível perceber uma série de estratégias de adequação da história que é contada à construção da imagem que se deseja projetar desta figura para a posteridade. Assim, como já assinalou Moura (2003), os textos biográficos fazem parte de um processo complexo e amplo de construção de uma tradição, a tradição Rio Branco, que permite dotar a diplomacia brasileira de um mito fundacional digno de louvação. O título de Patrono da Diplomacia nacional alça Rio Branco ao patamar mais alto dos heróis do país e agrega um novo elemento ao já iniciado processo de criação do mito do Barão.

Desta forma, é a partir de 1945, ano do centenário de seu nascimento e marco da institucionalização deste mito, que as ideias de infalibilidade, coerência e predestinação ao sucesso ganham maior fôlego e aparecem nos textos com muito vigor. A encomenda de uma biografia para lançamento neste ano é evidência deste processo deliberado de tentativa de construção da imagem do Grande Chanceler. A obra cumpriu o objetivo a que se propôs e Lins constituiu um marco, por muito tempo sem concorrentes, na historiografia sobre Rio Branco. Renato Sêneca Fleury seguiu ainda mais à risca a ideia de apresentar o Barão como um exemplo atemporal, chegando a distorcer alguns fatos em prol da imagem que queria criar, enquanto Luis Viana Filho procurou recorrer a documentos para mostrar um Rio Branco mais humano. Já no ano de 2000, Ricupero procurou resgatar a dimensão mais ampla da atuação diplomática de Rio Branco e seu papel na inserção do Brasil no mundo, demonstrando que os tempos haviam

mudado e que não se constroem grandes heróis com as mesmas armas que outrora. Ao invés de zelar pela “boa imagem” do personagem, com fartas alusões a sua vida de estudante perfeito, a dedicação ao trabalho e a retidão de caráter, chegando a omitir as passagens “não apropriadas”, Ricupero apresenta um Rio Branco hábil no comando dos negócios externos, pragmático e profundo conhecedor das questões a que se dedicava. Traz à luz uma figura histórica sem a preocupação da perfeita coerência, alguém que possuía “uma certa ideia de Brasil”, mas levou muito tempo até poder colocá-la em prática. É a partir desta perspectiva, mais comprometida com a reconstituição do Rio Branco humano e, portanto, falível na vida pessoal, sem perder o foco no político mediano e diplomata brilhante, que se passa a apresentação do jovem Juca Paranhos.

## **2.2 Uma breve biografia**

### **2.2.1 Juca Paranhos**

Juca Paranhos, assim era conhecido o filho do Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, que de nascimento levava o mesmo nome do pai ilustre, dignitário da Ordem do Cruzeiro, Senador vitalício do Império, Presidente do Gabinete Conservador de 1871 a 1875 e ainda Ministro das Relações Exteriores, da Marinha e da Guerra, em diferentes ocasiões. Nascido no Rio de Janeiro em 20 de abril de 1845, na antiga Travessa do Senado, Juca passou a infância e a adolescência entre as personalidades mais importantes do Império e foi dentro da própria casa que aprendeu muito sobre a política brasileira. Além disso, era no salão da Viscondessa do Rio Branco que Juca ia sendo iniciado nas artes da interação social, da conversa, das boas maneiras convenientes a um jovem de sua classe. Lins (1996, p.30) vê nessa formação mundana e social as ferramentas que mais tarde, já no controle do Itamaraty, distinguiriam Rio Branco como uma figura ressurgida do Império no seio da República.

O primogênito da família Paranhos tinha uma admiração de “tom quase mítico e religioso” pelo pai, com quem desde cedo compartilhou o interesse pela região do Prata e pelos assuntos militares (Lins, 1996, p.24). O pai não vinha de uma linhagem nobre, nem possuía fortuna, havia chegado ao lugar de destaque em que se encontrava devido aos seus esforços, fazendo carreira na Marinha e trabalhando como professor e jornalista. Mais tarde, como membro da Maçonaria (entra em 1840) convive com homens importantes de sua época, o que

possivelmente lhe abriu novas portas no ofício de jornalista e já em 1844 é eleito para seu primeiro cargo público, como Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro. Mesmo mais tarde, já como Visconde<sup>28</sup>, não amealhou um grande patrimônio, nem pôde oferecer ao filho uma vida de luxos. Prova disso é que a viagem ao exterior realizada por Juca<sup>29</sup> quando termina a faculdade foi financiada por um bilhete premiado de loteria, já que ele mesmo reconhece que o pai não teria condições de fazê-lo. As preocupações financeiras foram durante toda a vida de Juca uma questão importante e devido a elas fez algumas escolhas que marcaram sua vida, como a de lutar para assumir o posto de Cônsul-Geral em Liverpool.

Sua primeira viagem ao exterior acabou sendo quando tinha apenas 7 anos, em novembro de 1852. Viajou com as irmãs e a mãe para ver o pai, então Ministro do Brasil no Prata e só retornariam em 1953, quando o Visconde vem assumir o cargo de Ministro da Guerra. O Visconde alcançara um posto importante na sua carreira política depois de passar das fileiras do Partido Liberal para o Conservador e teria sua vida ligada àquela região, a qual volta em 1857 para ser Ministro Plenipotenciário. Claro que a viagem não deve ter causado maior impressão ao menino que a qualquer outro de sua idade, mas não deixa de ser interessante que o destino de sua estreia em viagens internacionais tenha sido mais tarde o foco inicial de seu interesse histórico.

Concluídos os estudos primários, Juca é matriculado no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1855. O Pedro II era o colégio para onde a elite imperial mandava seus filhos e lá Juca pôde completar não apenas os estudos formais, como sua formação social, ao ter colegas como Afonso Pena e Rodrigues Alves. A parte as controvérsias sobre seu brilhantismo como estudante, o importante de sua passagem por esta instituição de ensino tão tradicional e que ajudou a forjar algumas gerações de dirigentes do Brasil é destacar o ambiente intelectual e social de que desfrutou e as marcas deixadas por este convívio. A calmaria do Segundo Reinado, em comparação às turbulências do Período Regencial, aliada à ascensão alcançada pelo pai no governo, fez com que Juca gozasse de uma infância e adolescência tranquilas.

---

<sup>28</sup> Apenas em 1870, José Maria da Silva Paranhos é agraciado com o título de Visconde do Rio Branco. Apenas para facilitar a identificação da pessoa e distingui-lo do filho, ele é tratado por Visconde mesmo em referência a fatos ocorridos antes de que recebesse o título.

<sup>29</sup> Já com relação a José Maria da Silva Paranhos Júnior, buscou-se chamá-lo conforme o faziam seus contemporâneos. De forma que se procurou, na seção que trata da sua biografia, apenas fazer referência ao Barão após 1888, quando este de fato recebe o título.

O Visconde havia superado o fato de não fazer parte de uma elite tradicional e seu filho podia agora fazer parte do privilegiado grupo de filhos dos grandes homens do Império. É certo que este ambiente doméstico teve repercussão fundamental na construção de sua personalidade e para moldar seu caráter futuro. Entretanto, como aponta Moura (2003, p. 18), seus interesses e hábitos individuais não podem ser descartados como desprovidos de importância, já que dos nove filhos do Visconde, apenas Juca alcançou uma posição de notoriedade e mesmo foi o único a continuar frequentando os ambientes dos quais o pai abriu as portas com considerável esforço, ainda que contando com apoios. A soma de suas inclinações individuais ao estudo da história ao ambiente favorável, fez com que já aos 16 anos, em 1861, inaugurasse seu talento como historiador, escrevendo a biografia de Barroso Pereira, comandante do navio Imperatriz na Guerra do Paraguai. (D'AMARAL, 2001, p.52). Foi o primeiro dos muitos estudos que realizou ao longo da vida, embora nunca tenha completado a obra que planejava publicar e que seria uma história militar do Brasil<sup>30</sup>.

Aos 17 anos, em 1862, Juca Paranhos toma o caminho natural dos jovens do seu círculo social e ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo. A formação dos bacharéis em Direito ainda era um passaporte quase certo para a vida pública e as opções já não se restringiam à Coimbra, já que o curso era ofertado em São Paulo e Recife, onde era comum os jovens concluírem o curso, como fez o próprio Juca, em 1866. (Moura, 2000). Não há abundantes informações sobre este período de sua vida, excluídas as especulações sobre sua atuação destacada como estudante já nesta época e alguns relatos mais apaixonados de alguns biógrafos. Há alguma controvérsia sobre o fato dele ter tentando ingressar na vida militar antes de iniciar a faculdade, como defendem Max Fleiuss, Aluizio Napoleão e Paula Cidade, entre outros. (CARVALHO, 1995, p. 49). Talvez esta hipótese tenha surgido por causa do grande interesse pelas questões militares do jovem Paranhos, que o acompanhou por toda a vida e culminou em uma simpatia muitas vezes classificada de militarismo, já nos anos como ministro. Entretanto, nunca foram encontrados documentos que atestem sua passagem pela Escola Militar.

Durante a vida de estudante, viveu em duas repúblicas em São Paulo, onde tinha como companheiros os mesmo filhos de homens importantes do Império, mas também jovens vindos de outras partes do

---

<sup>30</sup> Capistrano de Abreu cobra reiteradamente de Rio Branco o lançamento da obra nunca concluída na correspondência entre os dois, ver PEREIRA; FELIPPE, 2008.



país, o que aumentou seu círculo social. Isto também se deu porque ainda que muitas repúblicas tivessem caráter regional, havia as de paulistas, as de mineiros, as de baianos e assim por diante, a de Juca era heterogênea. Como lembra Lins (1996), a família Paranhos não era rica e Juca às vezes se via em dificuldades financeiras. O próprio Rio Branco o reconhece em carta a um sobrinho que lhe escrevia pedindo dinheiro: “quando fui rapaz, acostumei-me também a viver com muito pouco porque meu pai não tinha fortuna”. (LINS, 1996, p.37). Neste período, pela primeira vez longe de casa e sozinho, conhece os prazeres mundanos e a boemia. Por outro lado, compartilhava com os companheiros o sentimento abolicionista, quase unânime na época entre os estudantes. A atitude era também condizente com a sua condição de filho do Presidente do Gabinete que futuramente proporia a Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, e pela qual iria fazer campanha já como Deputado, anos a frente.

Ao contrário de muitos de seus colegas, não se inclinou a escrever poemas nem versos, sua dedicação já nesta época era à história do Brasil. Mesmo para com o Direito, consta que não ofereceu senão uma atenção medíocre e suficiente para conferir-lhe o título de bacharel. O Direito nunca o apaixonou e seu tempo era cada vez mais destinado aos seus solitários estudos de história. Foi membro fundador da *Revista do Instituto Científico* e nele publicou sob o pseudônimo X, os *Episódios da Guerra do Prata*, em 1864. Em 1865, escreveu a biografia do Barão do Serro Largo, posteriormente publicada na *Revista Popular*. (D’AMARAL, 2001; ARAÚJO, 2002). Neste mesmo ano o Visconde volta ao Prata para tentar resolver diplomaticamente as novas tensões surgidas na fronteira. As negociações foram bem, mas houve um desentendimento com Tamandaré sobre a influência que o Brasil deveria ter na sucessão ao poder no Uruguai. A posição do adversário do Visconde prevaleceu e a Convenção da Paz foi assinada. Na volta ao Brasil, apesar do resultado satisfatório de sua missão, o Visconde sofreu um novo revés. Um cisma na Maçonaria insuflou as críticas sobre os resultados no Prata, capitaneadas por Saldanha Marinho, e o Visconde foi demitido. Teve o momento de defender-se na tribuna do Senado, mas preocupava-o ainda a guerra provocada por Solano Lopez e pressentia que as questões de fronteiras eclodiriam. Na seara doméstica, outro problema afligia os Paranhos, o segundo filho, Pedrinho adoece e fica paralisado.

Juca observa tudo de São Paulo com tristeza e começa a perder peso e adoecer. O pai toma a resolução de enviá-lo para completar o curso no Recife, aceitando a sugestão dada pelo Monsenhor Pinto de

Campos, deputado por Pernambuco e íntimo da família. Lá, Juca tornou-se braço-direito do Monsenhor no jornal *O vinte e cinco de março*, onde publicou durante meses um Estudo sobre a política do Brasil no Prata. Ainda que sem assinatura, tudo leva a crer que o autor era Paranhos Júnior, uma vez mais dedicado ao seu tema preferido. Nesta época, com a Guerra do Paraguai já deflagrada, ele também colabora com a revista francesa *L'illustration*, enviando artigos, notas e desenhos sobre os acontecimentos do Prata. No final de 1866, finalmente conclui o curso de Direito e prepara-se para voltar à Corte e começar sua vida de bacharel. (VIANA FILHO, 1988). Neste mesmo período apresenta sua candidatura ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que chegou a presidir<sup>31</sup> e à qual esteve ligado intimamente durante toda a vida<sup>32</sup>. Foi o trabalho realizado com a biografia do Barão do Serro Largo apresentado como “título para a sua admissão” e apreciado na sessão do dia 22 de novembro de 1866. Somente depois de recebidos os pareceres favoráveis à candidatura na sessão do dia 24 de outubro de 1867, é que o Dr. José Maria da Silva Paranhos Júnior foi aceito na categoria de sócio correspondente<sup>33</sup> do Instituto. (ARAÚJO, 2002). Sua posse só ocorreu em maio de 1868 e viria a render-lhe prestígio, mas não contrapartida financeira. (MOURA, 2000).

De volta à Corte, as possibilidades não eram das mais promissoras já que os Conservadores não estavam no poder e advogar não era a opção que mais agradava a Juca, já que este almejava uma ocupação que lhe permitisse seguir com seus estudos de história. Um golpe de sorte chega para mudar o panorama que se apresentava. Um bilhete de loteria premiado e alguma ajuda paterna são os elementos que propiciam sua viagem pela Europa e permitem adiar as decisões sobre o futuro. Em março de 1867, Juca Paranhos parte no *Shannon* rumo à Lisboa. (VIANA FILHO, 1988). Uma viagem à Europa representava então um complemento à formação de um jovem como Juca, já que não havia estudado lá o curso completo. Seus destinos foram Portugal, França, Alemanha e Áustria e teve tempo de percorrê-los detidamente em quase um ano de viagem. Lins (1996) afirma que é desta primeira

---

<sup>31</sup> O discurso de posse no IHGB foi publicado no Jornal do Comércio em 21 de janeiro de 1908 e está reproduzido em RIO BRANCO, 1945, p. 144.

<sup>32</sup> Para mais discursos no IHGB ver RIO BRANCO, 1945, p. 183-185; p. 195-198, p. 227-231..

<sup>33</sup> Araújo (2002, p. 6) esclarece que, ainda que pudesse parecer estranho que um residente na Corte fosse eleito sócio correspondente, esta foi a única solução encontrada para a admissão de Paranhos. Isso porque só havia três categorias de sócios: efetivos, em número de 50, correspondentes e honorários, em número ilimitado. Como não havia vagas para sócio efetivo e para ser eleito sócio honorário o candidato não contava com a experiência requerida, já que contava apenas 22 anos, encaixaram-no na categoria de correspondente.

impressão que advém sua futura e inabalável simpatia pela França, mantida mesmo nas fases de maior entusiasmo pela Alemanha. Ainda que tenha se detido no norte de Portugal, origem da família Paranhos, foi o esplendor da França bonapartista daquele momento que fascinou o jovem bacharel, assim como a arquitetura dos *boulevards* e a efervescência dos movimentos artísticos de contestação à arte oficial. Viana Filho (1988) agrega Itália, Inglaterra e Espanha ao itinerário que teria seguido. Apesar de divergir de Lins (1996) quanto aos destinos do jovem, Viana Filho (1988, p. 32) concorda que “o esplendor da França do Segundo Império, com os seus sábios, os seus artistas, os seus teatros e as suas belas mulheres – a que Juca Paranhos não era indiferente” haviam deixado profunda impressão no rapaz.

A volta ao Rio não foi tão alegre quanto o desenrolar de sua aventura na Europa. Como bem descreve Moura (2003, p. 27), as possibilidades para um jovem filho da elite brasileira da primeira metade do século eram bastante reduzidas, ainda mais para Juca, que não era, como a maioria de seus colegas, ligado à aristocracia rural. Em um país escravocrata e latifundiário, que gerava uma elite branca muito reduzida e com empreendimentos capitalistas ainda incipientes, eram poucas as oportunidades de trabalho fora do Estado. Porém, o cenário político continuava desfavorável para os Conservadores, o que dificultava qualquer tentativa do Visconde em encontrar uma boa posição para o filho bacharel recém chegado. Juca contentou-se então com o lugar de professor interino no Colégio Pedro II, de onde saíra anos antes. Em abril de 1868 ele ocupa a vaga deixada pelo romancista Joaquim Manuel de Macedo, que havia sido eleito deputado, na disciplina de Corografia e História do Brasil. Sua experiência como professor foi breve, durou apenas um trimestre, até que uma mudança inesperada nos rumos da política nacional traz novas possibilidades. Graças ao “Golpe de Estado” de 16 de julho, assim chamado pelos Liberais, estes entregam o poder aos Conservadores que saem de um período de seis anos de ostracismo. Macedo perde a vaga de deputado e volta a lecionar, fazendo com que Juca perca o emprego recém conseguido. O Visconde de Itaboraí organiza um novo ministério, em que cabe ao Visconde do Rio Branco a pasta dos Estrangeiros, renovando as esperanças de um futuro promissor para o filho. Entretanto, ainda eram incertos os rumos da política nacional em um momento em que a Câmara havia sido dissolvida e eram levados a cabo os preparativos para as novas eleições. (VIANA FILHO, 1988).

Assim, decide Juca dedicar-se a advocacia, ainda que reconhecesse de antemão sua falta de vocação para o exercício do

Direito. Em carta de 15 de setembro de 1868, confessa ao amigo Veiga: “ando por aqui com uma advocacia muito insípida, convencendo-me cada vez mais que não tenho vocação para isto. Hoje, para ser advogado é preciso ter-se o espírito um pouco mercantil. Não sirvo para isto decididamente”. (VIANA FILHO, 1988, p. 33). Andava melancólico e diz ao mesmo amigo em outra carta: “estou *blasé*, frio e descrente do mundo. É uma moléstia como outra qualquer”. (VIANA FILHO, 1988, p. 33). Contribuía para este estado de espírito, além das incertezas quanto ao futuro e o desgosto quanto ao presente, a morte do irmão Pedrinho, após anos de enfermidade, em agosto de 1868. Em uma tentativa de recuperar a saúde física e mental do filho, o Visconde usa sua influência para conseguir uma vaga de promotor na cidade de Friburgo, na serra fluminense. Além de ter um emprego, Juca poderia gozar de uma cidade considerada de bons ares, que ajudariam na sua recuperação. (D’AMARAL, 2001).

Com o Visconde outra vez alçado a uma posição de prestígio, não foi difícil eleger o filho como Deputado pela província de Mato Grosso, sem que este sequer haja conhecido o lugar. A campanha transcorreu inclusive com ele já instalado em Friburgo, para onde partiu em fins de 1868, e em 15 de maio de 1869, Paranhos Júnior toma posse na Câmara dos Deputados, onde se dedicou a apoiar as causas do Gabinete do pai. (D’AMARAL, 2001). Consta que trabalhou arduamente na defesa da Lei do Ventre Livre, por exemplo. Foi ainda reeleito para uma nova legislatura e só abandonou o cargo em 1876. Para Moura (2003, p. 30), não sentia nenhum prazer em subir à tribuna parlamentar e sua passagem pela política “não chegou a produzir nenhuma impressão duradoura”<sup>34</sup>.

Sem embargo, o cargo do pai como Ministro do Estrangeiro propiciou ao Deputado Paranhos a oportunidade de participar nas questões de diplomacia, que desde o princípio lhe agradaram. Inclusive antes de tomar posse, já havia acompanhado o Visconde em uma missão ao Prata, em 1869, para realizar negociações referentes ao fim da guerra. Em outubro de 1870 viajou oficialmente novamente à região, desta vez como Secretário da missão que negociaria os termos da paz. Lá permaneceu até março de 1871 e pôde ver finalmente em ação àquele a quem tanto admirava e de quem conhecia bem os métodos de trabalho. Mais tarde lembraria: “meu pai, quando ministro, trabalhava em casa, no

---

<sup>34</sup> Em diversas ocasiões Rio Branco reiterou seu despreço à política partidária, como pode ser visto em diferentes discursos proferidos por ele. Ver RIO BRANCO, 1948 a, p. 122; p. 189, p. 195 e p. 269.

seu gabinete, e tinha sempre ao seu lado dois ou três auxiliares (...) Vi assim funcionar em casa a Secretaria dos Negócios Estrangeiros”. (LINS, 1996, p. 65). Ser secretário na missão serviu como uma espécie de estágio ao jovem deputado, que viu crescer seu gosto pelas coisas da diplomacia.

Antes de entrar definitivamente para a carreira diplomática, entretanto, foi reeleito deputado e era segundo-secretário da Câmara. Pôde ainda comemorar a grande vitória do Gabinete, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, pela qual trabalhou muito. Joaquim Nabuco assim define sua atuação na ocasião:

Dentre os que mais de perto sustentaram a Rio Branco destaca-se, entretanto seu filho Paranhos, Barão do Rio Branco, então deputado por Mato Grosso, que ao lado dele foi um elemento constante de animação, em certo sentido seu principal apoio, por ser doméstico, íntimo, interior quase, e que ambicionava, mais do que ele mesmo, essa glória para o seu nome. (LINS, 1996, p.73).

E ainda teria um papel importante na defesa dos projetos do Gabinete, ao ajudar a fundar *A Nação*, o jornal porta-voz do Gabinete Rio Branco, junto com Gusmão Lobo, em 1872. Neste momento o Visconde já era o poderoso Presidente do Conselho de Ministros e reconhecia a importância de possuir vozes de apoio na imprensa. O filho assume este encargo e começa a contribuir periodicamente com *A Nação*. Passa a desfrutar de uma notoriedade crescente, devido às suas contribuições para o jornal. Moura (2003, p. 31) identifica este período como aquele em que a fama de boêmio de Paranhos começa a disseminar-se pela Corte e também começa a incomodar seu pai. A autora destaca que, a parte sua dedicação à Lei do Ventre Livre, o deputado pouco frequentava o Parlamento e preferia estar nos teatros e restaurantes da cidade. A participação em *A Nação*, como sua primeira experiência de contribuição regular na imprensa lhe deu a exata noção da força da imprensa e seu papel na vida política. Estas lições foram aprendidas e nunca esquecidas, sendo que sua atuação na imprensa durante as campanhas nas questões de limites em que estava envolvido e posteriormente como ministro deixam claro o valor que dava a este mecanismo, fosse para esclarecer decisões, expressar pontos de vista ou apenas granjear uma opinião pública favorável.

A fama de boêmio do deputado Paranhos só fez crescer quando veio à tona sua história de amor com a já mencionada atriz, Marie Philómene Stevens. Além do plano pessoal, esta relação trouxe desdobramentos importantes para sua vida pública. Nascido em Paris o primeiro filho em 1873, Juca o instala com a mãe em uma casa no Rio de Janeiro e começam a aumentar suas preocupações com o sustento da família que iniciava. Alguns dos seus biógrafos apontam esta situação como a que culminou com a decisão de obter um posto diplomático no exterior que lhe garantisse rendimentos mais seguros que os advindos das incertezas da carreira política. Além disso, estar fora da Corte evitaria os comentários sobre sua união não oficializada, nem reconhecida por sua família, com Marie. (LINS, 1996; VIANA FILHO, 1988; MOURA, 2003). Começa então umas das batalhas mais difíceis da vida Juca, a de obter sua nomeação junto a D. Pedro II para o posto vago de cônsul em Liverpool. A preferência por este posto e não outro de maior prestígio político se dá justamente por razões econômicas. Liverpool era um porto importante na época e o cargo de cônsul era bem remunerado. Este passou a ser o objeto de desejo de Juca Paranhos e alvo de todos os seus esforços, que mobilizou também muita gente influente.

Apesar de conhecer Juca dos bancos do Colégio Pedro II e das reuniões do IHGB, além de saber de quem era filho, D. Pedro relutava em fazer a nomeação. Ainda que ao longo da vida hajam acabado estreitando relações e que Rio Branco nunca tenha deixado de expressar sua admiração e apoio ao monarca, mesmo depois de deposto, parece que as questões morais eram determinantes. Ricupero (2000, p. 16) dá a dimensão das dificuldades encontradas pelo aspirante a cônsul com o exemplo do que já havia ocorrido com Joaquim Nabuco, também monarquista convicto e filho de estadista de renome no Império. Afinal, se “D. Pedro negava a Joaquim Nabuco nomeação diplomática por causa de sua fama de “galanteador”, não haveria de tratar com mais indulgência um jovem que levava vida escandalosa com atriz estrangeira”. Nunca se chegou a um veredicto definitivo sobre as razões da hesitação de D. Pedro e mesmo Juca desconfiava da existência de algum motivo oculto. (Lins, 1996, p. 93). Em carta ao Barão de Cotegipe, um de seus apoiadores mais convictos, deixa transparecer esta sensação e ainda revela que os planos para a carreira diplomática já existiam, de modo que talvez o nascimento do filho apenas tenha apressado a decisão.

Sei que o Imperador há de objetar: ele me tem contrariado sempre. Entendeu que eu não deveria ser deputado em 1868, quando tive a infeliz ideia de querer sê-lo, por supor que isso me facilitasse os projetos, que já então formava, de entrar para a carreira diplomática. Opôs-se a que acompanhasse meu Pai, como secretário, em 1868, quando antes o Conselheiro Otaviano pôde obter esta nomeação para um seu parente, e quando, ainda hoje, o Visconde de Itajubá pode ter junto a si um filho. (Lins, 1996, p. 92).

A nomeação só é obtida após um ultimato de Cotegipe e, assim mesmo, na ausência do Imperador, sendo assinada pela Princesa Regente. Em decreto de 24 de maio de 1876, Juca Paranhos é nomeado cônsul em Liverpool e parte para a Europa em setembro deste ano, onde já se encontrava Marie, com o filho mais velho e os outros dois, nascidos em 1874 e 1876. (D'AMARAL, 2001). Chegou em Liverpool em 6 de dezembro de 1876 e deu-se conta de que o trabalho não seria pequeno. Sua jurisdição incluía Glasgow, Manchester, Cardiff, Belfast, Dublin, Plymouth e Southampton, um território considerável, mas valia a pena, já que era o posto mais bem remunerado da carreira consular. O trabalho e o clima inglês não tardariam a produzir seus efeitos sobre um Juca ainda esperançoso de conseguir uma solução para seu “problema” com Marie. A verdade é que ainda nutria uma paixão por Maria Bernardina, a jovem de 15 anos, filha do Visconde de Tocantins e sobrinha do Duque de Caxias. Mas os agora já três filhos com a atriz acabam por se sobrepor aos sonhos de fazer um bom casamento na Corte. (MOURA, 2003). Assim, entregou-se às tarefas do consulado, ao mesmo tempo em que mantinha Marie e os filhos em Paris. Referia-se ao período em Liverpool como “exílio, desterro, terra da insipidez”. (D'AMARAL, 2001, p. 76).

Alguns acontecimentos, porém, o tiravam desta melancolia. Tornou-se íntimo do barão de Penedo, ministro brasileiro em Londres, e foi na sua casa que conheceu Joaquim Nabuco, de quem acabou ficando amigo. Com ele disfrutava momentos agradáveis na Inglaterra e em Paris, para onde viajava com frequência. Consta que virou inclusive anedota conhecida sua desculpa, dada aos conhecidos que encontrava pela capital francesa: “cheguei ontem e volto amanhã”. (MOURA, 2003, p. 46; LINS, 1996, p. 121). Era sua maneira de tentar dissimular o longo tempo passado na casa onde viviam Marie e os filhos. Lá se debruçava sobre os mapas e documentos na sua sala abarrotada de papéis e passava

horas estudando e fazendo anotações. Apesar das constantes saídas, era tido como um funcionário dedicado e já imprimia ao trabalho no consulado o estilo minucioso que o caracterizaria. Seus relatórios eram elogiados pelos superiores pela organização e detalhamento. Podia ainda aproveitar a permanência na Europa e seus contatos para continuar suas pesquisas, garimpar livros, mapas e documentos antigos, que colecionava ou mandava copiar para enviar ao IHGB. A visita do pai, sua primeira viagem a Europa, também veio a alegrar sua vida em 1878.

Já os anos posteriores, de 1880 e 1881, foram cheios de perdas para a família Paranhos. A longa doença do Visconde culminou com sua morte, antecedida pela da irmã Maria Luisa e do marido, seguida pelo falecimento da outra irmã e do tio Bernardo, amigo e procurador do Visconde. De volta à Inglaterra, segue pesquisando para realizar as anotações ao livro de Schneider, *História da Guerra do Paraguai*. Planejava também escrever sua própria versão da *História da Guerra do Paraguai*, além de uma *História Militar e Diplomática no Rio da Prata*, projetos que nunca chegou a concluir. (D'AMARAL, 2001).

Em 1883, dois anos após ter vindo assistir a morte do pai, volta ao Brasil para resolver problemas familiares. Sem o chefe da família, a Viscondessa pedia auxílio ao filho mais velho para cuidar dos irmãos, que lhe preocupavam. A viagem resulta em mais um amigo, Rodolfo Dantas, que junto com Nabuco, Veiga e Dumonthier formavam o círculo mais próximo de Paranhos Júnior. Além disso, o saldo foi positivo também para sua carreira, já que recebe de Afonso Pena, agora Ministro da Agricultura, o convite para representar o Brasil na Feira de São Petesburgo. Levou o que restava da família Paranhos para uma mudança de ares na Europa, acomodou-os em Paris e partiu rumo à Rússia. Voltou da Feira agraciado com o título de Conselheiro e com mais alguns degraus superados em prestígio na carreira diplomática.

Seguia com seu ofício de historiador nas horas vagas, até que novos problemas na família o fazem retornar à Corte em 1887. Toma providências drásticas e interna o cunhado em um manicômio, ao mesmo tempo em que ampara a irmã e organiza sua vida. Recebe uma proposta tentadora durante a visita ao país, mas não aceita. Poderia escolher o lugar para assumir como ministro do Brasil, mas prefere ficar em Liverpool. Mesmo não recebendo tanto quanto imaginava, o posto ainda significava um salário melhor que qualquer posto de ministro e o obriga a gastos menores com representação. (D'AMARAL, 2001).

Em julho, volta a Europa diretamente para Paris na companhia do Imperador, que buscava tratamento de saúde. Além de fazer o papel de guia do monarca, reencontra Nabuco na cidade e conhece mais um



amigo importante, Eduardo Prado. Eram os últimos anos do Império e de acirramento pela luta abolicionista. Em 9 de maio de 1888 era apresentado o projeto de lei da abolição à Câmara que no dia 11 já estava aprovado. No dia 23, após discursos, a lei é apresentada para sanção à Princesa Regente. A lei tinha um significado pessoal para Paranhos porque era o fechamento do trabalho iniciado pelo pai e pelo qual ele havia trabalhado nos anos como deputado. Em 19 do mesmo mês, o significado pessoal deste momento toma proporções ainda maiores, ao receber um telegrama do Brasil: “Agraciado barão Rio Branco”<sup>35</sup>. (D’AMARAL, 2001).

## 2.2.2 O Barão do Rio Branco

O Conselheiro Paranhos sepulta com o recebimento do título toda a mágoa deixada pelas dificuldades em conseguir sua nomeação, ao ser lembrado entre aqueles escolhidos para celebrar a conquista do Império. Em telegrama, Nioac, camareiro de D. Pedro II, afirma que todos estavam muito satisfeitos com a mercê recebida, especialmente o Imperador. O agora Barão de Rio Branco sentia-se finalmente reconhecido e resgatado da obscuridade de seu “exílio”. Entretanto, a despeito da alegria gerada pela deferência, Paranhos decide que não usará o título recebido, o que gera uma onda de protestos e tentativas de convencimento por parte de seus amigos. Gusmão Lobo foi dos que mais se empenharam na tarefa e argumentava que tal atitude seria um desrespeito à memória do Visconde: “Você fará muito mal não usando seu título. É o nome de Rio Branco que você elimina de si mesmo.” (VIANA FILHO, 1988, p. 127-128).

As causas exatas da hesitação em usufruir do baronato nunca se esclareceram e resultam ainda mais curiosas pelas características de que gozava Paranhos. Ser um monarquista convicto e afeito às “exterioridades pomposas”, além da notória fidelidade ao pai, levavam a crer que ele se encaixaria com perfeição ao papel de barão. (VIANA FILHO, 1988, p. 127-128). Ao fim, rendeu-se e passou a assinar Barão de Rio Branco, nome com o qual entraria para a história. Depois da

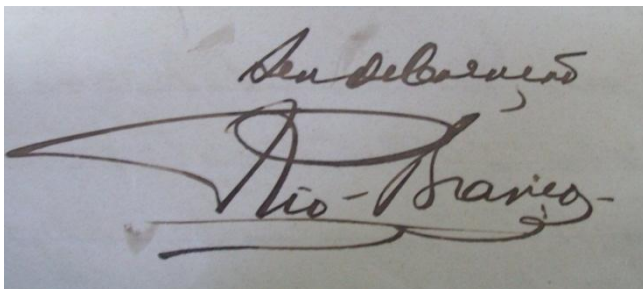
---

<sup>35</sup> A grafia original era Rio-Branco, mas optou-se por modernizar a grafia, conforme faz a maioria dos livros contemporâneos. Justifica-se ainda o uso de maiúscula para Barão do Rio Branco já que este passou a ser o nome próprio que designa o personagem, sendo inclusive muitas vezes utilizado apenas o título Barão. A *Revista Fon-Fon!*, de 17/09/1912 esclarece que “ninguém o conhecia senão por Barão. A simples enunciação das palavras – o Barão – já todo o mundo sabia que se tratava de Rio Branco. O Barão era ele, exclusivamente ele”. Assim, ao longo do trabalho ao citar o Barão, sempre se estará referindo ao Barão do Rio Branco.

Proclamação e com a abolição dos títulos nobiliárquicos, chegou a ser criticado pela manutenção do nome e utilizou como justificativa justamente este argumento. Em 1893, escreve ao Ministro do Estrangeiro, João Filipe Pereira:

Meu pai ficou mais conhecido no Brasil e no estrangeiro pelo nome de Rio Branco (...). Hoje, no círculo das minhas relações na Europa e neste país, todos me conhecem por este nome. Não posso renunciar a ele e, conservando-o, uso de um direito incontestável. (MOURA, 2003, p. 54).

Assim, passa a assinar apenas Rio Branco, segue com seu trabalho em Liverpool, dedica-se aos seus estudos históricos e acompanha com apreensão o desenrolar da campanha republicana no Brasil. Na figura 7, o detalhe da assinatura de Rio Branco em documento arquivado no AHI.

A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on a light-colored, slightly textured paper. The signature is written in a fluid, cursive script. The top part of the signature is a smaller, more delicate flourish, while the main part of the signature is larger and more bold, with a prominent horizontal stroke that sweeps across the middle. The name 'Rio Branco' is clearly legible despite the cursive style.

**Figura 7:** Assinatura de Rio Branco

**Fonte:** AHI. Correspondência com Eduardo Prado. Lata 836, maço 1, pasta 11.

Desde sua última viagem ao país e através da correspondência que mantém com os amigos brasileiros, entende que um Terceiro Reinado é praticamente impossível. Apesar de mostrar-se desapontado com os rumos do país, já que ainda esperava que a Abolição desse novo fôlego à monarquia, aceita com resignação as notícias recebidas através de carta de Homem de Mello, dando conta da Proclamação da República. O amigo buscava tranquilizá-lo com relação ao seu futuro em Liverpool. Já em 17 de dezembro de 1889, é fiel ao seu estilo sucinto e pragmático, e responde:

Dos acontecimentos da nossa terra não tenho ainda ânimo de falar a V. Ex.<sup>a</sup>. Parece-me ainda tudo isso um sonho. Em algumas horas ficaram destruídas todas as instituições que nos legaram nossos pais, e que nos haviam dado tantos anos de paz, de prosperidade e de glória. Começamos vida nova, tendo o atual governo e esta geração um colossal trabalho de reconstrução a fazer. Parece-me tudo um sonho! (...) Agora está a República fundada. Creio que não haverá quem seriamente pense em voltar atrás. (VIANA FILHO, 1988, p. 145).

Desta maneira, posiciona-se entre os que mantem suas convicções monárquicas, mas busca manter em equilíbrio uma atitude de respeito que deixe clara sua fidelidade ao Imperador deposto, sem comprometer sua permanência no cargo que lutou tanto para conseguir. Diferente de amigos como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado, não dispunha de fortuna e sua condição não permitia lançar-se em uma campanha pró-Restauração, nem em um auto-exílio voluntário. Isso não o impediu de manifestar-se de alguma forma. Colaborou com Prado de forma anônima nos *Faustos da ditadura militar*, em 1890, criticando a República, atitude que manteve nas contribuições dadas sob pseudônimo para o *Jornal do Brasil*, a partir de 1891. Nele publicou suas famosas Efemérides e também as Cartas de França, onde em uma de suas edições aparece uma descrição das mais completas do funeral de D. Pedro II. (MOURA, 2003).

Estando longe do palco dos acontecimentos, necessitava de ainda mais cautela nos seus atos e resolveu aguardar algumas definições antes de tomar uma decisão. Permanecer no cargo apesar de sua desaprovação pelo regime ou renunciar, seguir o Imperador exilado e talvez comprometer para sempre seu futuro? Estas eram as opções que pairavam sobre o Cônsul recém feito Barão e que tantas preocupações lhe causavam. A admiração por D. Pedro II, somente equiparada à que nutria pelo próprio pai, talvez tenha mais componentes simbólicos do que uma real identificação com o regime monárquico como escolha política. A avaliação feita sobre o republicanismo tem feições de juízo valor, emitido por alguém que entende a mudança de regime como uma traição aos valores e instituições criadas pelas gerações anteriores. Neste sentido, proclamar a República pode ser considerado um ato mesmo de ingratidão. Nunca é demais ter em conta que Rio Branco é filho da elite imperial, com a qual comparte um *ethos*, valores e visões de mundo, ele

é uma das “criaturas da cultura aristocrática”, descritas por Alonso (2008, p.7). Como defende Schwarcz (2006, p. 22), “a reflexão sobre a monarquia brasileira leva à reconstrução de um sistema político (ligado à elite carioca que cerca a realeza), mas também a um imaginário monárquico”. Este imaginário é parte fundamental da formação de Rio Branco e estará presente durante toda sua trajetória como político e diplomata. Ele se enquadra com perfeição na descrição feita por Brito Broca (2005, p. 129-130), segundo a qual quase todos os escritores monarquistas “foram mais ou menos sentimentais”, nos quais se pode observar nas referências respeitadas à família real os “reflexos do clima psicológico do paternalismo imperial”.

Além disso, havia o temor pelo fim da ordem no país, cujo um sinal evidente para ele, seria a tomada de poder pelos militares. Rio Branco era um admirador das coisas militares, futuramente defensor do reaparelhamento das Forças Armadas, o que lhe custou muitas críticas. Entretanto, entendia que o soldado estava submetido a uma hierarquia rígida e jamais deveria imiscuir-se em assuntos políticos. Seu posicionamento está expresso claramente na mesma carta enviada a Homem de Mello citada anteriormente, onde diz que havia enviado livros ao Visconde de Ouro Preto que considerava importantes para a instrução do Exército e Marinha:

Eram livros de instrução do Exército da República Francesa, nos quais se ensina o respeito que o oficial e o soldado devem aos poderes constituídos, e a fidelidade do seu juramento. Partiram de Bordeaux no dia 16 de novembro, mas se tivessem partido antes chegariam ainda assim tarde. Só dentro de muitos anos poderemos ter, já agora, militares que não se ocupem de política. (VIANA FILHO, 1988, p. 145).

Seu maior medo com relação à República, além do afastamento da Família Real e todos os ideais personificados por ela, era a fragmentação do território brasileiro. A experiência das ex-colônias espanholas na América e a proliferação de pequenas repúblicas influenciaram negativamente sua visão. O Império brasileiro era para ele, neste contexto, um traço distintivo do país, um indicativo de que este estava em um grau superior de civilização. Rio Branco não queria que o Brasil desempenhasse “o triste papel da Venezuela, do México, da Colômbia e todas essas ridículas Repúblicas hispano-americanas que

quiseram macaquear os Estados Unidos da América”. (BUENO, 2002, p. 359).

A imagem do Império do Brasil foi forjada justamente na contraposição com seus vizinhos republicanos e no estado de “anarquia” em que se encontravam. Neste processo de criação da face do Império tropical, as elites apostaram na monarquia e na conformação de uma ritualística local. Como afirma Schwarcz (2006, p.18), neste contexto a realza aparecia como “o único sistema capaz de assegurar a unidade do vasto território e impedir o fantasma do desmembramento”, passando a monarquia a ser um “símbolo fundamental em face à fragilidade da situação”.

O perigo da desintegração estava representado pelo federalismo, este sim um inimigo combatido abertamente por Rio Branco, detentor de uma “herança monárquica” arraigada. Rui Barbosa defendia o federalismo, independente do regime, apesar de mais próximo à República. Já Nabuco, companheiro nas fileiras monarquistas, encarava a federação como a última possibilidade de salvação do Império, no que se mostrou equivocado. Rio Branco discordava de ambos e afirmava que “esta geração nova, com os tais federalismo e republicanismo, parece querer desprezar a grande pátria, que nos legaram nossos pais, homens enérgicos, que não viviam de capitulações e fraquezas”. (D’AMARAL, 2001, p.96). Outra vez deixa transparecer no seu argumento mais a reprovação ao que poderia ser considerada uma traição aos pais fundadores da pátria, do que aponta um erro de condução na política do país.

Sempre comedido em suas afirmações, mesmo na correspondência pessoal procura manter um tom sóbrio e pouco comprometedor. Mas, sobre o federalismo é bastante contundente ao combater as ideias do amigo Joaquim Nabuco: “(...) muito medo tenho da nova bandeira que levantou, sobretudo dessa palavra – Federação – que entre nós já estava esquecida e já nos custou muito sangue e muitas lutas.” (D’AMARAL, 2001, p.97). É nesta época de particular arroubo que assina o prefácio de uma obra de José Veríssimo como “o Selvagem Unitário” e que cria a divisa que o acompanharia durante toda a vida “*Ubique patriae memor*”, “em todo lugar lembrar-se da pátria”.

Enquanto esperava um desfecho para sua vida política, seguiu os conselhos mais comedidos dos amigos. Homem de Mello já havia tratado de acalmá-lo porque depois de conversa com Quintino Bocaiúva, o novo Ministro do Estrangeiro, sentiu uma boa recepção com relação ao nome de Rio Branco. Mas, por precaução e acatando a sugestão de Gusmão Lobo, não foi visitar o Imperador exilado, restringindo-se ao

envio de uma carta, não sem derramar-se em desculpas. Em certo trecho afirma que já há muito desejava escrever-lhe, mas lhe havia faltado coragem e lhe assegura que sua “dedicação e reconhecimento são e serão sempre os mesmos.” Porém, afirma “que grandes encargos de família me não deixam liberdade de ação que outros, mais felizes, ou menos infelizes, podem ter”. Termina com um pedido: “Vossa Majestade me perdoará o não ter ido até Lisboa, e suplico-lhe que diretamente ou por intermédio do Conde de Nioac me mande uma palavra de perdão, que me dê algum conforto, pois nunca atravessei dias tão cruéis.” (VIANA FILHO, 1988, p. 148).

Apesar da apreensão gerada pelas mudanças políticas e o sofrimento pessoal de Rio Branco, sua vida profissional não chegou a ser fortemente abalada já que não houve alteração significativa nos quadros diplomáticos e consulares lotados no exterior. A jovem República necessitava de reconhecimento internacional e manter nos seus postos os representantes era parte da estratégia de mostrar ao mundo que a ordem seguia inalterada no Brasil, apesar do novo regime. (MOURA, 2003, p. 54). Na verdade, o Cônsul recebeu um novo posto, o de Superintendente do Serviço de Imigração, sediado em Paris. Sem prejuízo do posto anterior, dividia-se entre as duas funções e acabou beneficiado por poder ficar cada vez mais tempo na capital francesa com a família sem recorrer às escusas de praxe. Na casa da *Rue des Rennes* se recolhe em seus estudos e evita a vida social, em uma espécie de luto. Confidencia a Nabuco: “há anos não vou à festa alguma. Assisti por exceção ao banquete da abolição, em Paris, em 1888.” (LINS, 1996, p. 166).

O período de retraimento estava perto de acabar e Rio Branco passaria à história justamente como representante brilhante da República que repudiava. Os problemas de fronteiras herdados do Império não tardariam a assombrar o Presidente. Pouco tempo antes da Proclamação foi firmado um tratado com a Argentina que previa a solução por arbitramento caso não se chegasse a um entendimento direto entre os dois países. O árbitro seria o Presidente dos Estados Unidos. O Ministro de Estrangeiros brasileiro, Quintino Bocaiúva, assinou em princípios de 1890 um tratado em Montevideo, que dividia o território em litígio, o que agradou Buenos Aires, mas irritou o Congresso brasileiro e grande parte da opinião pública, como mostra a Figura.



**Figura 8:** Tratado de Montevideo

**Fonte:** *Semana Ilustrada*, 1900, em CARVALHO, 1995, p.104.

O tratado foi rechaçado pelos parlamentares e definitivamente vetado. Voltava-se à questão do arbitramento na que passaria a ser chamada Questão de Palmas ou das Missões. O primeiro advogado escolhido pelo governo brasileiro, o barão de Aguiar de Andrada, faleceu durante os preparativos da memória explicativa que seria entregue ao Presidente Cleveland, o árbitro da questão. Rio Branco não gozava da simpatia do Visconde de Cabo Frio, Ministro do Estrangeiro que indicou Aguiar de Andrada. Porém, foi seu sucessor no Ministério, Serzedelo Correia, quem indicou Rio Branco ao cargo. Aceito o encargo, este anuncia sua chegada a Washington em 25 de maio de 1893. Do lado argentino, também houve mudanças devido à morte do advogado da causa. Como seu substituto, assumiu Estanislao Zeballos, político e advogado argentino e rival notório de Rio Branco nos anos subsequentes<sup>36</sup>. As diferenças entre os dois tomaram ares pessoais, alimentadas por intrigas e por disputas por poder e prestígio. Os enfrentamentos públicos foram vários e a imprensa não deixava de registrá-los, como na Figura 9.

<sup>36</sup> A animosidade entre os dois advogados e futuros Ministros do Exterior de seus países iniciou em um episódio ocorrido em 1875 e se estendeu para além da Questão das Missões. O então Deputado Paranhos escreveu em *A Nação* um artigo em que classificou o ato do chanceler argentino Carlos Tejedor, que deixou o Rio de Janeiro sem despedir-se do Imperador, de *gauchérie*. O termo foi traduzido na imprensa argentina como *gauchada*, provocando a ira de Zeballos. “É melhor ser gaúcho que macaco!”, foi sua resposta no jornal Nacional. (HEINSFELD, 2007, p. 131). A troca de notas em jornais de grande circulação causou mal estar entre os vizinhos e, especialmente, entre Paranhos e Zeballos.



*Zeballos – Afinal de contas, é o senhor quem provoca... Eu ando sempre sosinho e sempre desarmado...*

**Figura 9:** Bom senso, por J. Carlos

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 21/03/1908. Biblioteca Nacional.

A delegação brasileira seguiu seus trabalhos sob nova direção e entregou no prazo acordado a memória a Cleveland, 11 de fevereiro de 1894. Com anos acumulados de estudo sobre o Prata, um de seus assuntos preferidos, Rio Branco tinha um conhecimento profundo sobre a questão que defendia e realizou um trabalho minucioso. Gilberto Amado (2003, p. 66) classifica sua memória, dividida em seis volumes, sendo um apenas dedicado aos mapas garimpados por ele, como de “um valor literário fora do comum”. Heinsfeld (2007, p. 153) afirma que a defesa apresentada por Rio Branco foi “um verdadeiro tratado de geopolítica”, onde buscou apoio na geografia e história para demonstrar a razão do Brasil. Entretanto, apesar da excelência do trabalho e do mérito das razões alegadas, não descarta o papel desempenhado pelo árbitro na decisão final, que tinha um componente político, além de técnico-jurídico. Ferrari (s/d, p. 166 *apud* HEINSFELD, 2007, p.153) afirma que:



Resulta inexplicable que se haya pactado el arbitraje norteamericano, y por añadidura en un pleito contra el Brasil [ênfatizando que] la relación especial que ya entonces existia entre los Estados Unidos y el Brasil desaconsejaba absolutamente semejante arbitraje.

Se durante o período de trabalho em Washington Rio Branco ainda causava desconfiança no governo brasileiro, que chegou a enviar detetives para averiguar se não tinha aspirações de restaurar a monarquia<sup>37</sup>, a vitória trouxe o seu nome à luz depois de anos na obscuridade na Europa, alçando-o à categoria de herói nacional. À entrega do laudo, em 5 de fevereiro de 1895, seguiu-se uma reviravolta na vida pacata que havia levado até então. Constâncio Alves (LINS, 1996, p. 209) assim o define: “ele saiu da penumbra para a glória, como um rio que, depois de um curso subterrâneo, desenrolasse à luz do sol uma corrente já majestosa”.

Considerou desnecessária uma viagem ao Brasil apenas para receber homenagens e voltou dos Estados Unidos diretamente à Paris. Já tinha trabalho esperando-o: estudar e examinar a questão dos limites com a Guiana Francesa. Enquanto analisava o tema, foi encarregado também de ocupar-se da questão de limites com a Guiana Inglesa, como assessor e conselheiro do ministro brasileiro em Londres, Sousa Correia. Embora diferentes, as reivindicações de ambos os países tinham um objetivo comum: figurar na bacia do Rio Amazonas. (LINS, 1996, p. 210-211). Moura (2003, p. 67) dá uma versão diferente dos acontecimentos e afirma que foi Rio Branco quem se ofereceu para estudar o tema do litígio com a França. Em telegrama ao Ministro do Exterior em 1º de junho de 1895, ele diz:

Há talvez um meio de conciliar o desejo que V. Ex.<sup>a</sup> teve a bondade de manifestar-me e o interesse público com meu interessa particular nesses dois anos próximos. Temos pendentes com a França uma velha questão de limites (...) Não tenho o

---

<sup>37</sup> Registro nos Cadernos de notas de Rio Branco depositados no AHI: “As instruções que tinham a meu respeito era para que observassem os meus movimentos e os das visitas que recebia, e procurassem saber a quem eu dirigia telegramas ou cartas, para ver se me comunicava com os revolucionários ou se pelo telégrafo mandava alguma informação. Que grande e inútil maçada tiveram os detetives que andaram a observar a minha residência e os meus movimentos e a ler os meus telegramas.” (LINS, 1996, p. 206).

pensamento de oferecer-me para tratar dessa questão, que deve ser tratada por pessoa da inteira confiança do governo. Mas, penso que eu poderia talvez ser encarregado de ir preparando uma Memória justificativa (...) (MOURA, 2003, p. 67).

De qualquer maneira, seu oferecimento foi aceito e o acúmulo de funções era a prova de que sua fama como profundo conhecedor de história e geografia do Brasil e hábil diplomata já estava consolidada. Isto não o impediu de encontrar dificuldades na carreira, pois o novo Ministro do Estrangeiro, Dionísio Cerqueira, tinha problemas com Rio Branco desde a Missão em Washington. Dionísio era parte da delegação brasileira, composta ainda por Domingos Olímpio, Olinto de Magalhães, William Ivins, Charles Edward Girardot e Domício da Gama. Mas, no relatório final da Missão, apenas o nome de Rio Branco aparecia como autor, motivo suficiente para que Cerqueira o tivesse em péssima conta. (Moura, 2003).

As coisas melhoram quando é nomeado Ministro Olinto de Magalhães, também ex-integrante da Missão nos EUA, mas amigo de Rio Branco, do qual não guardava rancores. Em 1898, os governos francês e brasileiro, diante da impossibilidade de um acordo bilateral, optam pelo arbitramento, ficando à cargo da Suíça a decisão final. Rio Branco é então nomeado Ministro Plenipotenciário na Questão do Amapá e se muda para Berna no ano seguinte, levando Domício da Gama e o filho Raul como secretários. (LINS, 1996). Para a Questão da Guiana Inglesa, foi nomeado advogado Joaquim Nabuco, que acabou não tendo o mesmo êxito do amigo. Em 1<sup>o</sup> de dezembro de 1900 sai o laudo arbitral dando ganho de causa ao Brasil. Pelo sucesso nas duas Questões ganha do Congresso o título de Benemérito da nação, um prêmio de 300 mil contos réis e uma dotação mensal de 24 mil contos de réis. Utiliza o prêmio para pagar as dívidas contraídas para arcar com as despesas das duas Missões extraordinárias e lega aos filhos a pensão. Era a consagração de Rio Branco. (MOURA, 2003). De Paris vai à Berlim para atuar como Ministro do Brasil na legação alemã, cargo que assume em 16 de abril de 1901 e no qual passa pouco tempo. Definitivamente já havia deixado sua marca na política e na diplomacia brasileiras e abria caminho para o próximo passo: assumir o cargo mais alto do serviço exterior, o Ministério do Estrangeiro.

### 3 A VOLTA AO BRASIL

---

Poucos meses após sua chegada a Berlim, Rio Branco recebe um telegrama de Campos Sales que mudaria o rumo de sua vida: “Rodrigues Alves deseja confiar-lhe pasta exterior e encarregou-me consultá-lo esperando de seu patriotismo não recusar. São esses também os meus votos”<sup>38</sup>. Tentou declinar a proposta sob diversas escusas, desde a saúde debilitada depois do trabalho intenso nas duas Missões Extraordinárias, até os encargos de família e as dificuldades financeiras que passava. Chega a dizer que o melhor candidato ao posto seria o amigo Joaquim Nabuco<sup>39</sup>. (VIANA FILHO, 1988, p. 293). Este, por seu lado, tratava de incentivar Rio Branco a aceitar o cargo, com o forte argumento de que ele deveria pensar no seu nome e no de seu pai. Além disso, afirmava que Rio Branco já havia escrito a história e que havia chegado o momento de fazê-la, conforme telegrama<sup>40</sup> enviado em julho de 1902.

Rio Branco segue tentando se livrar do encargo, mas sua recusa não seria aceita facilmente, já que o novo presidente via nele o homem de que necessitava para sanar as questões fronteiriças pendentes, especialmente o litígio com a Bolívia. Prova do papel chave que lhe estava reservado e da confiança que lhe era devida é que foi o primeiro ministro escolhido para compor o novo governo, o que demonstra o prestígio de que gozava naquele momento. (LINS, 1996, p. 243). Rodrigues Alves estava decidido a tê-lo no ministério e lhe escreve novamente dizendo claramente: “suas valiosas ponderações não me convenceram”. E ainda acrescenta que este não poderia negar ao país este sacrifício.<sup>41</sup>

Diante da insistência e da falta de outros argumentos, Rio Branco atende ao pedido no dia 30 de agosto de 1902, quase dois meses depois do primeiro contato. Sentia-se reconhecido pela república e de certa forma, já a aceitava. Em carta a Nabuco, no mesmo dia em que aceita o posto de ministro, afirma que entende ser o maior problema do Brasil no momento a manutenção da unidade nacional e o repúdio à anarquia. Por

---

<sup>38</sup> Telegrama de 06/07/1902. AHI. LINS, 1996, p. 243.

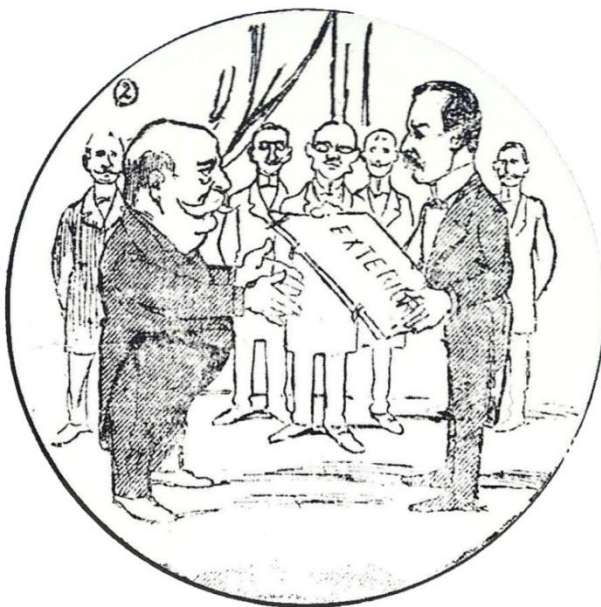
<sup>39</sup> Em carta a Nabuco diz que seu plano é somente estar no cargo enquanto não safa o resultado da Missão em Roma e que, assim que saia vitorioso, lhe passará “a vara”. (VIANA FILHO, 1988, p. 299).

<sup>40</sup> Ver Anexo A.

<sup>41</sup> Telegrama de 29/08/1902. AHI. LINS, 1996, p. 247.

isso, entende que o regime presidencial, por ser “ainda o que nos convém por muito tempo”<sup>42</sup>, deveria ser aprimorado e mantido. Não chega a renegar suas convicções monárquicas, mas, uma vez mais dá provas do seu pragmatismo e reconcilia-se com o Brasil.

O desembarque do novo ministro no Rio de Janeiro ocorreu em 1 de dezembro de 1902 e causou alvoroço na capital. Foi aclamado desde sua chegada ao porto da cidade com foguetes, vivas, discursos e cumprimentos.<sup>43</sup> O ambiente era de euforia por sua chegada, Rio Branco personificava a vitória no exterior e o orgulho nacional estava no seu auge. Era o início de uma lua-de-mel entre a imprensa brasileira e seu novo herói, que chegava com os louros das vitórias de Amapá e das Missões, conforme mostra a Figura 10. Entretanto, a imagem o mostra já pisando na espinhosa Questão do Acre, um dos poucos episódios capazes de abalar sua imagem de unanimidade nacional.



**Figura 10:** Rio Branco recebendo a Pasta do Exterior do Ministro J.J. Seabra, por Bambino

**Fonte:** Jornal do Brasil, 03/12/1902. AHI.

<sup>42</sup> Carta de 30/08/1902. AHI. Arquivo pessoal de Joaquim Nabuco. Lata 786, maço 5.

<sup>43</sup> A descrição de sua chegada, segundo Levi Carneiro, está em VIANA FILHO, p. 1988, p. 308-309.

Tal era o clima da recepção de Rio Branco e da maior parte da sua gestão que Bueno (2003, p.128) chega a afirmar que, como “unanimidade nacional, não teve inimigos ou desafetos políticos, inclusive porque sempre entendeu que a política externa pairava sobre os partidos, facções e paixões partidárias transitórias”. Mesmo seu crítico mais ferrenho, o também diplomata Manuel de Oliveira Lima, reconhecia que em Rio Branco, “o interesse pessoal se confundia com o público, assim como sua personalidade mergulhava toda na nacionalidade”. (ALMEIDA, 1996, p.8). Com tal grau de reconhecimento público, Rio Branco chegou a ser “comparado à Bismarck por seus contemporâneos, com prestígio superior até ao do Presidente da República” e pôde desfrutar de arbítrio inédito na condução dos negócios exteriores do Brasil, passando por cima, inclusive, das trocas de Presidente da República. (BUENO, 2003 p.128). Na Figura 11 aparece justamente Rio Branco como o Chanceler alemão tendo nas mãos fortalecidas pela “energia” o leme que guiava a política internacional. Sua bússola eram os “sentimentos e aspirações nacionais”, o que não deixa dúvida sobre a imagem projetada por Rio Branco naquele momento e reproduzida pela imprensa.



Rio Branco: Tento ao leme, que a grita dos jornais argentinos procura desviar-me do rumo! ... E, talvez por ironia, talvez por despeito, chamam-me lá o Chanceler de Ferro... Pudera! Estavam habituados aos chanceleres de banana!

**Figura 11:** Bismarck ao leme, de J. Ramos Lobão

**Fonte:** *O Malho*, 01/08/1908, em LIMA, 1963, p. 307.

É fora de dúvida o prestígio praticamente sem precedentes do Ministro Rio Branco, mas tampouco é possível afirmar que era uma unanimidade nacional, que passava totalmente incólume às críticas. A disputa territorial com a Bolívia pela região do Acre e sua posterior resolução, por meio da assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, é um exemplo de episódio que suscitou uma avalanche de críticas à atuação do Ministro e dividiu opiniões no Brasil. O próprio Ministro, em discurso no Itamaraty na comemoração da assinatura do Tratado faz referência aos “dissabores por que tenho passado” e os “violentos ataques de que vou sendo alvo”<sup>44</sup>. Os críticos de Rio Branco consideraram os termos do Tratado demasiadamente generosos com a Bolívia e o viam como uma humilhação para o país, que, sob esta

<sup>44</sup> AHI. RIO BRANCO, 1948 a, p. 67.

perspectiva, estaria cedendo parte do seu território e ainda pagando uma quantia em dinheiro por isso<sup>45</sup>. Um dos críticos ferrenhos da posição de Rio Branco com relação à Bolívia era Rui Barbosa. Ele considerava que o acordo implicava em cessão de parte do território nacional, o que via como um equívoco e um ultraje. Aqueles que condenavam Rio Branco e compartilhavam a opinião de Rui não eram poucos, e a imprensa não deixou de registrar este descontentamento. Na Figura 12, a charge mostra Rio Branco pedindo conselhos a Rui sobre a Questão do Acre, recorrendo ao seu prodigioso cérebro e seus conhecimentos jurídicos.



**Figura 12:** Consulta a Rui Barbosa, por Alfredo Cândido

**Fonte:** *A larva*, 1/09/1903, em Herman Lima, p. 279.

<sup>45</sup> O Tratado de Petrópolis foi firmado em 17 de novembro de 1903 entre Brasil e Bolívia e fixou os limites entre os dois países, acabando com uma disputa territorial herdada do Império. Pelos termos do Tratado, houve uma permuta de territórios que procurou estar de acordo com a nacionalidade da população habitante do espaço. Por serem áreas desiguais, o Brasil teve que pagar uma compensação financeira à Bolívia no valor de £ 2.000.000 e ficou comprometido com a construção da estrada de ferro do Rio Madeira ao Mamoré.

É conhecida a militância de Rio Branco na imprensa, intensificada nos anos de sua gestão, quando buscava arregimentar a opinião pública. A polêmica em torno da Questão do Acre o levou a escrever uma série de cinco artigos publicada no *Jornal do Commercio*, entre dezembro de 1903 e janeiro de 1904, assinada pelo pseudônimo Kent<sup>46</sup>. Em *A questão do Acre e o tratado com a Bolívia II*<sup>47</sup>, de 18 de dezembro de 1903, diz Kent: “Em outros países, onde em todos os círculos da política e da imprensa se tem melhor compreensão de patriotismo e dos interesses da causa pública, as questões com o estrangeiro são consideradas sempre questões nacionais”. (RIO BRANCO, 2002: 29). Expressava assim, o entendimento de que a política exterior não era senão uma faceta da política interna e, portanto, tão importante quanto esta. Talvez esteja aí uma crítica também àqueles que acusavam seu Gabinete de fazer gastos excessivos em prol da imagem internacional do país, em uma República ainda em construção e com tantos problemas a resolver.

Kent também aproveitou o momento e o espaço na imprensa para defender a permanência de políticos nos seus cargos por períodos mais longos, dada, segundo ele, a importância da continuidade para o trabalho em política exterior. Diz ele: “Por isso em França, ministros como os Srs. Hanotaux e Delcassé têm podido permanecer em gabinetes sucessivos, de diferentes matizes políticos. Entre nós não se dá o mesmo nos dias de hoje, que infelizmente ainda são de anarquia mental”. (RIO BRANCO, 2002, p.29). Nesta passagem é ainda possível observar um reflexo de uma postura muito própria de Rio Branco, que era o rechaço à política partidária e suas “pequenezas”, repetidas vezes apontada por seus biógrafos. (LINS, 1996; RICUPERO, 2000; D’AMARAL, 2001). Sob sua perspectiva, a causa pública estava acima de qualquer divisão político-partidária ou ideológica. Rio Branco já havia deixado isso claro quando aceitou continuar desempenhando suas funções a partir da Proclamação da República e ao demorar a decidir-se por retornar ao Brasil para o cargo de Ministro, por temer imiscuir-se novamente no jogo da política interna que em nada lhe agradou quando foi Deputado.

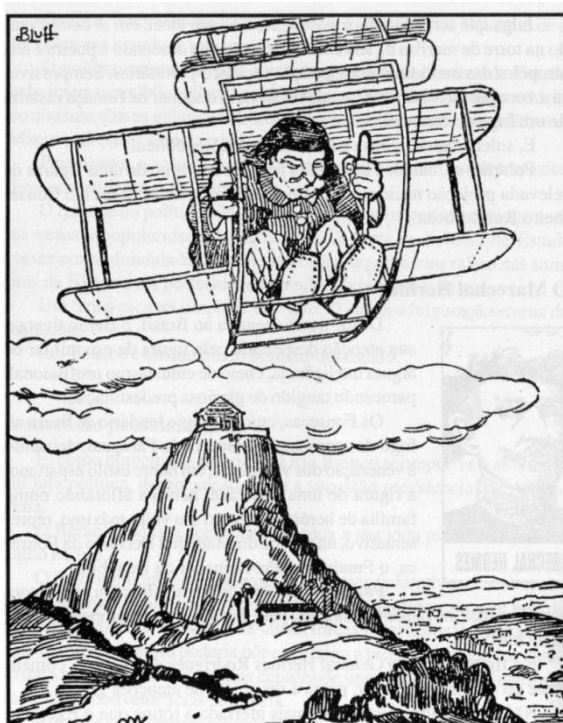
---

<sup>46</sup> Um ponto muito polêmico do Tratado de Petrópolis era o pagamento de uma indenização à Bolívia, que Kent considera justo pela compensação pela área dada e a área recebida. Segundo ele, o pagamento não era mais do que parte da “soma dos sacrifícios que fazemos para resolver definitivamente a chamada questão do Acre” e reafirmava que “não houve nessa operação compra de direitos ou de Territórios.” (RIO BRANCO, 2002: 24). As justificativas apresentadas por Kent iam ao encontro da concepção de política exterior de Rio Branco, que tinha como um de seus pilares a consolidação das fronteiras nacionais.

<sup>47</sup> Texto também publicado em *O Paiz* (19/12/1903), *Gazeta de Notícias* (19/12/1903), *A Nação* (19/12/1903).



Tinha esta convicção tão clara que recusou disputar a presidência da República quando estava no auge de sua popularidade e tinha reais chances de vitória. Sua atitude agradou ainda mais a opinião pública, que aprovou sua disposição em não se envolver em disputas partidárias “pequeninas”, como mostra a Figura 13.



Barão: como é pequenina essa luta de candidaturas, vista de um nível mais alto!

**Figura 13:** Pairando sobre a disputa, por Bluff

**Fonte:** *O Filhote*, 21/12/1909 em CARVALHO, 1995, p. 256.

Se a imprensa funcionava como meio de expressão para Rio Branco, servia também aos críticos, como o escritor Lima Barreto. Em artigos no semanário *ABC*, do Rio de Janeiro, postumamente publicados sob o título de *Os bruzundangas*, o autor utiliza a sátira para fazer uma descrição ácida do ministro mais popular da República. Chamado de Visconde de Pancome, o ministro da República da Bruzundanga é uma

clara alusão à Rio Branco, tal como uma nota de rodapé<sup>48</sup> do editor esclarece. Pancome/Rio Branco era “um embaixador gordo e autoritário, megalômano e inteligente”, que havia transformado tudo, agora “a lei era ele”. (BARRETO, 2002, p. 53). A diplomacia do país fictício também não é poupada, bem como o excesso de gastos de representação, considerados desnecessários, já que “a bruzundanga era um país de terceira ordem a sua diplomacia é meramente decorativa”. (BARRETO, 2002, p. 54). Os critérios de seleção dos quadros do ministério também são duramente criticados, por buscarem, segundo Lima Barreto (2002, p. 109- 110), nada mais que “bem documentar, aos olhos dos estrangeiros, a beleza dos homens da Bruzundanga”, sendo indiferente às qualidades dos candidatos e prescindindo da realização de concursos públicos. Na Figura 14, as nomeações do ministro do Exterior são o foco. Rio Branco aparece com a cartola e a pasta abarrotadas com os novos diplomatas nomeados para assumir os novos postos criados no exterior.



Meninos haja...  
Que eu sempre lhes arranjarei um lugarzinho  
de Secretário de legação.

**Figura 14:** Nova maturidade, por Raul Pederneiras

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 13/04/1907. Biblioteca Nacional.

---

<sup>48</sup> BARRETO, 2002, p. 53.

Até o fato de Rio Branco viver a maior parte do tempo no recém reformado Palácio do Itamaraty, gesto visto por muitos como meritório e mostra de sua dedicação ao trabalho, é denunciado por Lima Barreto, que via apenas mais uma prova de que “ele fazia do ministério coisa própria e sua”. (BARRETO, 2002, p. 94). O comportamento da imprensa frente ao ministro também é alvo da pena do autor. Segundo ele, sob a desculpa de que não se poderia criticar um patrimônio nacional, como era Pancome, “toda a gente se calava e o país ia engolindo as afrontas que o seu ministro fazia às suas leis e regulamentos”. (BARRETO, 2002, p. 95). Enfim, na avaliação de Lima Barreto o ministro fictício e, consequentemente Rio Branco, “tendo por lei a sua vontade, baseado na popularidade, fez o que entendeu”. (BARRETO, 2002, p. 54). O fato de durante quase dez anos como Ministro haver apresentado apenas um relatório ministerial corrobora a visão de Lima Barreto<sup>49</sup>. A Figura 15 demonstra exatamente a atitude denunciada por Lima Barreto, ao mostrar a satisfação de Rio Branco com o Congresso, onde “era só eu pedir e obtinha logo”.



**Figura 15:** O Barão e o Congresso, por J. Carlos

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 11/01/1908. Biblioteca Nacional.

<sup>49</sup> Conforme o Relatório Ministerial apresentado por Lauro Muller e publicado em 1912, os relatórios de Rio Branco referentes à 1905 a 1910 nunca foram publicados. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2313/000001.html>>. Acesso em: 10 de ago. de 2010.

Os gastos realizados com a reforma do Palácio Itamaraty foram parte do projeto modernizador de Rio Branco, que reorganizou desde a estrutura hierárquica do Ministério até suas instalações físicas. Este era parte de um projeto mais amplo de modernização da diplomacia brasileira e de seu uso como instrumento para obter ganhos materiais e simbólicos para o país. Neste sentido, é possível afirmar que Rio Branco tinha não apenas um projeto para a política externa brasileira, como tinha um projeto de Brasil.<sup>50</sup>

A suntuosidade da nova sede, as recepções, bailes e festas, além das missões de personalidades estrangeiras patrocinadas pelo governo brasileiro chamavam a atenção e a opinião pública se dividia. Para alguns, era um esforço necessário para posicionar o Brasil entre as nações civilizadas, para outros, puro desperdício de dinheiro público, fruto de um desejo de ostentação anacrônico, representado pelo ministro, um barão na república. Sua preocupação com a imagem, o protocolo e a etiqueta eram de conhecimento geral e nem as vestimentas do corpo diplomático escapavam de suas reformas. Há também registros de que Rio Branco destinava verba para os secretários da delegação brasileira na Conferência de Haia para a realização de banquetes para os principais correspondentes internacionais, buscando atrair simpatias para o Brasil. (KRAUSE, 2007). Na Figura 16, Rio Branco aparece dando conselhos ao diplomata Pecegueiro do Amaral sobre como vestir-se.

---

<sup>50</sup> Sobre a ideia de projeto de Brasil em Rio Branco, ver BUENO, 2002, RICUPERO, 2000, LIMA, 2006, HENRICH, 2008.

## CONSELHOS



Barão – Olha, Pecegueiro, quando D. Carlos chegar não vistas aquela tua secular e clássica rabona. Compreendes? Pode produzir mau efeito, podem pensar que eu tenho reformado tudo, ainda não consegui reformar o teu guarda-roupa.

Pecegueiro – Esteja descansado, Barão, esteja descansado que eu já mandei transformá-la .... em frack!

**Figura 16:** Conselhos, por J. Carlos

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 18/01/1908. Biblioteca Nacional.

Mas, Rio Branco não estava sozinho nesta empreitada modernizadora. Era um período de euforia progressista, onde Pereira Passos, o prefeito do Rio de Janeiro, se orientava “pelos fins exclusivamente progressistas de emprestar ao Rio uma fisionomia parisiense, em aspecto de cidade europeia”. (BRITO BROCA, 2005, p. 35). A Reforma Pereira Passos, foi uma reforma urbanística radical que mudou a feição do Rio e marcou o início do século XX como a *Belle Époque* brasileira. “O Rio civiliza-se” foi o slogan cunhado por Fernando Pimentel para descrever o momento. (BRITO BROCA, 2005, p. 37). Mas nem tudo foram elogios. O Presidente Affonso Pena apoiava as reformas promovidas na capital e os esforços modernizadores de Rio Branco, pelo que também acabou levando a pecha de gastador, como mostra a Figura 17.



Affonso Penna – O gastador

**Figura 17:** O gastador

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 15/02/1908. Biblioteca Nacional.

O projeto de modernização do Brasil e da capital da República, seu maior cartão de visitas, não ocorreu sem sobressaltos. A febre amarela era um mal a ser erradicado, não só por ser uma questão de saúde pública, mas pelos danos que causava à imagem do novo Brasil civilizado. A política sanitária implementada por Oswaldo Cruz para erradicar a doença incluiu a vacinação obrigatória, que não foi bem recebida pela população. A chamada Revolta da vacina ocorre em 1904 e é prova do descontentamento popular, entre outras coisas com o chamado “Bota abaixo”<sup>51</sup>, como ficou conhecido o processo de demolição ocorrido para a remodelação da cidade. Na Figura 18, uma representação da Revolta.

---

<sup>51</sup> Título do livro de José Vieira, de 1904, que tem trechos reproduzidos em BRITO BROCA, 2005, p. 353-354, e que descreve a situação no período de remodelação do Rio.



Espetáculo para breve nas ruas desta cidade. Oswaldo Cruz, o Napoleão da seringa e lanceta, à frente das suas forças obrigatórias será recebido e manifestado com denodo pela população. O interessante dos combates deixará a perder de vista o das batalhas de flores e o da guerra russo-japonesa. E veremos no fim da festa quem vencerá.

**Figura 18:** Guerra Vaccino-obrigatezza!, por Leônidas

**Fonte:** *O Malho*, de 29 de outubro de 1904, em KRAUSE, 2009, p. 1040.

É neste contexto de constantes mudanças, que Rio Branco empreendia sua “política de valorização cultural”, sendo, segundo Brito Broca (2005, p. 215), o primeiro estadista a fazê-lo depois de D. Pedro II. Além de prover o Itamaraty com servidores do meio intelectual, como Rui Barbosa, Domício da Gama, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Clóvis Beviláqua, José Veríssimo, Aluísio Azevedo, Euclides da Cunha, ainda mantinha ligações estreitas de colaboração com figuras como Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Martins Júnior, Olavo Bilac e Pedro Américo. Além da faceta interna, sua política cultural operava no plano externo. Com a capital transformada, a extinção do perigo da febre amarela, era importante atrair personalidades internacionais que transmitissem essa nova imagem do Brasil no exterior.

Segundo Brito Broca (2005, p. 218), aparte a visita de Guglielmo Ferrero é difícil precisar se houve realmente ajuda financeira do

Itamaraty para a vinda de Anatole France e de Clemenceau ao Brasil. Mas é certo que estes visitantes ilustres foram recebidos com honrarias pelo Ministro do Exterior, que aproveitou suas presenças para fomentar sua política de divulgação internacional do Brasil. A Figura 19 traz Rio Branco à frente da sua “brigada do entusiasmo”, preparada para receber os visitantes.



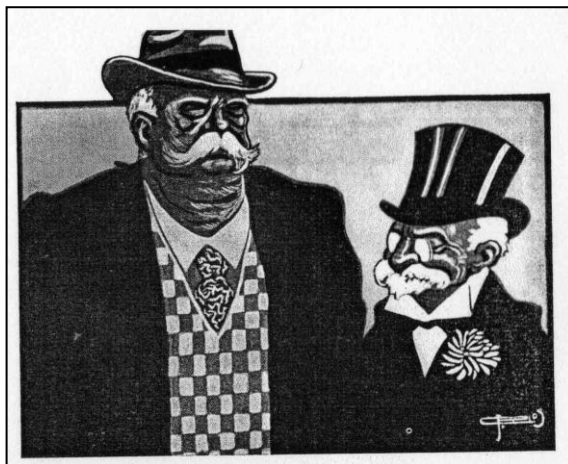
As sucessivas e continuadas festas que o Rio de Janeiro tem dado a varios personagens nacionaes e estrangeiros, nestes ultimos tempos, sugerem a ideia de se organizar um corpo de dez mil homens, convenientemente fardados, armados e disciplinados, encarregados das exclamações, dos vivarios e todas as outras cousas que os jornaes engloban son o título – *Uma enthusiastica recepção*.

**Figura 19:** A brigada do entusiasmo, por Klixto

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 13/04/1907. Biblioteca Nacional.

Nem o Presidente Affonso Penna passava incólume pelo aumento de gastos promovido por Rio Branco para promover a boa imagem do Brasil, como demonstra a Figura 20.





Afonso Pena: Mas D. Carlos vem mesmo?

Barão: V. Ex<sup>a</sup>. ainda duvida? Os meus convidados nunca faltam.

Afonso Pena: E depois pretende convidar alguém?

Barão: Decerto. Por quê?

Afonso Pena: Desta maneira eu não acabo nunca de pagar a conta do alfaiate. É tanta despesa de roupa nova....

**Figura 20:** Hóspedes, por J. Carlos

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 28/12/1907, em LIMA, 1963, p. 303.

A estratégia de mostrar ao mundo este novo Brasil, moderno e civilizado era o pilar em que se apoiava Rio Branco para dar o próximo passo. Seu fim último era promover uma inserção internacional soberana para posicionar-se entre as grandes nações. Por isso era importante que o resto do mundo soubesse que o Brasil estava preparado para tomar o lugar que julgava ser seu. O projeto custou caro aos cofres públicos e gerava sentimentos desconfortados. O aumento considerável nos gastos de representação fez surgir o bordão “dinheiro haja, Sr. Barão”, quase sempre dito pelo personagem Zé Povo<sup>52</sup>. Zé representava

<sup>52</sup> Krause (2007, p.73) afirma que “não há uma data precisa para o surgimento deste personagem, sabe-se que foi na virada do século XIX para o XX, possivelmente como referência ao *Zé Povinho* do português Bordalo Pinheiro, que dominou a imprensa de seu país. Mesmo não se tendo uma origem precisa, o Zé, como era carinhosamente conhecido, teve importância única no momento do crescimento das revistas ilustradas no Brasil, na modernidade da *belle époque* carioca e da República de cidadãos”.

o povo brasileiro e vivia o dilema de estar dividido entre a admiração pela imagem de sucesso do país e a preocupação com o dinheiro empregado para isso, conforme a Figura 21.



Alvaro Machado: Eis como o nosso Presidente deve aparecer em público, todo catita e liró, de faixa de seda e armas republicanas! Falta só que aprovelem o meu projecto...

Barão: Deve ser aprovado, senador! Entre todos os povos civilisados há o distintivo presidencial...

Zé Povo: Muito apoiado! Tem a minha inteira aprovação a ideia do dr. Alvaro Machado. Mesmo porque, estou vendo que os ministros também usam distintivos...e até eu o trago, verdade seja que diferente: o meu parece-se mais com uma cilha apertada na barriga...

**Figura 21:** Os distintivos, de J. R.Lobão

**Fonte:** *O Malho*, 07/12/1907. Fundação Casa de Rui Barbosa.

### 3.2 A Era Rio Branco

Os anos em que esteve à frente do Ministério do Estrangeiro ficaram conhecidos como a Era Rio Branco e deixaram marcas profundas na história política brasileira e também no imaginário popular. A aura de unanimidade que acompanhava o ministro derivava em grande parte de suas vitórias no exterior, mas também da imagem que ele – não sem esforço premeditado – cultivava. A diplomacia de Rio Branco estava empenhada em construir uma imagem exterior favorável ao Brasil e garantir-lhe uma posição de relevo. A forma pela qual buscava fazê-lo – e seus custos – não foi isenta de críticas, mas também gerava aprovação e admiração. A Figura 22 traz o Brasil agradecendo a Rio Branco pelos triunfos alcançados e demonstra o sentimento de alegria e confiança que o país vivia naquele período. O “Brasil” faz ainda referência à atuação de Rui Barbosa em Haia, como era de esperar, mas também à presença de Oswaldo Cruz no Congresso de Higiene em Berlim, demonstrando que a política de prestígio empreendida por Rio Branco funcionava em diversos setores<sup>53</sup>.



**Figura 22:** Novos triumphos, por KLixto

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 19/10/1907 em KRAUSE, 2008, p.19.

<sup>53</sup> Para a relação entre Conferências internacionais e objetivos políticos, especialmente os congressos científicos, ver SUPPO, 2003. Sobre a opinião de Rio Branco acerca das Conferências internacionais ver RIO BRANCO, 1948 a, p. 71, p.75 e p. 81.

Mas, nem só de “política cultural” era feita a política exterior de Rio Branco. Seu objetivo maior, que era o de alçar o Brasil ao patamar dos grandes países, das “nações civilizadas” para utilizar seus próprios termos, passava pela clara definição das fronteiras e pela ausência de litígios com os vizinhos. Sendo o Brasil o maior país da região e tendo fronteira com tantos países, era ainda mais importante deixar definidos seus limites de maneira pacífica para evitar demandas posteriores que pudessem abalar a paz na América do Sul e suas relações com a Europa. A solução pacífica de controvérsias, incorporada como um dos princípios da política externa brasileira, é um dos maiores legados dos Anos Rio Branco. Este trabalho já havia sido iniciado com a solução por arbitramento das Questões de Missões e do Amapá, mas ainda estava longe de terminar.

Pouco tempo após seu retorno, teve que lidar com o problema com a Bolívia, que foi sua primeira prova como ministro. Seu objetivo com a assinatura do Tratado de Petrópolis, alvo de muita crítica, conforme citado anteriormente. O objetivo do Tratado era “eliminar um elemento perturbador e perigoso, que andava a suscitar-nos dificuldades na Europa e na América do Norte, tirar ao Governo boliviano a esperança de apoio estrangeiro, simplificar a questão entre o Brasil e a Bolívia e facilitar um concerto amigável entre os dois países.” (RIO BRANCO, 2002, p.24-25). Apesar de que sua “concepção de um Brasil diferenciado no espaço latino-americano comportava o entendimento de que lhe cabia exercer um papel de liderança”, não se pode afirmar que a política de Rio Branco personificava interesses imperialistas do Brasil na América do Sul. (BUENO, 2002, p.361). O ministro brasileiro conhecia muito bem as prevenções que o cercavam na América do Sul. “Tinha, portanto, plena consciência de que a aproximação com os vizinhos deveria ser feita passo a passo, com menos romantismo e mais pragmatismo, com menos utopia e mais realismo”. (VILALVA, 1995, p.120).

O relacionamento estabelecido com a região encontrou alguns focos de oposição, principalmente na Argentina, onde sua política de prestígio não foi bem aceita. A Argentina temia as pretensões de liderança regional do Brasil e via com desconfiança a figura de Rio Branco, ainda mais por causa de sua aproximação com os Estados Unidos. As dificuldades com o vizinho foram ainda maiores nos anos em que Estanislao Zeballos foi ministro do Exterior. As constantes rusgas com Rio Branco fizeram com que a imprensa brasileira passasse a tratá-lo como um inimigo do país, representado-o sempre como sua antítese, como é o caso da Figura 23. Nela, Zeballos aparece como um

cachorro acorrentado à palavra inveja, que late para Rio Branco enquanto ele pinta um quadro que representa a paz.

#### QUADROS PARA A HISTORIA

Na comemoração do combate naval do Riachuelo o discurso do barão do Rio Branco foi um verdadeiro hymno de paz sul-americana. Entretanto, a imprensa argentina do Sr. Zeballos insiste em proclamar os intuits guerreiros do nosso chanceller.---(Des jornaes).



Vistos os - tos, cumpre-nos apresentar aos leitores o quadro do pintor da Paz e Concordia amolado pelo cérebro do Rio da Prata...

**Figura 23:** Quadros para a história, por Herônio

**Fonte:** *O Malho*, 20/06/1908 em KRAUSE, 2008, p.13.

Esta política de aproximação cautelosa com a América Latina e fixação dos contornos definitivos do território foi totalmente levada a cabo. Resolvida a questão com a Bolívia, e posteriormente definidas as fronteiras por meio de tratados com a Guiana Holandesa (atual Suriname, em 1906), a Colômbia (1907), o Peru (1909) e o Uruguai (1909), é possível afirmar que Rio Branco solucionou o primeiro problema de toda política externa que é a da delimitação das fronteiras nacionais. Ele logrou equacionar “com *virtú* e *fortuna*, por meio do direito e da diplomacia os limites do país com os seus inúmeros vizinhos”. (LAFER, 2001, p.261). Além de eliminar um foco de tensão permanente com os países limítrofes, a consolidação pacífica do espaço nacional ainda liberou o país para fazer do desenvolvimento o tema básico da política externa brasileira no correr do século XX. (LAFER, 2001). Por este entendimento que embasava sua conduta, é que para Ricupero (2000) a maior contribuição de Rio Branco não foi apenas

consolidar as fronteiras, como defendido por grande parte dos autores, mas definir o espaço internacional do Brasil e ter um projeto para sua inserção no mundo. Esta inserção deveria ser soberana e baseada nos princípios do Direito Internacional, no respeito às normas e costumes internacionais, entre eles a solução negociada de conflitos. Estes princípios se tornaram os pilares da moderna diplomacia brasileira e fizeram de Rio Branco a grande referência para as gerações subsequentes de diplomatas.

Além de referência no plano simbólico, no plano da política prática deixou marcas importantes, que deram nova cara à atuação externa do Brasil. Na visão de Bradford Burns (2003), as marcas mais relevantes da gestão de Rio Branco foram as relações com Washington e a solução das questões de limites. Conforme descreve Almeida (1996, p.1), o Barão era um “pragmático, antes de mais nada, no sentido de não ater-se a princípios rígidos de atuação diplomática — privilegiando a arbitragem ou a negociação direta, segundo o que melhor conviesse no momento em causa”. E ao mover o eixo diplomático brasileiro da Europa para os Estados Unidos, Rio Branco deu prova irrefutável disso, demonstrando compreensão da nova configuração do sistema internacional, marcado pelo declínio gradual da influência britânica e pela ascensão dos Estados Unidos. Além de fatores geopolíticos, havia um componente econômico importante nesta nova configuração, já que a dependência comercial do Brasil em relação aos Estados Unidos já era uma realidade.

Assim como a política de valorização do Brasil no exterior promovida por Rio Branco, a política de aproximação com os Estados Unidos tampouco foi isenta de críticas internas e externas. No plano externo, novamente a maior resistência foi por parte da Argentina, que teria entendido a criação da Embaixada brasileira em Washington “uma ofensa às outras repúblicas da América Latina”, conforme artigo publicado em *La Prensa*. Para Rio Branco, isto era um “desabafo mais insensato”. (RIO BRANCO, 2002: 58). Em artigo assinado por Kent, ele diz:

La Prensa vê no nosso projeto de lenta reconstituição naval e na criação da embaixada brasileira em Washington a pretensão de firmar a nossa hegemonia no continente. Atribuiu-nos aquilo que ela deseja para o seu país e que nunca pretendemos. Não andamos procurando influir na vida interna ou na política dos povos vizinhos. (...) (RIO BRANCO, 2002).

*La prensa* era o veículo de expressão de Zeballos, que, a exemplo do próprio Rio Branco no *Jornal do Commercio*, não hesitava em utilizá-lo para arregimentar apoios e também para semear desconfianças. Um de seus alvos preferidos era o Brasil e seus supostos planos imperialistas para a região, o que, não raro repercutia na imprensa brasileira e gerava uma onda de respostas de ambos os lados<sup>54</sup>. Desta forma, a imprensa brasileira possuía farto material para continuar alimentando as polêmicas entre os ministros vizinhos. A Figura 24 é um exemplo disso, mostrando *La prensa* como uma senhora com boca grande e dentes afiados bradando sobre a necessidade de uma esquadra argentina para defender-se do Brasil, “um país de macacos” que se atrevia a querer ser melhor que eles.



**Figura 24:** Vizinha tarasca, por Stormi (?)

**Fonte:** *O Malho*, 15/08/1909 em KRAUSE, 2008, p.15.

Enfim, o que Rio Branco, através de Kent, procurou deixar claro, era que o Brasil não apenas não possuía aspirações hegemônicas, como aproveita para denunciar a existência destas ideias por parte da Argentina. Na sua afirmação de soberania da conduta brasileira, reitera

<sup>54</sup> Sobre a imprensa platina e sua cobertura da política brasileira ver BUENO, 1995, p. 207-212.

que, se não procura influir na vida interna dos vizinhos, também não quer sofrer interferências, uma forma ainda de defender sua aproximação com Washington e a necessidade de reaparelhamento das Forças Armadas<sup>55</sup>. Entretanto, aproximação não significava necessariamente alinhamento no projeto de Rio Branco. Muito menos “alinhamento automático”. (BUENO; CERVO, 2002, p. 227). A política para os Estados Unidos cunhada por Rio Branco pode ser vista mais como uma tentativa de estabelecer uma “equidistância equilibrada nas suas relações externas, mas, sobretudo buscando contrabalançar o excessivo peso europeu”. (VILALVA, 1995, p.122). Como aponta Vilalva (1995, p.122), o objetivo de Rio Branco era construir “uma amizade que deveria ser construída em pé de igualdade, sem alienação de soberania, com vantagens mútuas e em benefício da paz em todo o continente”. Na sua concepção, o Brasil não deveria estar subordinado a nenhuma outra potência estrangeira, seja europeia ou os Estados Unidos, mas sim inserir-se de forma soberana no concerto de nações, sem aspirações expansionistas e respeitando a autodeterminação dos demais países.

Não foi apenas entre os vizinhos que o estreitamento das relações com Washington causou impacto negativo. No plano interno, a decisão de fortalecer laços com a “irmã do Norte” também gerou debate, críticas e adesões. O tema da “americanização” da política externa brasileira tornou-se recorrente entre intelectuais, políticos e diplomatas, que buscavam apontar qual seria o melhor caminho a seguir. A Figura 25 mostra que a presença dos Estados Unidos no horizonte do Brasil já era uma realidade e um tema candente na pauta política.

---

<sup>55</sup> Rio Branco nunca escondeu sua admiração pelos temas militares e pela instituição em si, tanto que planejava escrever uma História Militar do Brasil (conforme correspondência com Capistrano de Abreu analisada em PEREIRA; FELIPPE, 2008). Para ele, possuir uma força militar importante era pré-requisito para defesa da soberania e da paz no país, sobre isso ver discurso proferido em 9 de outubro de 1909 no quartel do 13º Regimento de Cavalaria em RIO BRANCO, 1948 a, p. 221-223.





**Figura 25:** O que se vê no horizonte, por Raul Pederneiras

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 25/01/1908. Biblioteca Nacional.

### 3.1.2 O debate sobre a “americanização” da política externa brasileira

Embora a reorientação da política externa brasileira da Europa para os Estados Unidos seja apontada como um traço marcante da Era Rio Branco, este movimento teve início já com a proclamação da República. Dada a identificação do novo regime brasileiro com a república implantada nos Estados Unidos, o país tornou-se referência para parte da intelectualidade e dos políticos no Brasil. Quando ministro, Rio Branco apostou na correção deste movimento de aproximação e o intensificou através de diferentes expedientes, o que não significa que tomava os Estados Unidos como modelo a ser imitado à perfeição ou que tenha praticado uma política de alinhamento, no sentido mais estrito.

Obviamente, entre os monarquistas a aproximação não era bem vista e para os reformistas a influência norte-americana era tida como um grande obstáculo as suas aspirações. Eduardo Prado, monarquista convicto e entusiasta da Restauração no Brasil, foi dos primeiros críticos sistemáticos do regime republicano e do estreitamento das relações com os Estados Unidos. Já desde dezembro de 1889, Prado começou a publicar artigos contra a República na *Revista de Portugal*, de propriedade de Eça de Queirós, com o pseudônimo de Frederico de S. A série de artigos durou até junho de 1890 e neste mesmo ano foi

publicada sob o título de *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*, com a colaboração de Rio Branco. Os laços de amizade entre os dois eram bastante estreitos. Ambos compartilhavam a simpatia pela monarquia e muitos dos ideias próprios aos jovens de sua geração e posição social. Tal era a proximidade dos dois que o sempre comedido Rio Branco afirma em carta a Paulo Prado, irmão de Eduardo, na ocasião da sua morte: “sabe que sinto a morte de Eduardo como se fora a de um filho meu”. (D’Amaral, 2001, p.136). Eduardo faleceu em agosto de 1901, portanto, não chegou a acompanhar a gestão do amigo como Ministro do Exterior. Dadas as críticas duras que fazia aos Estados Unidos, teria sido interessante acompanhar em que termos se desenvolveria o debate entre os dois nos anos subsequentes. No AHI, a correspondência<sup>56</sup> armazenada no Arquivo Particular de Rio Branco não é volumosa e nela há poucas referências sobre estas questões, sendo quase toda de cunho exclusivamente pessoal: correspondências de pêsames, convites para jantar e oferecimento de hospedagem na sua casa em Paris. As cartas têm um tom afetivo que demonstra a proximidade entre os dois: Prado chama Rio Branco de “meu caro amigo” e assina “seu de coração” e dá ainda informações sobre livros e indicações de fontes sobre temas de interesse de Rio Branco, geralmente história do Brasil.

Ainda que não tenham sido encontrados indícios de um debate direto sobre os Estados Unidos entre os dois, dada a estreiteza dos laços que os uniam, parece plausível entender que em algum momento tenham trocado ideias sobre o tema. É muito provável que Rio Branco conhecesse o posicionamento de Prado sobre os Estados Unidos, da mesma forma que conhecia e compartilhava suas posições sobre a república, a ponto de escreverem juntos sobre isso. Esta tese ganha força quando se observa a crítica feita “ao ilustre autor de *A ilusão Americana*” por Rio Branco sob pseudônimo, porque este “mal informado andava” quando escreveu o trecho sobre a falta de solidariedade norte-americana na Proclamação da República no Brasil. (RIO BRANCO, 1948 b, p.135). Assim, mesmo que sem poder determinar até que ponto esta visão de mundo de Prado teve influência sobre Rio Branco, é razoável acreditar que esta era de seu conhecimento. Desta maneira, é importante destacar alguns dos pontos defendidos por Prado e que contribuíram para o debate na época.

A obra mais conhecida de Prado (1980, p.17) – e talvez a mais contundente da época sobre o tema – foi *A ilusão Americana*, um verdadeiro libelo contra a “insanidade da absoluta confraternização que

---

<sup>56</sup> AHI. Lata 836, maço1, pasta 11. Ver Anexo A.

se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica”. Embora o grande objetivo da obra seja a denúncia da política exterior republicana, o texto é permeado pela ideia de fundo de que o regime republicano era pernicioso para o país. Desta forma, não havia motivos – aliás, havia motivos de sobra para o contrário – para “imitar” as instituições republicanas norte-americanas, nem para aproximações. Não por acaso, o livro foi apreendido<sup>57</sup> pela polícia<sup>58</sup> no mesmo dia do lançamento. É importante ter em mente que foi uma obra escrita de forma rápida, entre setembro e outubro de 1893, sem que o autor tivesse acesso a fontes<sup>59</sup>. É um texto visceral, escrito no calor dos acontecimentos e que mantém o tom de denúncia até o fim. Era de certa forma, um manifesto, um desabafo de alguém que “foi ferido no cerne da sua alma, no seu ideal político e no seu ideal religioso, porque testemunhava a substituição do Brasil monárquico e católico por uma república anticatólica”. (CASASANTA, 1959, p.9).

A argumentação de Prado tem muito do “sentimentalismo” dos monarquistas, tal como observado por Brito Broca (2005) e tem diversos pontos de contato com as ideias de Rio Branco, o que reforça a hipótese de que este estivesse a par das teses de Prado. A sua preocupação com a questão nacional, com a tradição e com os elementos de uma cultura genuinamente brasileira era também constante. Como aponta Armani (2005), havia em *A ilusão americana* uma preocupação imediata com os rumos da política externa brasileira diante do processo de americanização. Porém, o discurso tem um cunho culturalista e remete à existência de tradições diferentes e irreconciliáveis entre os dois países, uma questão de fundo muito mais ampla. A impossibilidade de conciliação destas tradições tão distintas se baseava tanto em diferenças de língua, como de história e de índole. Desta maneira, a aproximação representava “um desvio da essência, do *ser* brasileiro”, já que ameaçava a identidade mesma do Brasil. (ARMANI, 2005, p. 170). Este posicionamento contrário à “imitação” das instituições norte americanas

---

<sup>57</sup> Esta, no entanto, não foi a primeira censura sofrida por Prado. A primeira edição de *Os fastos da ditadura militar no Brasil*, feita em Lisboa, já havia sido censurada. Ver MACHADO, 1980 In PRADO, 1980, p.11.

<sup>58</sup> O próprio Prado (1980, p.185) explica o episódio: “No dia 4 de dezembro de 1893 foi posto este livro à venda nas livrarias de São Paulo. Vendidos todos os exemplares prontos nesse dia, foi às livrarias o chefe de polícia e proibiu a venda. Na manhã seguinte, a tipografia em que foi impresso o livro amanheceu cercada por uma força de cavalaria, e compareceram à porta da oficina um delegado de polícia acompanhado de um burro que puxava uma carroça. O delegado entrou pela oficina e mandou ajuntar todos os exemplares do livro, mandando-o amontoar na carroça. O burro e o delegado levaram o livro para a repartição da polícia”.

<sup>59</sup> Nota do autor na segunda edição, em PRADO, 1980, p. 188.

se assemelha à posição de Rio Branco, de que o Brasil não deveria “macaquear” os Estados Unidos ou suas instituições, como haviam feito outros países latino-americanos. (BUENO, 2002, p. 359).

Prado marca a diferença entre imitar e encarnar leis que seriam naturalmente assimiladas. Esta estratégia retórica é utilizada para defender a monarquia que, mesmo sendo uma “imitação” dos regimes europeus, é tratada como expressão legitimamente brasileira em contraposição à república nos moldes norte americanos. É interessante que recorra a este expediente, já que era, assim como Rio Branco e tantos outros monarquistas, um profundo admirador da Europa. Mas, inteligentemente percebeu que se escolhesse o caminho do elogio à superioridade moral deste continente, seu argumento contra a “importação” de instituições cairia por terra. Também é fundamental recordar que para Prado e os monarquistas de modo geral, a adesão ao Império tinha um forte componente emocional e dogmático. Neste sentido, era fácil vincular o Brasil à monarquia sem recorrer à herança europeia, o Brasil era de fato monárquico e assim deveria permanecer. Para Armani (2005, p175), Prado não necessitou evocar a ancestralidade do regime monárquico pois a ideia era apenas retornar ao que o Brasil era, ou seja, ser o que o Brasil era, para continuar sendo alguma coisa. Em última instância “era o Brasil o seu próprio modelo de Brasil”. (ARMANI, 2005, p. 175).

Este modelo aparece em referência a um *outro*, os Estados Unidos, cujo “exterior constitutivo”, conforme o designa Armani (2005), era formado por aquelas características que não se coadunavam com a tradição brasileira. Não se tratava simplesmente da forma republicana *per se*, mas da violência, da corrupção, do laicismo e da ruína, que estavam relacionadas a ela. Prado destaca especialmente três circunstâncias para ilustrar sua tese: o caso hispano-americano, o caso norte-americano e, por fim, o Brasil pós-1889. Prado (1980, p.18) entendia que as nações latino-americanas também haviam se corrompido quando se tornaram republicanas e o seu comportamento com os vizinhos apenas serve como exemplo daquilo que para ele estava claro: “a fraternidade americana é uma mentira”. A própria Doutrina Monroe teria sido mal entendida e supervalorizada, já que “a nunca assaz ludibriada e escarnecida ingenuidade sul-americana viu nesta declaração um compromisso formal, solene e definitivo de aliança com os Estados Unidos”. (PRADO, 1980, p.27). Para Prado (1980, p.17), ainda que houvesse existido em tal expressão o sentido de um compromisso formal, o Brasil não deveria aderir a ele, pois “o fato de o Brasil e os

Estados Unidos se acharem no mesmo continente é um acidente geográfico ao qual seria pueril atribuir uma exagerada importância”.

Outro posicionamento importante para o debate acerca do americanismo era o adotado por Manuel de Oliveira Lima. Historiador e diplomata, notório desafeto de Rio Branco, Oliveira Lima viu sua relação com o Barão mudar de uma cordialidade e admiração mútuas até dar lugar à críticas e intrigas. Os componentes deste enredo são, além de diferenças de opinião em relação aos caminhos da política externa brasileira, uma briga de egos igualmente inflados e uma disputa pessoal por prestígio. Oliveira Lima já tinha reconhecimento por suas obras históricas. Dedicou-se ao estudo da formação da nacionalidade no Brasil, a história de seu Pernambuco natal e seu livro *D. João VI no Brasil* é até hoje considerado um marco na historiografia brasileira e mudou a forma como o monarca português era até então visto. Os dois compartilham o gosto pela pesquisa histórica e arquivística, tendo sido ambos membros do IHGB. Por este motivo começam a corresponder-se. A primeira carta de Oliveira Lima ao Barão tratando de pesquisas em andamento está datada de 11 de setembro de 1889. De Lisboa em 1891 e, no ano seguinte, a partir de Berlim, Oliveira Lima continuou a manter contato com Rio Branco, demonstrando que haviam se tornado colaboradores. As disputas internas na Academia Brasileira de Letras, as críticas de Oliveira Lima, especialmente à época da Conferência Pan-americana, foram elementos que ajudaram a azedar a amizade antes promissora. Além disso, pesava o fato de que desde que Rio Branco assumiu o Ministério, Oliveira Lima via postergado seu desejo de nomeação para um posto na Europa, onde pudesse continuar seus estudos históricos e seguir mantendo e aumentando sua já vultosa biblioteca<sup>60</sup>. No texto escrito após a morte de Rio Branco, Oliveira Lima analisa que a falta de cordialidade existente entre os dois havia sido fruto da desconfiança semeada, mas que isso não o impedia de reconhecer “os extraordinários esforços que o eminente brasileiro teve o ensejo de prestar ao seu país”. (OLIVEIRA LIMA, 1971, p. 298).

---

<sup>60</sup> A biblioteca acumulada por Oliveira Lima ao longo de sua vida foi doada a *The Catholic University of America* em 1924. No seu núcleo original contava com 40.000 volumes, entre livros, panfletos, mapas, manuscritos e obras de arte, que hoje chegam a 58.000. A biblioteca é aberta a pesquisa, mas não realiza empréstimos, conforme as instruções deixadas em testamento pelo seu dono. Também neste documento Oliveira Lima deixou expressa sua vontade de que a biblioteca permanecesse na universidade onde lecionou até sua morte, o que frustrou qualquer tentativa de repatriar o acervo por parte do governo brasileiro. Seu gesto foi interpretado por muitos como uma prova do seu descontentamento e de sua mágoa com o Brasil.

Não é possível afirmar que Oliveira Lima estivesse totalmente de acordo com *A ilusão americana*. Embora fosse capaz de observar os problemas dos Estados Unidos e de seu comportamento, inclusive o impulso anexionista, confiava nas virtudes norte-americanas, como o sentido de justiça, a jovialidade, o idealismo religioso e a inspiração democrática. (LIMA SOBRINHO, 1971). Esta atitude transparece em *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociais*, publicado em 1899, onde analisa diversos aspectos da cultura, política e instituições daquele país. Para Lima Sobrinho (1971), neste livro seu objetivo foi dar a conhecer os Estados Unidos no Brasil e, sabendo da existência tanto de entusiastas quanto de detratores, identificava-se mais com os primeiros. Entretanto, não defendia que o país fosse “tomado como figurino”, pois tinha consciência das diferenças que o separavam do Brasil e que deveriam ser levadas em conta na hora de tomar decisões. (LIMA SOBRINHO, 1971, p. 77).

Uma interpretação semelhante faz José Veríssimo (2003, p.144) sobre *Nos Estados Unidos*, classificado por ele como “o melhor manual existente em português para conhecermos os Estados Unidos”. Veríssimo, crítico literário dos mais importantes, escritor, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras, era uma figura proeminente no mundo intelectual da *Belle Époque* brasileira. Embora não ocupasse nenhum cargo político, sua atividade intensa na imprensa fazia dele um poderoso formador de opinião e divulgador de ideias. Por isso, suas críticas a duas obras de Oliveira Lima sobre os Estados Unidos, ambas publicadas no *Jornal do Commercio*, servem como fonte relevante para reconstituição da discussão em torno do tema das relações entre os dois países.

No texto intitulado *O país extraordinário*, ele analisa o livro *Nos Estados Unidos* e reconhece que, como “observador inteligente e de boa fé” que era Oliveira Lima, este era incapaz de “esconder que no sol há manchas”. Para ele, o autor apenas não as vê “tão grandes e sensíveis, como a outros se afiguram. E, ganho pelo otimismo ianque, essas mesmas lhe parecem fáceis de ser desfeitas e apagadas”. (VERÍSSIMO, 2003, p.144). O título escolhido para o ensaio de Veríssimo já dá uma certa ideia do juízo que ele próprio fazia dos Estados Unidos, um misto de admiração e receio, compartilhado por parte da opinião pública brasileira naquele momento imediatamente posterior à Proclamação da República. A impressão depois da leitura de Oliveira Lima foi “extraordinária e maravilhosa”. (VERÍSSIMO, 2003, p.143). Para ele, diante desta “nação singular” seria difícil ter uma opinião média, ao menos nos primeiros contatos, por causa do deslumbramento que

causava em “gente como nós, sem o seu vigor, a sua energia, o seu espírito de empresa e de luta, a sua atividade febril e a sua demarcada ambição”. Assim, via duas atitudes como as mais prováveis: “ou nos subjuga e domina, e então tudo admiramos sem restrições e talvez sem reflexão, ou nos ofende os hábitos e ofusca o ânimo e dá-nos, pois, a vontade de negar e deprimir.” (VERÍSSIMO, 2003, p.143).

A sua atitude perante os Estados Unidos é de disposição à compreensão, já que para ele, “como os homens extraordinários, também os países extraordinários precisam talvez de indulgências extraordinárias no modo por que os havemos de julgar”. (VERÍSSIMO, 2003, p.143). Ainda que elogie o esforço de compreensão realizado por Oliveira Lima, afirma que sua “empolgação” com o país “tirou-lhe, raras vezes, é certo, a liberdade espiritual no ajuizar dos próprios fatos americanos e de alguns dos nossos”. (VERÍSSIMO, 2003, p.147). Isto teria acontecido, por exemplo, quando Oliveira Lima atenua a profundidade e a extensão da corrupção da política e da administração norte-americana. Entre todas as ressalvas, Veríssimo termina por afirmar uma posição otimista em relação aos Estados Unidos, ainda que talvez não tanto quanto a de Oliveira Lima, ao afirmar ser este país “certamente o campo da mais bela, e até agora, mais bem sucedida experiência que a humanidade tem feito nos últimos séculos”. (VERÍSSIMO, 2003, p.151).

Ao longo dos anos, porém, a empolgação de Oliveira Lima foi arrefecendo e dando lugar à desconfiança em relação à Doutrina Monroe. Em 1907, ele expressa sua “convicção de que a doutrina Monroe não comporta, sem perigo, o desenvolvimento que recentemente se lhe quis atribuir e que é a projeção da crescente ânsia de centralização do Executivo nacional norte-americano”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 19). Sua visão sobre o pan-americanismo foi levada ao conhecimento do público através das contribuições para o *Diário de Pernambuco*, entre 1903 e 1907. Finalmente reunidas, foram publicadas em 1907 em livro intitulado *Pan-Americanismo*, dedicado “ao Sr. Barão do Rio Branco”:

que no seu discurso de abertura da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro indicou a esta reunião continental a verdadeira orientação que lhe cumpria seguir, e serenamente obistou à enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao *sistema* norte-americano; a um tempo prestando à Europa tributo filial que lhe

devem os herdeiros e continuadores de sua cultura, e reafirmando para com os Estados Unidos a estima cordial que ao Brasil merecem todas as outras nações do Novo Mundo, com as quais se sente em comunhão de interesses positivos e de ambições morais. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 17).

A escolha do termo “enfeudação” e a ênfase na palavra “sistema” deixam clara a perspectiva de Oliveira Lima, demonstrando que sua posição sobre o papel dos Estados Unidos sofreu alterações. É importante notar o significado especial do elogio a postura de Rio Branco. O discurso de abertura não deixou de ser um aviso sobre o papel que o Brasil queria desempenhar no sistema internacional, o de um ator relevante e soberano. De acordo com o estilo que lhe era peculiar, Oliveira Lima quis registrar seu apoio à posição de Rio Branco, não sem deixar transparecer certo contentamento, já que nas entrelinhas se pode ler que finalmente o ministro fazia o que ele já havia vaticinado como correto. O próprio Veríssimo (2003, p. 561) reconhece que o discurso de Rio Branco seguia os conselhos que Oliveira Lima já vinha dando desde 1903.

Neste segundo livro tratando dos Estados Unidos, Oliveira Lima claramente assume posições mais duras e frontalmente contrárias ao que ele considera serem as aspirações norte-americanas no continente. Esta obra também mereceu a atenção de José Veríssimo e espaço no *Jornal do Commercio*, através da publicação de uma crítica. Contrastando com o texto de Veríssimo sobre a primeira obra de Oliveira Lima, *Nos Estados Unidos*, que foi intitulada *O país extraordinário*<sup>61</sup>, esta segunda se chama *O perigo americano*<sup>62</sup>. No texto, Veríssimo (2003, p. 557) recorre à geopolítica para explicar a Doutrina Monroe. Para ele:

A doutrina Monroe é seguramente uma consequência lógica, naturalíssima, primeiro da própria situação geográfica dos Estados Unidos, uma grande nação fronteira a dois oceanos, depois da situação histórica e política que essa mesma posição geográfica lhe determinou.

---

<sup>61</sup> Para o texto completo, ver VERÍSSIMO, 2003, p. 143-178.

<sup>62</sup> Para o texto completo, ver VERÍSSIMO, 2003, p. 557-562.



Assim, segundo ele seria natural que “se sentissem eles chamados ao *appel* de maior nação do continente”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 558). Ainda sobre a Doutrina, faz uma análise da história política do país, relacionando a ideia do “destino manifesto” ao imperialismo. Conclui que se a declaração de Monroe é de 1823:

é positivamente certo afirmar que o pensamento, já imperial, de domínio que essa doutrina continha em potência existia na mente nacional americana. Ao completar sua expansão na parte já ocupada por eles no continente e a força vinda da secessão criou-lhes a consciência do manifesto destino. (VERÍSSIMO, 2003, p. 559).

A análise desta constatação pode levar ao engano. Ao contrário do que poderia parecer, ela não expressa a aprovação do autor. Sua próxima observação o deixará claro. Ele cita no mesmo texto as palavras de Jonh Fiske (VERÍSSIMO, 2003, p. 559), que declara “que um tempo virá em que se realize na terra um tal estado de coisas que seja possível falar dos Estados Unidos estendendo-se de polo a polo”. Ao que responde:

Eu por mim piamente acredito que estes tempos não estão muito longe. Tudo na política americana os anuncia próximos. E quando vejo os Estados Unidos romperem com a tradição, muito recomendada pelos veneráveis pais da sua República, de se absterem de quaisquer procedimentos e intervenções exteriores [...] acabo de convencer-me das profecias não só de John Fiske, de Benjamin Kidd e de quase todos os sociólogos norte-americanos, mas dos seus estadistas, os Blaines, os Roosevelts, os Roots, todos ali igualmente capacitados de que o “manifesto destino” da sua grandíssima nação é virtual ou efetivamente avassalar a América. (VERÍSSIMO, 2003, p. 559-560).

Passados oito anos entre a publicação das duas obras, se fazem sentir claramente tanto na perspectiva de Oliveira Lima, como na de Veríssimo, os efeitos do papel crescente jogado pelos Estados Unidos no sistema internacional. Apesar da sensação de desconfiança sobre as pretensões norte-americanas, não deixa de perdurar uma certa admiração

pelo país, agora considerado mais “perigoso” que “extraordinário”. Veríssimo e Oliveira Lima parecem fazer a mesma distinção entre a admiração pelas suas conquistas em termos de prosperidade material e liberdade, mas ambos condenam os rumos tomados pela Doutrina Monroe. Não parece correto afirmar que sejam contrários aos Estados Unidos, como forma de organização política e social, visto que veem com bons olhos muitos de seus elementos. Seria mais certo observar em ambos uma posição de franca oposição ao monroismo, ou seja, aos postulados da Doutrina Monroe e aos seus possíveis efeitos sobre o Brasil e o continente. Para Veríssimo (2003, p. 562), o pan-americanismo, da forma como é entendido e desejado pelos Estados Unidos, inventado por Blaine e principal fator do imperialismo, é “a encarnação do ‘manifesto destino’ de uns Estados Unidos estendendo-se de polo a polo”.

Nos textos publicados às vésperas da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, Oliveira Lima sobe o tom das críticas e faz previsões. O comportamento esperado por parte do governo norte-americano é que este tratará de seguir e fazer prevalecer no evento a “pretensão insistentemente aventada pelo Presidente dos Estados Unidos”, que na sua visão era “tornar efetiva a tutela americana, moral até ser material, sobre todo o resto do continente independente”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 33). Para ele, algumas posições deveriam ser tomadas para evitar que o projeto norte-americano tivesse sucesso e conseguisse estender sua tutela sobre o continente “em nome do puro e sacrossanto credo de Monroe”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 33). Defendia que “a consciência do quanto devemos à Europa é o melhor freio a qualquer quixotismo” com relação ao monroismo e, portanto, contrapõe o ideal americanista à herança europeia de que o Brasil seria devedor. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 73). Neste sentido, se aproxima de Eduardo Prado com relação às tradições brasileiras e à impossibilidade de adoção de certos valores que seriam estranhos à cultura nacional. Embora, Prado estenda o argumento para criticar a República e Oliveira Lima se atenha à política exterior americanista de Rio Branco, ambos lançam mão do mesmo artifício, qual seja, contrapor os laços históricos que unem o Brasil e a Europa à falta de identificação com os valores representados pelos Estados Unidos.

O receio de Oliveira Lima reside ainda na possibilidade de um alinhamento a Washington, capaz de afastar o Brasil das relações mais antigas e já estabelecidas com países europeus e que tolhesse a soberania brasileira. Sua preocupação compreendia também os efeitos da Doutrina Monroe nos vizinhos americanos. No momento em que

escreve estes textos está lotado na Venezuela e acompanha o debate sobre o papel dos Estados Unidos no continente não apenas sob a perspectiva do Brasil. Por isso, falava sobre a necessidade de “associação de todas as nações do continente”, a qual “despojará correlativamente a doutrina de Monroe do seu exclusivismo perigoso”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 73). Fazia ainda uma observação fundamental e que deveria ser tomada em conta pelos demais governos americanos como uma advertência à hora de avaliar sua adesão ao projeto dos Estados Unidos: “uma nação nunca se arma por mera generosidade de paladina de uma causa que não é rigorosamente sua e de povos que nem seus irmãos de raça são”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 73).

No mesmo sentido vai a observação de Veríssimo, que adverte para os riscos de uma política de alinhamento que determinasse a pauta de atuação exterior brasileira. Para ele, mesmo que o discurso proferido por Rio Branco na abertura da Conferência Pan-Americana – aquele que motivou a dedicatória de Oliveira Lima em seu livro – tenha sido a “única manifestação realmente alta e notável dessa reunião”, esta atitude não seria o bastante para “contrastar o perigo americano”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 561). E conclui que, se este perigo “pode ser contrastado, somente o será por uma política que não faça da amizade americana uma questão nacional”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 562).

Somente assumindo esta postura de prevenção às intenções “exclusivistas” do governo norte-americano e tendo a firme convicção da herança devida à Europa é que, segundo Oliveira Lima (1980, p. 73), “daremos à famosa doutrina a sua verdadeira e nobre significação de seguridade continental, que o embaixador Nabuco divisa na afirmação da política do governo de Washington”. O diplomata aproveita o ensejo para lançar uma crítica a Joaquim Nabuco e sua defesa entusiasmada da amizade com os Estados Unidos e do monroismo. Oliveira Lima cita a declaração de Nabuco em uma reunião da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais da Filadélfia, a que foram convidados todos os representantes latino-americanos acreditados em Washington, a propósito da Conferência Pan-Americana que se realizaria no Rio de Janeiro:

Sustentou de fato o sr Nabuco “que estas democracias não devem absolutamente considerar o papel que os Estados Unidos tenham assumido no manterem a doutrina de Monroe, como de modo algum ofensivo ao orgulho e dignidade de

qualquer delas; antes como um privilégio em cuja posse devem os Estados Unidos ser amparados pela *simpatia* e gratidão latino-americana”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p.67, grifo de Oliveira Lima).

As palavras do representante brasileiro apareceram em reportagem publicada posteriormente no *Harper's Week* classificadas como interessantes, “por evidenciar uma apreciação muito mais viva da doutrina Monroe do que a exibida no Chile, Argentina e outras repúblicas latino-americanas”, conforme registra Oliveira Lima (1980, p.67). Sua resposta ao colega de carreira refuta seu argumento: “não me parece que o caso de gratidão se entenda com todas as repúblicas latino-americanas: para algumas, pelo menos, a expressão não teria significação”. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p.67). Também Veríssimo não se havia furtado a crítica a Nabuco. “Ao contrário de seus coprovincianos, o sr. Arthur Orlando e o sr. Joaquim Nabuco, não tem o sr. Oliveira Lima a “ilusão americana””. Ao que acrescenta, para dirimir quaisquer dúvidas: “eu também não a tenho, e creio tê-lo dito primeiro que Eduardo Prado, num capítulo especial do meu livro *A educação nacional*, em 1891.” (VERÍSSIMO, 2003, p. 561).

A referência a Joaquim Nabuco é recorrente quando se trata do tema do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. O papel de destaque que adquiriu neste debate traduz-se na sua escolha como primeiro embaixador brasileiro em Washington. No capítulo a seguir, ao tratar-se da criação da Embaixada brasileira em Washington, o posicionamento de Joaquim Nabuco sobre este tema será apresentado mais detidamente. O processo que levou à decisão pela elevação da já existente Legação brasileira ao *status* de Embaixada, bem como a escolha do nome para o posto, e como isso se coadunava com a política exterior pensada e executada por Rio Branco, será um dos temas do capítulo 3. Também serão explorados outros dois eventos-chave para a compreensão do pensamento de Rio Branco sobre as relações com os Estados Unidos, a já citada Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro e a Conferência da Paz de Haia.

## 4 A AMERICANIZAÇÃO NA PRÁTICA

---

### 4.1 A criação da Embaixada em Washington

Talvez a medida mais palpável da reorientação da política externa brasileira realizada por Rio Branco tenha sido a criação da Embaixada em Washington em 1905. Esta medida serviu como um claro sinal da trajetória que o Ministro estava traçando e funcionou como termômetro para medir como os Estados Unidos estavam recebendo estas intenções. Apesar do seu significado simbólico e material, a criação da Embaixada apenas intensificou o relacionamento com os Estados Unidos que já existia desde a Colônia.<sup>63</sup> Segundo Robertson (1915), mesmo antes da proclamação da Constituição do Império do Brasil, os ministros de D. Pedro I estiveram tentando estabelecer relações diplomáticas com nações da Europa e da América. Apesar da hesitação inicial<sup>64</sup> pelo reconhecimento de um Império independente no continente, o argumento de que o Império Mexicano havia sido reconhecido anteriormente, somado ao fato do príncipe português estar residindo no Brasil enquanto proclamava a independência resultaram no reconhecimento oficial de D. Pedro I como Imperador do Brasil pelos Estados Unidos, em 26 de maio de 1824. Na ocasião, o Secretário de Estado Adams apresentou ao Presidente Monroe o Encarregado de Negócios para os Estados Unidos, José Silvestre Rebello.

Assim, os Estados Unidos tornaram-se o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, antes mesmo de Portugal, a despeito da “anomalia de sua forma política na grande família” das nações americanas. (ROBERTSON, 1915, p. 210). A atitude ia ao encontro da política que vinha sendo adotada com as ex-colônias espanholas<sup>65</sup>. Na realidade, já existia uma Legação no Brasil antes da Independência, operante desde 1809 até 1821. Com o reconhecimento oficial, ela volta a funcionar em 1925, quando foi enviado ao Rio de

---

<sup>63</sup> Para detalhes sobre as relações Brasil-Estados Unidos ao longo do tempo ver NAPOLEÃO, 1999.

<sup>64</sup> Sobre isso ver mais detalhes em ROBERTSON, 1915, p. 207-209.

<sup>65</sup> Em 8 de março de 1822, o Presidente Monroe enviou mensagem ao Congresso declarando que as cinco colônias revoltosas, Colômbia, Chile, Peru, Buenos Aires e México, deveriam ser reconhecidas como independentes e sugere que sejam tomadas as providências necessárias para o envio de missões diplomáticas. Em janeiro de 1823, foram nomeados os representantes diplomáticos norte-americanos respectivos. (ROBERTSON, 1915).

Janeiro o novo Encarregado de Negócios para o Brasil, Condé Raguet, que recebe suas credenciais do Imperador em novembro daquele ano<sup>66</sup>.

O reconhecimento da República instalada no Brasil tampouco tardou muito. A Legação em Washington em ofício de 20 de novembro de 1889 já informava ao novo ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, que os Estados Unidos consideravam o regime fato consumado e manifestavam sua intenção em reconhecê-lo. O governo manteve uma atitude legalista e prometeu reconhecer a república brasileira assim que ela possuísse ampla adesão interna. Graças ainda ao trabalho intenso do representante diplomático em Washington, Salvador de Mendonça, entusiasta de uma futura aliança com os Estados Unidos, o reconhecimento deu-se oficialmente em 29 de janeiro de 1890, sendo aprovado por unanimidade pelo Congresso norte-americano em 20 de fevereiro<sup>67</sup>. (BUENO, 1995, p.110).

Desta forma, as relações políticas entre os dois países estavam institucionalmente bem definidas desde o princípio e, por sua vez, as relações econômicas vinham adquirindo importância crescente. Rio Branco era um homem de Estado experiente e certamente não pautava a atuação exterior do Brasil apenas por simpatias pessoais. Além da clareza com que via o núcleo do poder político no mundo paulatinamente trasladar-se para a América, não estava indiferente às mudanças na ordem econômica internacional. Havia um forte componente econômico e comercial na relação com os Estados Unidos. Este fator não foi negligenciado por Rio Branco, que tinha a experiência de anos no Consulado de Liverpool tratando de questões comerciais. Na época, os Estados Unidos eram os maiores consumidores das exportações brasileiras, especialmente do café. Em 1902, os Estados Unidos importaram do Brasil US\$ 79,178,037.00, ao passo que suas exportações não passaram de US\$ 10,391,130.00. Essa diferença na balança comercial desfavorável aos Estados Unidos continuou até 1904, mesmo com políticas de benefício concedidas por Rodrigues Alves. Para que se tenha um parâmetro da importância crescente do país para a economia brasileira, os ingleses no mesmo ano importaram US\$ 24,790,000.00 do Brasil, exportando US\$ 22,200,000.00. Esta tendência se consolidou, em muito devido ao fomento do Barão, e em 1912, os Estados Unidos absorviam 36% do total do que o Brasil exportava.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> Sobre isso ver mais detalhes em ROBERTSON, 1915, p. 210-211.

<sup>67</sup> Para detalhes sobre o processo de reconhecimento da república pelos Estados Unidos ver BUENO (1995, p. 107-112).

<sup>68</sup> Para mais dados sobre as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, ver BANDEIRA, 1998 e BUENO, 1995, p. 138-147.

É neste panorama que surge o projeto de elevação da categoria de Legação à Embaixada da representação do Brasil em Washington. Ganzert (1942) afirma que não há registro de nenhuma troca de correspondência entre os dois governos sobre a mudança, mas que a possibilidade foi discutida nos círculos oficiais antes da medida ser tomada oficialmente. Já Burns (2003, p. 120) defende que a ideia foi seriamente considerada pela primeira vez por Rio Branco ainda durante a Questão do Acre. Isto porque por uma questão hierárquica, o Ministro Plenipotenciário brasileiro não podia dirigir-se diretamente ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, atrasando as negociações. O próprio Assis Brasil, o Plenipotenciário brasileiro à época escreveu a Rio Branco defendendo a criação da Embaixada, no que foi apoiado. A primeira evidência do plano de Rio Branco aparece no seu Relatório do Ministério para o biênio 1902-1903, onde escreve:

O aumento que reputo mais necessário e urgente é da dotação para o Ministro em Washington. Penso que o chefe dessa Legação não deve ter menos de 35:000\$ ouro, líquidos de impostos sobre os vencimentos, e que conviria dar a comissão temporária de Embaixador aos nossos Enviados Extraordinários enquanto ali servissem<sup>69</sup>.

A primeira notícia pública nos Estados Unidos foi dada pelo New York Herald, em 26 de dezembro de 1904:

Brazil will soon raise its Legation in Washington to the rank of an Embassy. Senhor Joaquim Nabuco, Brazilian Minister in London, will be the first Ambassador to present his credentials to Presidente Roosevelt, and will be the eighth Ambassador in the Diplomatic Corps. Baron do Rio Branco, the Brazilian Minister of Foreign Affairs, probably the most astute statesman in South America, heartily favors the bill recently introduced in the Brazilian Congress providing for the elevation of the Legation. This assures its passage. (GANZERT, 1942, p. 433).

---

<sup>69</sup>Relatório do Ministério das Relações Exteriores 1902-1903. AHI. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2312/>>.

A publicação da notícia em um meio de comunicação nos Estados Unidos pode ter sido apenas uma estratégia de Rio Branco para sondar a resposta da Casa Branca, como aponta Ganzert (1942). Sua atuação na imprensa para defender seus interesses era conhecida e não seria a primeira vez que utilizaria expedientes como este. Washington recebeu bem a ideia, ambos os governos trabalharam rápido e acordaram a mútua elevação de suas legações à categoria de Embaixada. O Presidente Rodrigues Alves, em mensagem ao Congresso afirmou que a rapidez da negociação era um bom indicador da estima mútua que existia entre os dois governos e da boa vontade com que o governo e o povo dos Estados Unidos respondiam “nossa antiga e leal amizade”<sup>70</sup>.

A escolha do primeiro Embaixador brasileiro foi fundamental para o êxito do projeto de Rio Branco. Na visão dos Estados Unidos, Rio Branco era quase europeu após lá viver por tanto tempo, mas teve “o discernimento de perceber que o centro de poder no mundo havia mudado para o Novo Mundo”. (GANZERT, 1942, p. 432). Se o nome do Barão era bem aceito, o de Joaquim Nabuco também despertou simpatia. Nas palavras de Ganzert (1942, p.439), Rio Branco não poderia ter escolhido homem melhor do que aquele “perfeito diplomata, acadêmico genial e alma nobre”. Ainda segundo Ganzert (1942, p. 432), um dos mais brilhantes golpes de Rio Branco teria sido o de “amarrar os fios dispersos das relações Brasil-Estados Unidos e fortalecer uma amizade que data dos primeiros anos do Brasil como Estado independente”. Mas, ele ressalta que nesta tarefa o Ministro foi ajudado pela “sabedoria e personalidade graciosa” de Nabuco. Para o autor, ambos representavam as “melhores tradições brasileiras de serviço ao país”.

Nabuco era chefe da Legação de Londres, mas em junho de 1904 estava envolvido com a Questão da Guiana Inglesa, no qual foi o chefe da Missão Especial brasileira no pleito com a Inglaterra pela definição dos limites territoriais. O Rei Vitor Emanuel III da Itália foi o árbitro e decidiu dividir o território em litígio, o que significou uma derrota diplomática para o Brasil. A sensação de fracasso em realidade se dava mais pela inevitável comparação com o desempenho de Rio Branco na solução das Questões anteriores, em que conseguiu manter ou recuperar cem por cento dos territórios pretendidos pelo Brasil. Entretanto, isso não abalou o prestígio de Nabuco, que dias após o anúncio do laudo recebeu telegrama do Ministro:

---

<sup>70</sup> Mensagem ao Congresso de 3 de maio de 1905, em Ganzert, 1942, p. 434.



Continue tranquilamente ultimando trabalhos Missão para o que pode dispor alguns meses. Como sabe posto mais importante para nós é Washington precisamos ali homem valor se o puder aceitar diga-me urgência para que regule por ali movimento projetado<sup>71</sup>.

Do telegrama depreende-se claramente o papel de destaque dado aos Estados Unidos na política externa de Rio Branco. O fato de deslocar um diplomata e político da envergadura de Joaquim Nabuco de um posto importante como Londres ajuda a formar o panorama em que a criação da Embaixada se inseria. Era realmente um projeto de Rio Branco a reorientação do eixo diplomático brasileiro para a América do Norte. Pereira (2006, p.28) destaca que a resposta de Nabuco ao convite foi dada com “espanto”<sup>72</sup> já que até aquele momento ele era conhecido por seu europeísmo e encarava a criação da Embaixada até como um ato precipitado, dado o papel que o Brasil então desempenhava no sistema internacional. Portanto, refuta a ideia de que Nabuco teria se entusiasmado com a possibilidade de remoção para Washington desde o princípio. Ao contrário, afirma que o futuro Embaixador se preocupava que o título fosse meramente formal e ele acabasse perdendo prestígio, já que o posto em Londres era até então o mais importante. Ao fim, aceita ir aos Estados Unidos “como mais uma obrigação patriótica a qual havia resolvido abraçar quando decidiu trabalhar pelo Estado Brasileiro e não pela República”. (PEREIRA, 2006, p. 29).

Também é certo que os efeitos da “derrota” perante a Inglaterra ajudaram a consolidar em Nabuco algumas críticas que ele já vinha desenvolvendo sobre o velho continente e começava a crer que já não havia espaço para os grandes ideais e as grandes causas no palco da política europeia. Assim, talvez vislumbasse nos Estados Unidos um terreno fértil para sua atuação; e como já havia afirmado ser partidário da aproximação e “forte monroísta”<sup>73</sup>, a escolha de Rio Branco parecia bastante lógica. (PEREIRA, 2006, p.30).

---

<sup>71</sup> Telegrama de Rio Branco para Joaquim Nabuco, 18/06/1904. Fundação Joaquim Nabuco. Em PEREIRA, 2006, p. 27.

<sup>72</sup> Entrada de 19/06/1904 do diário de Nabuco (2006, p. 566): “Esta manhã um terremoto, o telegrama do Rio Branco oferecendo-me Washington. Vou pensar muito antes de responder.”

<sup>73</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 07/07/1902 em PEREIRA, 2006, p. 30.

De fato, o nome de Joaquim Nabuco foi bem recebido nos Estados Unidos<sup>74</sup>. Ganzert (1942, p. 440) destaca os modos charmosos e aparência distinta do Embaixador, que era um orador popular em universidades<sup>75</sup> e outros ambientes, além de possuir uma boa pronúncia em inglês e prosa agradável. A descrição de Nabuco é prova do prestígio que conquistou durante sua permanência em Washington, onde circulava com desenvoltura tanto entre políticos e diplomatas, quanto entre intelectuais e membros da alta sociedade. Fez amizades que duraram até o fim da vida e tiveram grande influência em sua carreira e para as relações com o Brasil, como foi o caso do Senador e mais tarde Secretário de Estado, Elihu Root.

Nem só da sua graça nos salões diplomáticos vivia Nabuco. Ele lutou e conseguiu tratamento favorável para os produtos brasileiros no mercado norte-americano, já que o acordo comercial existente entre os países já não estava vigente desde 1891. Um novo acordo comercial<sup>76</sup> que permitia a entrada livre de taxas do café brasileiro foi assinado em 1903. Em 1909 o acordo foi ameaçado pela iniciativa de um congressista norte-americano, que denunciou o acordo. Joaquim Nabuco foi instruído por Rio Branco a fazer tudo que estivesse ao seu alcance para barrar a proposta de fim do acordo. Para Ganzert (1942, p.449) este foi um dos momentos de maior esforço de sua carreira em Washington, mas ele saiu vitorioso com a ajuda de vários amigos, entre eles o Senador Root. O acordo especial de reciprocidade promulgado em 6 de agosto de 1909 não apenas garantiu a livre entrada de café, como também de coco, borracha e couros e ficou vigente até 1923.

À primeira vista a parceria entre Nabuco e Rio Branco parecia perfeita. Entretanto, apesar de amigos de longa data, sua relação se deteriorou nos anos de Washington, muito em função de divergências com relação aos rumos das relações entre os países. Enquanto no Embaixador, o pan-americanismo era uma paixão crescente, o Ministro via a situação com olhos mais pragmáticos. São diversas as passagens no Diário de Joaquim Nabuco<sup>77</sup> em que fica evidente seu descontentamento com a postura de Rio Branco, que não estaria dando a

---

<sup>74</sup> Conforme se pode observar na cobertura da imprensa da norte-americana através dos recortes guardadas pelo próprio Embaixador Nabuco. Ver AHI, Arquivo Pessoal de Joaquim Nabuco, lata 781, maço 1.

<sup>75</sup> Para um estudo de suas conferências em Yale, ver JACKSON, 2008.

<sup>76</sup> Em retribuição, o governo brasileiro garantiu uma tarifa diferenciada de 20% para algumas commodities importadas pelos Estados Unidos. Para mais detalhes ver GANZERT, 1942, p. 448.

<sup>77</sup> Ver NABUCO, 2006, especialmente páginas 595, 596, 603, 638.

prioridade adequada aos Estados Unidos.<sup>78</sup> Ele chega a enviar uma carta a Rio Branco expressando seu descontentamento e pedindo que lhe encontre substituto, caso estivesse pensando em mudar os rumos da política externa brasileira e a aproximação com Washington não fosse mais prioridade. (NABUCO, 1928).

Havia uma diferença fundamental entre as perspectivas dos dois. Como Nabuco via o sistema internacional de forma imutavelmente hierarquizada, a associação a Washington seria a única forma do Brasil obter destaque entre os demais países. Por outro lado, Rio Branco não buscava alinhamento, apenas reconhecia as mudanças no mundo e queria estar ao lado da potência emergente para obter os melhores resultados desta relação. Com o seu apoio o Brasil poderia afirmar-se como um ator relevante na geopolítica mundial e garantir seu lugar como segunda potência na América, onde atuaria mais livremente com a “benção” dos Estados Unidos. Em suma, para Nabuco, o americanismo era um fim em si mesmo, para Rio Branco, um meio. Por isto, Lima (2006, p. 23) chega a identificar Nabuco como um dos precursores do chamado americanismo ideológico enquanto Rio Branco buscava apenas uma associação em pé de igualdade<sup>79</sup>.

As diferenças de perspectiva estavam também no plano simbólico. Mesmo com origens sociais parecidas, filhos de grandes estadistas do Império, suas visões sobre o Novo Mundo divergiam bastante. Carolina Nabuco (1928) afirma que diferentemente de seu pai, Rio Branco havia promovido a aproximação com os Estados Unidos contra suas simpatias pessoais, que eram europeias e aristocratas no último nível. Nabuco já vinha de certa forma desiludindo-se com as possibilidades da política na Europa e aprendeu a admirar os progressos da sociedade norte-americana na sua permanência em Washington, mas Rio Branco permaneceu muito ligado ao seu período de formação e longa permanência na Europa, que seguia sendo seu ideal de civilização. Como bem observa Pereira (2006), a aproximação defendida por Nabuco era mais radical, enquanto Rio Branco permanecia preso ao estilo sóbrio do seu temperamento e não buscava fixar problemas com soluções absolutas.

Rio Branco via a política praticada pelos Estados Unidos com um misto de desprezo e admiração. Se por um lado, apreciava seus progressos materiais, entendia que sua “civilização” sempre careceria do

---

<sup>78</sup> Para as diferentes perspectivas entre Rio Branco e Joaquim Nabuco, ver SILVA, 1995; LIMA, 1996.

<sup>79</sup> Para Nabuco (2006, P. 588) “a escolha está entre o Monroismo e a recolonização europeia”.

“espírito europeu”. Os EUA não praticavam a diplomacia que o Ministro conhecia e admirava. Esta opinião transparece em despacho para a Embaixada de Washington, quando observa que “as afirmações da política externa norte-americana são feitas de ordinário, sem ambiguidades, com arrogante franqueza”.<sup>80</sup> A despeito de sua simpatia pessoal, entretanto, não estava indiferente às mudanças ocorridas no mundo, como confirma seu despacho à Embaixada de Washington<sup>81</sup>:

A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com quem devem contar e que necessariamente há de ter sua parte na política internacional do mundo inteiro.

Rio Branco era um conservador de formação europeísta que via o mundo de forma hierarquizada não só em matéria de poder político, mas de civilidade. Conforme já foi mostrado, o Brasil teria um lugar mais alto nesta escala que os demais países latino-americanos pela sua herança europeia e monárquica. Mais uma prova de que via de forma hierarquizada os países da América é que aceita o Corolário Roosevelt<sup>82</sup>, sendo o único país da região a fazê-lo. Segundo Fonseca Jr. (2002, p.406), o Ministro aceita os preceitos do Corolário porque que não acredita que ele se aplicaria ao Brasil, Chile ou Argentina, que eram países estáveis. Aliás, estes países eram alguns dos poucos que deveriam ser levados em consideração na sua política para a América:

Pensamos que um acordo, no interesse geral, para ser viável, só deve ser tentado entre os Estados Unidos da América, o México, o Brasil, o Chile e a Argentina. Assim, estaríamos bem, os Estados Unidos e o Brasil. Entrando muitos, seríamos suplantados pelo número, sempre que se tratasse de tomar qualquer resolução<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> Em LINS, 1996, p. 332.

<sup>81</sup> Em LINS, 1996, p. 332.

<sup>82</sup> O chamado Corolário Roosevelt consistiu na redefinição da Doutrina Monroe promovida pelo Presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, que passa a utilizá-la como argumento para a política intervencionista praticada pelos Estados Unidos na América Latina. Para mais sobre o Corolário Roosevelt, ver BUENO, 2003, p. 42-47.

<sup>83</sup> Carta de Rio Branco de 10 de março de 1906 em LINS, 1996, p. 512.

Aproximar-se de Washington era, portanto, uma forma também de garantir que o Brasil pudesse exercer esta liderança a que teria direito, em uma espécie de concessão dada pela potência do continente. Rio Branco via claramente a situação difícil na América e reconhecia que “um acordo geral, de todas as nações americanas, é mais impossível ainda que entre as europeias”, destacando que “o concerto europeu é formado apenas pelas grandes potências”<sup>84</sup> e a dificuldade criada pela quantidade de atores no cenário da região. Deste modo, apenas aqueles considerados relevantes faziam parte do seu horizonte de atuação.

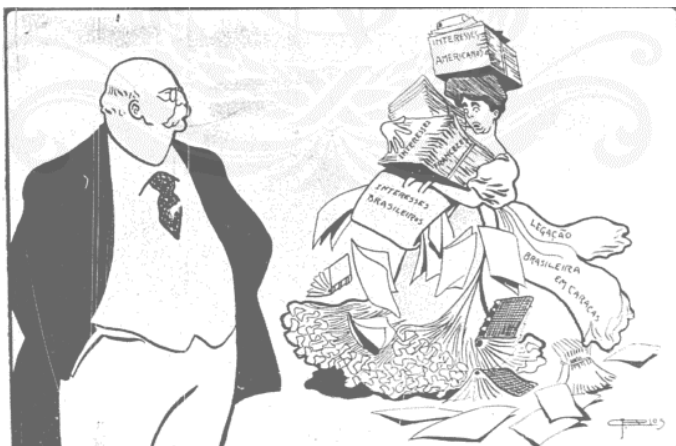
Assim como o conjunto da sua gestão não deixou de receber críticas, a primeira Embaixada brasileira não passou incólume. O título de Embaixador parecia demasiado para um país do porte do Brasil, especialmente se nota-se que Nabuco foi apenas o oitavo diplomata a ter este posto em Washington. Além disso, questionava-se a necessidade de aumento dos já grandes – e já muito debatidos – gastos de representação promovidos pelo Barão. Além, é claro, das duras críticas daqueles setores que condenavam a aproximação com os Estados Unidos e a ênfase dada a estas relações pelo Ministro. A imprensa ironizou, colocando na boca do Barão a explicação: “eu sou ministro dos estrangeiros”, conforme a Figura 26.

---

<sup>84</sup> Carta de Rio Branco de 10 de março de 1906 em LINS, 1996, p. 512.

## A POSTERIDADE É NOSSA

“Sabemos que à semelhança dos Estados Unidos a Republica Franceza vae deixa os seus negócios e os interesses de seus nacionaes em Venezuela a cargo da legação brasileira”. d’O Paiz.



Assim não vale, barão!...promova-me à embaixada...por piedade!...  
Ora deixe-se de tolíces. Eu sou ministro...dos estrangeiros.

**Figura 26:** A posteridade é nossa, por J. Carlos

**Fonte:** Careta, 04/07/1908. Biblioteca Nacional.

Em um de seus textos anônimos mais conhecidos, intitulado *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroismo*, J. Penn-Rio Branco faz a defesa do estreitamento das relações e da criação da Embaixada em resposta aos seus críticos. Ele inicia o texto já afirmando que:

As manifestações de recíproco apreço e amizade entre os governos do Rio de Janeiro e Washignton têm sido nestes últimos anos censuradas, às vezes com bastante injustiça e paixão, por alguns raros publicistas brasileiros que se supõe genuínos intérpretes e propagadores do pensamento político dos estadistas do Império.<sup>85</sup>

<sup>85</sup> Publicado originalmente em 12 de maio de 1906 no Jornal do Comercio, também em RIO BRANCO, 1948 b, p. 129-151.

Fiel ao seu estilo minucioso e afeito às digressões históricas, ele realiza um inventário das relações entre Brasil e Estados Unidos desde o Império com o intuito de estabelecer uma linha coerente entre a sua política externa e a anterior. Citando uma farta documentação, J. Penn visa defender principalmente a Embaixada recém criada contra aqueles que:

Mostraram-se em várias ocasiões ingratamente desdenhosos da Doutrina de Monroe e tiveram por inconveniente a resolução tomada simultaneamente pelos dois governos de elevar cada um a categoria do seu representante diplomático junto ao outro.

Assim, uma vez mais Rio Branco se utiliza da história para defender seu posicionamento no momento e para provar que está seguindo o caminho correto criando a Embaixada, já que está seguindo as diretrizes da política externa imperial. Este passo nada mais seria, portanto, que o aprofundamento de uma relação já sólida e antiga de amizade. Invocando a máxima ciceroniana da história como mestra da vida, o ministro funda sua argumentação na ideia de continuidade e foca seu discurso pró-adesão ao monroismo no pacto de defesa mútuo que este representa e nos benefícios advindos já desfrutados pelo Brasil, uma vez que:

Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823 até hoje, encontram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores. (RIO BRANCO, 1948b, p. 151).

Ainda que não tenha sido unanimidade, a criação da Embaixada em Washington recebeu boa acolhida em diversos setores. Para o governo brasileiro foi mais um acerto da gestão Rio Branco, pelo qual recebeu o devido apoio do Presidente da República, com quem ele buscou dividir os louros pelo sucesso da aproximação. Porém, sem deixar de reivindicar seu papel na proposição da medida mais importante e na nomeação de Nabuco:

Ao presidente Rodrigues Alves cabem todos os parabéns pela política de paz e concórdia americana....pondo particular empenho em estreitar cada vez mais os laços de antiga amizade que nos unem à nossa grande irmã do Norte. A mim só cabe o mérito de haver proposto a criação da nossa Embaixada em Washington e a nomeação para ela de Joaquim Nabuco, que com tanta distinção a ocupa e tanto tem sabido fazer ali para tornar mais conhecido e estimado o Brasil<sup>86</sup>.

Rio Branco aproveita ainda a ocasião para tecer algumas considerações sobre o novo papel que o Brasil ia desempenhando nos Estados Unidos, graças à nova Embaixada. Reconhece a importância do Embaixador Nabuco, mas dá mais ênfase aos efeitos da situação política interna na imagem exterior projetada.

O movimento de simpatia que mais intensamente se acentuou nos Estados Unidos da América para com o Brasil deve-se, sem dúvida, às raras qualidades [de Joaquim Nabuco]... mas deve-se sobretudo à influência crescente que o Brasil tem ganho no conceito universal em alguns anos de paz interna, podendo assim lançar-se resolutamente no caminho de todos os melhoramentos morais e materiais. (RIO BRANCO, 1948a, p. 102).

Este comentário demonstra como para Rio Branco, as duas esferas da política estavam interligadas e eram mutuamente influenciáveis. Uma boa imagem no exterior dependia em grande medida do estado da política interna, que, por sua vez saíria beneficiada pela política externa empreendida e que buscava obter os melhores resultados para o país. Ou seja, a política externa de Rio Branco era um instrumento que ajudaria o Brasil a alcançar as nações civilizadas em seus diversos aspectos materiais e morais.

---

<sup>86</sup> Discurso de 10 de novembro de 1906 no Itamaraty, em homenagem recebida do Exército, publicado no *Jornal do Comercio* em 11 de novembro de 1906. Também em RIO BRANCO, 1948a, p. 101.



## **4.2 A III Conferência Internacional Americana e a visita do Secretário de Estado norte-americano**

A participação em conferências internacionais também era uma forma de mostrar que o Brasil estava buscando seu lugar entre as grandes nações do mundo. A escolha do Rio de Janeiro para sediar a III Conferência Internacional Americana demonstrou que o Brasil estava recebendo o apoio necessário por parte dos Estados Unidos na implementação da sua política de estreitamento das relações entre os dois países. Também era um sinal de que o governo norte-americano estava respaldando a política de Rio Branco para a América, que passava diretamente pela adoção da Doutrina Monroe. Assim, ficou agendada a data de 21 de julho de 1906 para o início dos trabalhos da Conferência em solo brasileiro.

Rio Branco foi nomeado Presidente Temporário da Conferência até que se realizasse a eleição do titular para o posto<sup>87</sup>. No seu discurso de abertura de alguma forma surpreende pelo caminho que toma em uma Conferência destinada a selar a aliança com os Estados Unidos e a confirmar os efeitos benéficos da Doutrina Monroe. Em mais um exemplo de que sua política externa não visava alinhamento, mas o estabelecimento de uma relação em pé de igualdade e do papel de sua formação na sua visão de mundo, paga um tributo à Europa. A escolha da abordagem que segue no discurso mostra o equilíbrio que queria manter na pauta de atuação exterior do Brasil, reconhecendo o papel crescente de Washington, mas sem virar as costas para a Europa. Era talvez uma tentativa de equacionar suas próprias convicções pessoais ao momento político, que ele não poderia se furtar a ver.

Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência internacional. Europa fonte prodigiosa de energias fecundas. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da

---

<sup>87</sup> Em votação realizada posteriormente, Joaquim Nabuco foi eleito Presidente da Conferência por dezessete votos a um. Em outra votação, Rio Branco e Elihu Root foram escolhidos Presidentes Honorários. (WILGUS, 1932, p. 431). O Chefe da Delegação brasileira era o Embaixador Nabuco, ainda que Rui Barbosa tenha sido cogitado para o posto, conforme troca de cartas em maio de 1906 entre Rui e Rio Branco em que é convidado para ser o representante brasileiro na conferência. Cartas de 10/05/1906, 17/05/1906, 18/05/1906, 25/05/1906, 30/05/1906. AHI, lata 814, pasta 10, maço 5.

ciência e da arte, as comodidades da sua indústria, e a lição mais proveitosa do progresso<sup>88</sup>.

Este reconhecimento ao papel da Europa na formação das “nações ainda novas” e em particular do Brasil, não era uma novidade para Rio Branco<sup>89</sup>. Foi sim, um tanto surpreendente trazer à baila o tema precisamente nesta ocasião. Entretanto, o risco seguramente havia sido bem calculado e o discurso é entremeado pelo elogio à Doutrina Monroe e pela apologia à concórdia e união entre os povos americanos. Seus votos para a Conferência eram que:

[...] da conferência resulte, confirmada e definida em atos e medidas práticas de interesse comum, a auspiciosa segurança de que não estão longe os tempos da verdadeira confraternidade internacional<sup>90</sup>.

Em mais um gesto simbólico bastante eloquente, Rio Branco ainda anunciou a mudança do nome do local onde estava sendo realizada a Conferência para Palácio Monroe<sup>91</sup>, dirimindo qualquer dúvida sobre a adesão do Brasil ao projeto monroísta. Não que houvesse motivos significativos para dúvidas, já que Rio Branco sempre procurou realçar os benefícios da Doutrina, que não via como um pronunciamento de autodefesa unilateral dos Estados Unidos, mas como um pacto conjunto que seria útil ao Brasil. Não por acaso, na controvérsia com a Bolívia, Rio Branco invocou vigorosamente a Doutrina Monroe para resistir às intenções do *Bolivian Syndicate*. (GANZERT, 1942, p. 446).

Como é comum em diplomacia, os simbolismos muitas vezes são mais importantes que os resultados práticos. E foi outro gesto simbólico que acabou sendo mais significativo que talvez a própria Conferência para o Brasil. De fato, a análise posterior foi de que a Conferência havia sido um pouco esvaziada de conteúdo em termos práticos. Isto talvez se explique pelos objetivos que tinham os Estados Unidos. Uma parte da

---

<sup>88</sup> Discurso de abertura da Conferência realizado em 23/07/1906 em RIO BRANCO, 1948a, p. 87.

<sup>89</sup> Em outra ocasião, em banquete oferecido a Anatole France no Itamaraty, em 17 de maio de 1909 afirmou “*je salue en même temps la France, que nous considérons tous comme notre patrie intellectuelle.*” (RIO BRANCO, 1948a, p. 202).

<sup>90</sup> RIO BRANCO, 1948a, p. 85.

<sup>91</sup> Nabuco anota em seu diário que “conseguiu” que Rio Branco anunciasse a troca, pelo que se imagina que ele teria sido o autor da ideia, nenhuma referência a isso foi encontrada em outras fontes. (NABUCO, 2006, p. 629).

opinião pública norte-americana criticou a composição da delegação dos Estados Unidos, que não era tão “forte” como aquela enviada à Conferência anterior realizada no México. (WILGUS, 1932, p. 426). Os delegados foram bem instruídos sobre sua atitude e ações durante a Conferência, onde não deveriam buscar nenhum resultado final espetacular, mas lidar com questões de interesse geral, sem dar ênfase a questões controversas. (WILGUS, 1932, p. 427). O tom geral das instruções emitidas pelo Secretario de Estado Root era bastante conciliador e pouco ambicioso. O objetivo mais amplo seria aumentar o respeito mútuo e diminuir os mal entendidos e prevenções entre os países. De certa maneira, a Conferência deveria servir como uma mostra da capacidade de boa convivência na região sob os auspícios da Doutrina Monroe. Burns (2003) afirma que a Conferência se limitou à mudanças estruturais, planejamento administrativo e aperfeiçoamento das convenções existentes e que não foram discutidas novas políticas. A maior parte do trabalho foi realizada no âmbito das comissões, quatorze no total, e versaram sobre temas administrativos e estruturais, mais do que propriamente políticos.

Neste contexto, a visita do Secretário Root ao Brasil por ocasião da Conferência foi um divisor de águas para as relações Brasil-Estados Unidos. Burns (2003, p. 137) chega a afirmar que a visita culminou esse relacionamento estreito entre os países e “pode ser considerada como o ponto mais alto da amizade brasileiro-americana durante a gestão Rio Branco”. Ele foi recebido entusiasticamente, na primeira visita que um Secretário de Estado norte-americano fazia a um país estrangeiro no decorrer de seu mandato. Além disso, representava uma honra pessoal para Nabuco, seu amigo e figura fundamental na articulação de sua viagem. Para Rio Branco, significou mais uma oportunidade de firmá-lo como o homem de Estado mais importante da América do Sul, como foi descrito pela imprensa norte-americana. (GANZERT, 1942). O poder em torno de si e a profundidade de sua relação com os Estados Unidos foram ainda demonstradas pela sua hábil negociação para que o segundo país a ser visitado por Root fosse a Argentina. Assim, ficava claro ao vizinho que o Brasil buscava uma política de boa convivência, mas ficava evidente também o papel que Buenos Aires teria nesta configuração do espaço de poder na América.

No discurso proferido em inglês no banquete para Root, no Itamaraty, Rio Branco reitera que as manifestações de amizade testemunhadas por Root vinham do povo brasileiro e não apenas do governo:

The manifestation of friendship for the United States which you have witnessed come from all the Brazilian people, and not from the official world alone, and its our earnest desire that this friendship, which has never been disturbed in the past, may continue forever and grow constantly closer and stronger<sup>92</sup>.

De fato, a recepção a Root foi calorosa nas ruas do Rio de Janeiro e no governo brasileiro serviu para demonstrar que a aproximação com os Estados Unidos não era uma política unilateral empreendida por Rio Branco, que saiu fortalecido da Conferência. A visita em parte eclipsou o evento, mas seu efeito foi mais profundo. Os próprios delegados norte-americanos em seu relatório final afirmam que a visita resultou em um bem maior para as relações com a América do Sul e América Central do que qualquer outro acontecimento em sua história diplomática. (WILGUS, 1932, p. 438).

### **4.3 A II Conferência da Paz de Haia**

O Brasil não havia comparecido à I Conferência, ocorrida em 1899, mesmo tendo sido convidado, principalmente por falta de interesse na agenda que seria discutida. Entretanto, a II Conferência se dava em momento totalmente distinto; e estar entre as nações mais importantes discutindo temas internacionais ia totalmente ao encontro das aspirações de Rio Branco e sua política de prestígio. A Conferência da Paz de Haia foi realizada entre 15 de junho e 18 de outubro de 1907 e a participação brasileira se dava na esteira dos acontecimentos ainda recentes da Conferência do Rio de Janeiro e da visita do Secretário Root. Dado o sucesso que foi considerado para o Brasil o desfecho da Conferência, em Haia era necessário apresentar um desempenho no mínimo semelhante e a escolha do representante brasileiro era uma questão importante a ser decidida por Rio Branco.

Nabuco continuava prestigiado e havia sido Presidente do evento no Brasil, mas havia ainda Rui Barbosa, que já havia declinado o convite para a Conferência do Rio. Segundo Pereira (2006) Nabuco era a primeira opção de Rio Branco, mas a opinião pública iniciou uma campanha em favor de Rui. Oliveira Lima foi um dos que fizeram uma campanha aberta na imprensa. Com seu estilo ferino característico talvez

---

<sup>92</sup> Discurso de 28/07/1906. AHI. Pasta 876, maço 3.

estivesse fazendo uma crítica cifrada à Nabuco, conhecido frequentador dos salões mais importantes e ao próprio Rio Branco e sua política, que gostava de unir a diplomacia dos bastidores à pompa dos banquetes e recepções.

Um Rui Barbosa ali saberia dar mais relevo ao seu nome e em tal caso ao seu país porque se os banquetes diplomáticos, por mais estrondosos, não aumentam o lustre nacional, as manifestações intelectuais de valor contribuem decididamente para semelhante brilho. Por isso, não mandem, pelo amor de Deus, um que de ciência diplomática só haja aprendido o capítulo festeiro. (OLIVEIRA LIMA, 1980, p. 80).

O convite é efetivamente feito por Rio Branco a Rui Barbosa em nome de Rodrigues Alves em carta de 26 de fevereiro de 1907. O convite a Nabuco é mantido por Rio Branco e apoiado pelo Presidente. O Embaixador em Washington viu como desprestígio ir como segundo homem após ter presidido a Conferência do Rio de Janeiro e se resigna com o resultado, afinal, tem claro que não poderia “ir a Haia como segundo e ele só pode ir como primeiro”<sup>93</sup>. Em 31 de março Rui escreve a Rio Branco aceitando o posto, mas não sem dizer que Nabuco seria a melhor escolha. Apesar disto, ele diz que sua recusa em participar da Conferência no Rio de Janeiro no ano anterior o impele a aceitar a tarefa.<sup>94</sup> A escolha de Rui para um posto de tamanha importância e sua indicação anterior para outro cargo de confiança de Rio Branco demonstra que não havia ficado nenhum resquício dos desentendimentos públicos suscitados pela Questão do Acre, já que o Ministro assume que a nomeação de Rui foi ideia sua, ainda que “dívida” com a imprensa o mérito da escolha. Em discurso no Itamaraty, agradecendo às homenagens pelo sucesso de Haia, ele afirma:

[...] devo-a desta vez unicamente à circunstância feliz de haver eu proposto ao Chefe de Estado, para representante do Brasil na Conferência Internacional da Haia, o grande jurisconsulto e brilhante orador que dentro de dois dias estará aqui de regresso [...] confesso, entretanto, que a

<sup>93</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 04/03/1907. Fundaj. Também PEREIRA, 2006, p. 176.

<sup>94</sup> Cartas de Rui Barbosa para Rio Branco. AHI. Lata 814, pasta 10, maço 5.

indicação de Rui Barbosa para tão importante missão não foi feita somente por mim, mas também por muitos órgãos autorizados da opinião pública.<sup>95</sup>

De fato, a opinião pública apoiou a escolha e na imprensa brasileira sua atuação na Conferência foi acompanhada com entusiasmo. Rio Branco nunca perdeu o gosto pelo jornalismo e, como ficou claro em diversas ocasiões, sempre soube utilizar a imprensa a seu favor. Em Haia não foi diferente e consta que diariamente transmitia ele mesmo aos jornais da capital a últimas notícias da Conferência, tal como queria que fossem publicadas, obviamente. Até o famoso apelido de Rui Barbosa, a Águia de Haia, teria sido cunhado por Rio Branco no Brasil e divulgado na imprensa, visando dar ao representante brasileiro mais relevo. Para Krause (2008) foi “como que um mito que se constrói antes de findada a história, Rui teve de confirmar as expectativas colocadas sobre ele em sua partida, e por ter conseguido este sucesso esta imagem de “águia” acabou se propagando”. Fruto primeiro do gênio do Barão, a ideia da águia se consagrou graças ao gênio de Rui e sua atuação na Conferência. Assim, o escolhido do Ministro não o decepcionou e a imprensa não deixava de registrar a sua satisfação com aquele que havia “saído melhor que a encomenda”, como mostra a Figura 27.

---

<sup>95</sup> Discurso 28 de dezembro de 1907 em resposta à manifestação dos estudantes das escolas superiores do Rio de Janeiro pelo êxito na Conferência de Haia. Publicado no Jornal do Comércio em 29 de dezembro. AHI. Também em RIO BRANCO, 1948a, p. 137.



— Venha de lá esse abraço, seu Roy! Olhe que você saiu melhor que a encomenda. Bravo! Bravissimo!...

**Figura 27:** O amplexo, por Bambino

**Fonte:** *Jornal do Brasil*, 05/01/1908 em KRAUSE, 2008.

Rui ia para Haia embalado pelo entusiasmo da imprensa e da opinião pública e com a confiança de Rio Branco. É verdade que também Nabuco se esforçou para o bom andamento da participação brasileira, apesar do desgosto pessoal e procurou convencer Rui da importância do acontecimento também para as relações com os estados Unidos. A preocupação de Nabuco se justificava em parte porque Rui não partilhava com a mesma intensidade do seu entusiasmo pela aproximação com Washington e por isso lhe escreveu uma espécie de aviso: “eu confio que da sua ida a Haia resultará grande bem para as nossas relações políticas com os Estados Unidos”<sup>96</sup>. Desta forma, buscava pressionar Rui a buscar sempre um entendimento com os Estados Unidos na Conferência e não comprometer o trabalho já

<sup>96</sup> Carta de Joaquim Nabuco a Rui Barbosa. 29/06/1907. Também em PEREIRA, 2006, 177.

realizado por ele. Os rumos tomados pelos acontecimentos em Haia não foram os esperados e provavelmente está certo Ganzert (1942, p. 442) quando diz que foi triste para Nabuco ver o desentendimento entre Rui Barbosa e Rufus Choate, chefe da delegação norte-americana, na Conferência de Haia.

O cerne do desacordo entre o Brasil e os Estados Unidos em Haia foi o funcionamento da Corte de Arbitragem Internacional criada na I Conferência Internacional Americana e que deveria ser aprimorada na II. Para Rio Branco, o grande problema era que os dezessete juízes da Corte de Justiça seriam previamente escolhidos para dirimir futuros possíveis conflitos, o que para ele representava diminuição da autonomia nacional e punha em xeque a soberania do Estado. Além disso, havia uma enorme controvérsia sobre a forma de eleição destes juízes, já que a primeira proposta, na qual todas as nações teriam a mesma representação, foi modificada por um segundo projeto apresentado em conjunto por Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Segundo este projeto, haveria nove juízes permanentes, indicados pelas oito potências da época mais a anfitriã Holanda e oito juízes indicados por oito grupos de nações. O Brasil foi classificado como de terceira categoria na composição destes grupos, ficando atrás de países menores e menos populosos, o que ofendeu Rio Branco.

Ainda assim, ele não quis incompatibilizar-se diretamente com as potências e instruiu Rui a apresentar uma proposta alternativa, em que o Brasil figurasse com mais prestígio, que não foi aprovada. Seguiu-se a apresentação de uma série de propostas em que o Brasil se aproximasse das potências e alcançasse um posto permanente, o que gerou antipatias, desta vez pelo lado dos países menores. A esta altura o relacionamento com a delegação norte-americana já era péssimo, devido às discussões entre Rui e Choate e insuflado pela imprensa dos Estados Unidos. Vendo que não seria mais possível compatibilizar as duas posições, Rio Branco determina que Rui volte atrás e defenda a proposta original de igualdade jurídica entre as nações. Desta maneira, vislumbra conseguir uma posição mais honrosa e obter algum crédito, ainda que saísse derrotado. (PEREIRA, 2006). No seu despacho para Rui, afirmou:

Os países da América Latina foram tratados em geral com evidente injustiça. É possível que, renunciando à igualdade de tratamento, que todos os Estados soberanos têm tido até hoje nos congressos e conferências, alguns se resignem a assinar convenções, em que sejam declarados, e se



confessem nações de terceira, quarta ou quinta ordem. O Brasil não pode ser desse número [...] Agora que não mais podemos ocultar a nossa divergência, cumpre-nos tomar aí francamente a defesa do nosso direito e das demais nações americanas<sup>97</sup>.

É interessante observar que o próprio Rio Branco sempre afirmou a existência de nações de diferentes categorias na América, mas no momento em que percebe que o Brasil não estaria nas categorias mais elevadas aos olhos das potências, muda de estratégia. Ele percebe que insistir em alçar o Brasil a um patamar mais alto não trará resultado e acarretará mais reservas entre os países menores, então assume um novo papel: o de defensor dos direitos dos mais fracos. No mesmo despacho a Rui, ele conclui: “estamos certos que Vossência o há de fazer com firmeza, moderação e brilho, atraindo para o nosso país as simpatias dos povos fracos e o respeito dos fortes”. (LINS, 1996, p.360). A nova atitude brasileira desagradava Root e deixava Nabuco em situação delicada em Washington. Segundo Pereira (2006) o *New York Herald* chega a dizer que Rui Barbosa era inimigo da delegação norte-americana e do governo de Washington, assumindo o tom mais duro entre a imprensa do país. Cabe a Nabuco minimizar os efeitos de Haia, e a isto se dedica com afinco, mas pessoalmente fica muito descontente com os rumos tomados e especialmente com a posição do Brasil e com Rio Branco. Ao contrário, Rio Branco vê Haia com saldo positivo, pois conseguiu resgatar o prestígio perdido pelo Brasil e tem sua imagem muito fortalecida. Rio Branco e Rui Barbosa foram ovacionados no Brasil pela coragem de defender os mais fracos perante as potências e alcançam o auge de sua popularidade. Como mostra a figura a seguir, os dois eram tidos em mais alta conta que o próprio Presidente da República naquele momento.

---

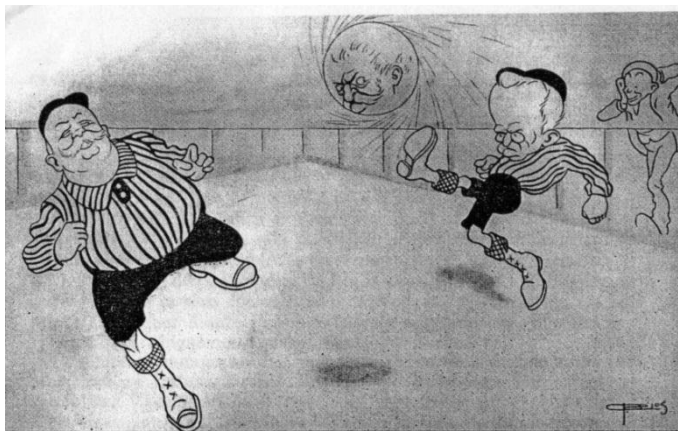
<sup>97</sup> Despacho para Rui Barbosa, 18/08/1907 em LINS, 1996, p.360.



**Figura 28:** O barão em actividade, por J. Carlos

**Fonte:** *Careta*, 18/07/1908. Biblioteca Nacional.

Na Figura 29, aparecem novamente Rui e Rio Branco como heróis, desta vez jogando futebol com a cabeça do Ministro argentino Zeballos, seguidamente representado como inimigo do Brasil.



**Figura 29:** O eterno Zebrallos, por J. Carlos

**Fonte:** *Careta*, 31/10/1909 em LIMA, 1963, p 293

O desfecho da Conferência de Haia não foi aquele sonhado por Nabuco e provavelmente também não foi o que previu Rio Branco. Além de ver frustrado seu plano de ter o Brasil entre as grandes nações, o Ministro viu a aliança costurada com tanto cuidado com os Estados Unidos demonstrar toda sua fragilidade. É possível que tenha se decepcionado com o tratamento recebido da grande irmã do Norte, ainda que não tenha deixado registros. Entretanto, fiel a sua política de prestígio, conseguiu transformar o que seria uma derrota flagrante em apenas uma “não vitória” digna. Do ponto de vista das relações com os Estados Unidos, deu mais uma prova clara de que não buscava alinhamento, como defendia Nabuco, mas parceria. E que esta deveria estabelecer-se em igualdade de condições. Graças a sua defesa apaixonada e também à campanha dirigida por Rio Branco, Rui Barbosa voltou ao Brasil nos braços do povo ou “nas palminhas”, como mostra a próxima Figura.



**Figura 30:** Nas palminhas, por Raul

**Fonte:** *Jornal do Brasil*, 30/12/1907 em KRAUSE, 2007, p. 79.

As divergências em Haia foram para Rio Branco um “momento de suma delicadeza”, mas ele tenta salvaguardar o papel de Root e dos Estados Unidos no evento. (RIO BRANCO, 1948 a, p.138). De maneira alguma a tomada de posição contrária do Brasil representava um rompimento com Washington, no seu ponto de vista. Falando em discurso no Itamaraty por ocasião de uma homenagem pelo êxito de Haia, ele busca um tom de conciliação:

O incidente que nos obrigou a tomar a posição que a dignidade nacional nos impunha, magoou-nos muito, mas nos ficou a grande satisfação de haver cumprido o nosso dever, sem procurar adesões que felizmente não nos faltaram neste continente e no da Europa, defendendo com decisão o princípio da igualdade jurídica entre os Estados soberanos, tão eloquentemente proclamado na Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, por um dos mais leais amigos dos povos latinos da América, Mr. Elihu Root<sup>98</sup>.

O próximo passo para tentar “desfazer a má impressão da Haia”, foi concebido por Nabuco<sup>99</sup>. Seu plano era que a Esquadra dos Estados Unidos, em viagem do Atlântico para o Pacífico fizesse uma escala na Guanabara para uma visita. Segundo Burns (2003) a ideia agradou Rio Branco, que garantiu a boa acolhida aos navios em território brasileiro, ainda que tivesse dúvidas sobre o grau de entusiasmo que tal visita despertaria depois de Haia. Para encerrar de vez o capítulo do desentendimento com Washington, Rio Branco pede que Rui Barbosa faça um discurso no banquete em honra da esquadra norte-americana. Na sua primeira resposta, este apresenta uma série de justificativas para declinar o convite: alega que não se arrisca a fazer um discurso em inglês em tão importante solenidade, que a saúde está abalada, que se sentiria deslocado no evento, que a incumbência deveria ser dada a um membro do governo e também por conta dos “incidentes de Haia” que “tantas agressões me custaram e tão mal interpretados foram”<sup>100</sup>. Rio Branco ainda tenta convencê-lo, com o argumento de que seu discurso naquele momento “mostraria que V. Ex<sup>a</sup> nutre para com o governo e o povo dos Estados Unidos os mesmos sentimentos tão digna e eloquentemente manifestados em 1906 no Itamaraty e no Senado”<sup>101</sup>, em referência ao discurso de Rui na visita de Root.

Porém, Rui Barbosa estava irredutível e em uma longa resposta declara não guardar ressentimentos contra a nação norte-americana pelos “desacertos de sua delegação em Haia”, mas finalmente assume seus reais motivos para a recusa em comparecer ao banquete em honra da Esquadra:

<sup>98</sup> Discurso de 28/12/1907. Em RIO BRANCO, 1948a, p. 138.

<sup>99</sup> Ofício de Joaquim Nabuco para Rio Branco, 15/01/1908. AHI. Em BURNS, 2003, p. 163.

<sup>100</sup> Carta de Rui Barbosa para Rio Branco. 08/01/1908. AHI. Lata 814, pasta 10, maço 5.

<sup>101</sup> Carta de Rio Branco a Rui Barbosa. 12/01/1908. AHI. Lata 814, pasta 10, maço 5.

O que neste momento realmente presenciamos, é simplesmente o contrário, o reverso de 1906 e 1907: uma demonstração militar, a maior e menos oportuna ostentação de força naval que os mares já viram. Louvar eu este rasgo de prepotência marcial em plena paz seria, não só constrange os meus sentimentos, mas até contraria o meu recente papel em Haya<sup>102</sup>.

Ao fim da carta contemporiza: “a posição de V. Ex<sup>a</sup> é outra, Ministro do Exterior, tem dever de hospitalidade [?] e cortezia”<sup>103</sup>. Realmente a hospitalidade e a cortesia com os visitantes veio por parte do governo e também da população. A Revista Fon- Fon! de 18 de janeiro de 1908 por ocasião da chegada da Armada fez uma cobertura detalhada, trazendo inclusive fotos de cada um dos navios e um texto de boas vindas. Apesar da acolhida calorosa da população do Rio de Janeiro, onde uma multidão se juntou para ver a chegada dos navios e uma proverbial hospitalidade foi oferecida, segundo Burns (2003), a imprensa não deixou de ironizar a visita. Na charge de J. Carlos, em uma conversa entre Zé-Povo e Tio Sam, este fala da prova da “poderosa amizade” que os Estados Unidos estavam dando ao Brasil.

---

<sup>102</sup> Carta de Rui Barbosa para Rio Branco. 16/01/1908. AHI. Lata 814, pasta 10, maço 5.

<sup>103</sup> Carta de Rui Barbosa para Rio Branco. 16/01/1908. AHI. Lata 814, pasta 10, maço 5.



*Tio Sam* – Vou te dar uma prova, meu caro *Zé*, da minha *poderosa* amizade. Brevemente recebereis a visita da formidável esquadra que vou mandar ao Pacífico.

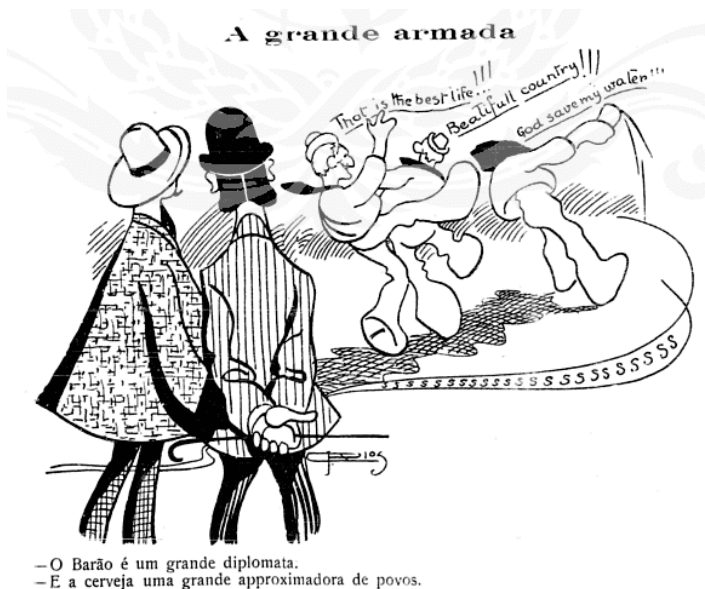
*Zé* – Obrigado, *tio Sam*, obrigado. Orgulham-me estas provas de amizade e sinto não poder retribuí-las com a mesma... força naval. Em todo o caso não está longe o dia em que também poderei dar-lhe uma prova da minha *poderosa* amizade.

**Figura 31:** Dois amigos, por J. Carlos

**Fonte:** *Fon-Fon!*, 11/01/1908. Biblioteca Nacional.

A permanência dos navios no Rio de Janeiro modificou a rotina da capital por alguns dias e a imprensa teve no comportamento dos marinheiros norte-americanos uma enorme fonte de sátiras. Retratados como beberões, briguentos e perigosos para as moças de boa família, renderam até um texto chamado o Perigo Americano, que denuncia a falta de senhoras pelas ruas da cidade. Amedrontadas pelos marinheiros e seu comportamento, elas estariam evitando o “perigo americano que nós desprezamos e elas tratavam de evitar”<sup>104</sup>. A Figura 32 resume bem a imagem deixada pelos tripulantes na capital do Brasil.

<sup>104</sup> O artigo da *Revista Fon-Fon!* Pode ser visto no Anexo B.



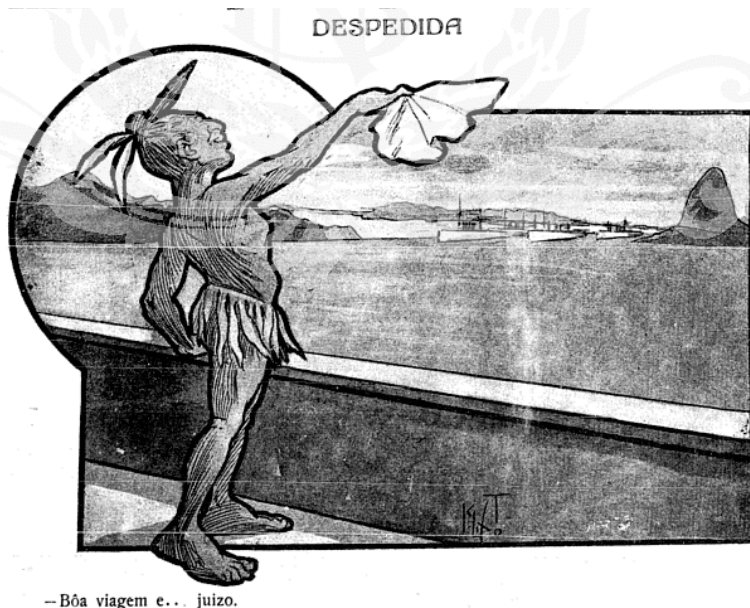
**Figura 32:** A grande Armada, por J. Carlos

**Fonte:** *Fon- Fon!*, 01/02/1908. Biblioteca Nacional.

Além de farto material para o anedotário da imprensa, a visita da Esquadra serviu para mostrar que as relações entre Brasil e Estados Unidos, se não eram de total alinhamento, ao menos não eram de inimizade. A despeito dos acontecimentos de Haia, Rio Branco continuava acreditando nos benefícios da adesão ao monroismo e do estreitamento das relações com os Estados Unidos, desde que nas condições de igualdade que julgava apropriadas. Tanto que no brinde realizado por ele no banquete em homenagem a Esquadra, fez questão de lembrar que o Brasil foi a primeira nação latino-americana a aceitar a Doutrina Monroe e de declarar sua convicção na firmeza e constância da amizade recíproca do Brasil e dos Estados Unidos.<sup>105</sup> Assim como a visita de Root tempos antes, a visita dos navios norte-americanos serviu para mostrar que os laços da relação entre os países estavam vivos. A diferença estava no contexto em que se davam. Se a primeira vinha embalada pelas esperanças de uma relação preferencial e pelo sucesso da Conferência do Rio de Janeiro, a segunda ocorria justamente para

<sup>105</sup> Discurso de 20/01/1908 no banquete em honra da Esquadra norte-americana. Publicado no *Jornal do comercio* de 21/01/1908. Em *RIO BRANCO*, 1948a, p. 143.

tentar apagar os efeitos de outra Conferência, a de Haia, e tentar reacender o otimismo sobre o futuro desta relação. De fato, foi possível mostrar que as relações não haviam sido definitivamente cortadas, mas há dúvidas de que a presença de navios de guerra tenha sido capaz de trazer à tona o mesmo entusiasmo anterior. Como mostra a Figura 3, o Brasil de certa forma havia perdido a inocência sobre sua irmã do Norte e recomendava “juízo”.



— Bôa viagem e... juízo.

**Figura 33:** Despedida, por Klixto

**Fonte:** *Fon- Fon!*, 25/01/1908. Biblioteca Nacional.

Se a visita da Esquadra conseguiu reestabelecer por completo a confiança entre Brasil e Estados Unidos não é possível afirmar com certeza. Porém, ao observar-se os planos de Rio Branco para a IV Conferência Internacional Americana, que seria realizada em 1910 em Buenos Aires, pode-se afirmar que ele mantinha-se firme na sua política de aproximação com os Estados Unidos. Rio Branco planejava que a delegação brasileira apresentasse a proposta de adoção de uma declaração formal reconhecendo o caráter benéfico da Doutrina Monroe. O documento foi preparado por Joaquim Nabuco pouco antes de sua morte:



O largo período decorrido desde a declaração da doutrina de Monroe habilita nos a reconhecer nella um factor permanente da paz externa ao continente americano. Por isso, festejando os primeiros esforços para a sua independencia, a América Latina envia a grande irmã do norte a expressão do seu reconhecimento por aquela nobre e desinteressada iniciativa de tão grande benefício para todo o mundo. (GANZERT, 1942, p. 447).

Rio Branco não quis precipitar um debate público da Doutrina Monroe no plenário da conferência e instruiu o presidente da delegação brasileira a sondar a recepção das delegações de Argentina e Chile à proposta. Se fosse bem recebida e demonstrasse potencial para obter o apoio da maioria dos delegados, estaria autorizado a apresentá-la na Assembleia Geral. Caso contrário, não deveria sequer ser apresentada. Como a resposta foi fria dos demais delegados, especialmente dos chilenos, que viam na adoção da declaração uma forma de sancionar a hegemonia dos Estados Unidos, a proposta jamais foi apresentada. As instruções do Ministro demonstram suas intenções de seguir com o processo de estreitamento de relações com Washington. No entanto, queria dar um passo certo, sem margem a divisões ou demonstração de fraqueza na adesão ao monroismo, afinal tratava-se também de mostrar o poder do Brasil em afirmar-se como liderança na região. Assim, percebe-se que Rio Branco manteve sua postura pragmática de apenas empreender políticas que rendessem benefícios para o Brasil, neste caso, exercer um papel de líder da região na defesa da Doutrina Monroe. Como averiguou que não alcançaria seu objetivo, nem sequer apresentou a proposta para não abalar o prestígio do Brasil e da própria Doutrina perante os demais países. Desta maneira, o Brasil saía de outra conferência internacional, tendo praticado a política de prestígio desenhada por Rio Branco, o maior pilar da condução da sua política externa, visando salvaguardar a política de aproximação com os Estados Unidos, a grande marca da sua longa gestão.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O Barão do Rio Branco representa o mito fundacional da moderna diplomacia brasileira e, como tal, teve sua vida e obra envoltas em um processo de mitificação que chega praticamente intacto aos dias atuais. Assim uma das preocupações principais da pesquisa foi mostrar as vozes dissonantes e as críticas recebidas por Rio Branco em diferentes momentos. O esforço por contextualizar o debate sobre a americanização da política externa brasileira buscou suprir a lacuna da falta de questionamento sobre os ditames do Chanceler. Por meio da análise da produção iconográfica na imprensa da época foi possível reconstituir um pouco do debate e ver através do mito Rio Branco. Este esforço por tirá-lo da categoria de mito para colocá-lo na de pensador e formulador de política para o Brasil de maneira alguma visou minimizar seu papel na história brasileira.

É fora de dúvida a importância do seu legado para a formação do território brasileiro, para a afirmação internacional do Brasil e para a profissionalização da diplomacia nacional. No plano simbólico, atuou como elemento que ajudou a impulsionar a construção da nova identidade do Brasil moderno, atuando decisivamente para a consecução de diversas modificações ocorridas durante o período da Belle Époque. Seja apoiando a realização de obras públicas modernizadoras, fomentando visitas de personalidades internacionais, promovendo a imagem do Brasil no exterior em feiras, congressos e conferências, seja apostando na profissionalização dos quadros do Itamaraty, Rio Branco promoveu uma política de prestígio que tinha o claro intuito de elevar o Brasil à categoria de “nação civilizada” e, com isso, ser capaz de ocupar o espaço de poder que acreditava que competia ao país no mundo e especificamente na América. Tendo claro seu papel, embora sem embarcar na ideia de infalibilidade e de uma coerência interna permanente, procurou-se estudar a interação entre a sua formação e as decisões tomadas em matéria de política exterior, em especial nas relações com os Estados Unidos.

Um homem de formação conservadora, monárquica e europeísta, o Barão carregava consigo uma visão muito clara da hierarquia existente entre as nações no mundo. Nunca escondeu sua simpatia pelo Império, acima de tudo pelo Imperador, apesar de jamais ter sido Restaurador. Aceitou o cargo de Ministro na República nascente com a justificativa

de trabalhar pela nação e não pelo regime político e, desde então, buscou estar alheio às disputas da política doméstica. Também nunca ocultou sua admiração pela civilização europeia, da qual o Brasil seria devedor. Aliás, creditava a este passado de raízes europeias a herança monárquica e, portanto, o traço distintivo do Brasil no continente em comparação às demais “republicquetas” que queriam “macaquear os Estados Unidos”.

Entretanto, sua formação e visões de mundo não o deixaram alheio à realidade que se apresentava. Ele foi capaz de observar e dimensionar o impacto da ascensão de uma nova potência no cenário mundial. Os Estados Unidos surgiam então como um novo centro de poder mundial e Rio Branco, através de um cálculo racional e até contra suas simpatias pessoais, decidiu estreitar relações com a nova potência. O comércio intenso já naquele momento entre os dois países, além da influência da Doutrina Monroe e, posteriormente, do Corolário Roosevelt, foram elementos tomados em consideração para a decisão da viabilidade de uma política de aproximação com Washington.

É certo que as relações entre os dois países eram já antigas e vinham desde o reconhecimento da independência do Brasil de forma pioneira pelos Estados Unidos. Porém, ainda que Rio Branco utilizasse com frequência o discurso da continuidade da política exterior brasileira para arrefecer os críticos de sua política americanista, o movimento de estreitamento de laços foi, sem dúvida, muito mais intenso na sua gestão no Itamaraty. Equilibrando o peso do passado com o futuro que se desenhava, além de sua própria formação e visão de mundo com uma realidade totalmente diversa, Rio Branco promoveu uma mudança no eixo diplomático do Brasil da Europa para os Estados Unidos. Não ficou isento de críticas, como buscou-se demonstrar. Tampouco sucumbiu ao entusiasmo americanista, como alguns de seus críticos afirmaram. Sua política de aproximação era pragmática e não significava de maneira alguma alinhamento automático. Na sua visão, interessava ao Brasil aliar-se aos Estados Unidos desde que estabelecida uma parceria em pé de igualdade de onde auferisse ganhos significativos.

Esta postura ficou clara quando analisou-se os momentos de inflexão no relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. A criação da Embaixada em Washington representou a formalização das intenções brasileiras de intensificar seu relacionamento com o país. Porém não foi uma medida unilateral, na medida em que ambas as legações foram elevadas de categoria. A realização da III Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro, sob a presidência de Joaquim Nabuco, e a consequente visita do Secretário de Estado norte-americano foi uma mostra de que a política de aproximação era uma prioridade para Rio

Branco e que também estava na pauta dos Estados Unidos. Porém, mais uma vez Rio Branco deu mostras do papel de relevo de sua formação quando no discurso de abertura da conferência prestou tributo à Europa, sem que isto o impedisse de tomar medidas que agradassem aos Estados Unidos. A Conferência da Paz de Haia configurou-se em um momento-chave para Brasil e Estados Unidos pelo potencial que teve para abalar as relações que vinham sendo construídas. O desentendimento entre as delegações abriu um impasse insolúvel que poderia ter culminado com o fim das relações privilegiadas que se buscava estabelecer. A adoção de uma postura frontalmente contrária a Washington na conferência serviu para mostrar novamente que o tipo de relação projetada por Rio Branco não passava pelo alinhamento e que a aproximação não era um fim em si mesmo. As instruções dadas a Rui Barbosa para que defendesse a tese da igualdade jurídica entre as nações, ainda que fosse de encontro as suas próprias convicções pessoais, já que via o mundo dividido entre diferentes categorias de “civilidade”, representavam sua tentativa de manter a política de prestígio que vinha desenvolvendo. Desta maneira, pretendia que o Brasil saísse de Haia prestigiado, ainda que perdesse a batalha jurídico-diplomática. Ainda que ofendido pelo tratamento recebido dos norte-americanos, Rio Branco aceita a visita da Esquadra para selar a paz entre os países e demonstra que seu pragmatismo estava acima de qualquer paixão pessoal na condução da política exterior do Brasil.



## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

### 6.1 Obras de referência

ACCIOLY, Hildebrando. **O Barão do Rio Branco e a 2ª Conferência da Haia**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

ALMINO, João; CARDIM, Carlos Henrique. **Rio Branco: América do Sul e a Modernização do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2002.

ALONSO, Ângela. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ARAÚJO JORGE, AG. **Introdução às obras do barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. Topbooks, 2005.

BURNS, E. Bradford. As relações Internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1988, T. III, V. 2.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990..

CIDADE, F. de Paula; CORREIA, Jonas. **Barão do Rio Branco: estudo de sua vida e sua obra**. 2ª ed. Belo Horizonte: Opera Prima, 1998.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRANCO, Álvaro da Costa; CARDIM, Carlos Henrique. (Org.). **O Barão do Rio Branco por grandes autores**. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

MARANHÃO, Jarbas. **Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2002.

MIRANDA, Nair; LLAMPAYAS, Ramón. **Barão do Rio Branco: Grandes Figuras em quadrinhos**. Nº 14. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, (?).

RIO-BRANCO, Miguel. **Correspondência entre D. Pedro II e o Barão do Rio Branco**. Companhia Editora Nacional, 1957.

VINHOSA, F.L.T. As relações Brasil-EUA durante a Primeira república. **Revista do IHGB**, v.378/9, p. 280-94, 1993.

## 6.2 Obras citadas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O legado do Barão: Rio Branco e a moderna diplomacia brasileira. **RBPI**, no. 2, mês 7-12, 1996.

ALONSO, Angela. O memorialista interessado – a construção da imagem do Império na Primeira República. **32º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, outubro, 2008.

AMADO, Gilberto. Rio Branco. In: FRANCO, Álvaro da Costa; CARDIM, Carlos Henrique. (Org.). **O Barão do Rio Branco por grandes autores**. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

ARAÚJO, João Hermes Pereira de. O Barão do Rio Branco e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: ALMINO, João; CARDIM, Carlos Henrique. **Rio Branco: América do Sul e a Modernização do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2002.

ARMANI, Carlos Henrique. Exterior constitutivo e interior transitivo: os componentes identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 167-180, junho 2005.

BANDEIRA, Moniz. **Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização – A presença dos Estados Unidos no Brasil**. São Paulo: Ed. SENAC, 1998, p. 161.

BARRETO, Lima. **Os bruzundangas**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2002.

BROCA, BRITO. **A vida literária no Brasil - 1900**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Academia Brasileira de Letras, 2005.

BUENO, Clodoaldo. **A república e sua política exterior (1889-1902)**. São Paulo-Brasília: Editora da Universidade Estadual Paulista-Fundação Alexandre Gusmão, 1995.



BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João. (Org.) **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902-1918**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

BURNS, E. Bradford. **A aliança não escrita: O Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

CARVALHO Affonso de. **Rio Branco: sua vida sua obra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

CASASANTA, Mario. Apresentação. In: PRADO, Eduardo. **Antologia**. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

D'AMARAL, Márcio Tavares. **Barão do Rio Branco: a vida dos grandes brasileiros**. Vol. 8. São Paulo: Editora Três, 2001.

FLEURY, Renato Sêneca. **Barão do Rio Branco**. 3ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FONSECA Jr., Gelson. Rio Branco e o Panamericanismo: anotações sobre a II Conferência Internacional Americana. In: CARDIM, C. H.; ALMINO, João. (Org.) **Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil**. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.

GANZERT, Frederic William. The Baron Do Rio-Branco, Joaquim Nabuco, and the Growth of Brazilian-American Friendship, 1900-1910. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 22, No. 3, Aug., 1942.

GARCIA, Rodolfo (Org.). **Efemérides brasileiras: José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, 1845-1912**. Brasília : Senado Federal, 1999.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)**. Passo Fundo (RS): Méritos, 2007.

HENRICH, Nathália. A construção da imagem do barão do Rio Branco por meio de suas biografias. Trabalho apresentado no **XII Encontro Estadual de História, Ensino e Pesquisa**, Criciúma, 2008.

JACKSON, Kenneth David. A Statesman in the Academy: Joaquim Nabuco at Yale. São Paulo: **Estudos Avançados**, vol.22, n.62, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAUSE, Pedro. “Nas palminhas”: charges sobre Rui Barbosa em Haia. **Revista Achegas**, n. 35, mai-jun 2007. Disponível em: <www.achegas.net>. Acesso em: ago. 2007.

KRAUSE, Pedro. O “povo” na retórica da charge: Zé povinho e Zé povo na imprensa lusobrasileira (1875-1907). Londrina: **Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem**, 2009.

KRAUSE, Pedro. O Amplexo: triunfos de um Brasil moderno. **Cadernos de Iniciação Científica**. Fundação Casa de Rui Barbosa. N. 2, Março, 2008.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LASLETT, Peter. (ed.). Philosophy, Politics and Society. Oxford: Blackwell, 1956. *apud* SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010.

LASLETT, Peter. Introduction. In: John Locke, Two Treatises on Government. Cambridge: Cambridge University Press, 1960. *apud* SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

LIMA SOBRINHO, BARBOSA. Oliveira Lima: sua vida e sua obra. In: LIMA, Oliveira; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Obra seleta**. Rio de Janeiro: MEC: INL, 1971.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. São Paulo: J. Olympio, 1963.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. **Do Americanismo ao Universalismo: As Transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964**. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2006.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História política**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1996.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. Trabalho apresentado no **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação**, Campo Grande /MS, setembro 2001.

MOURA, Cristina Patriota de. Herança e Metamorfose: a construção social de dois Rios Brancos. **Revista Estudos Históricos**. nº 25. Heróis nacionais. 2000/1.

MOURA, Cristina Patriota de. **Rio Branco: a Monarquia e a República**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco, por sua filha Carolina Nabuco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

NABUCO, Joaquim. **Joaquim Nabuco diários, 1873-1910**. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

NAPOLEÃO, Aluizio. **Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.

NOGUEIRA, Andréa de Araujo. A charge: função social e paradigma cultural. **XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, Belo Horizonte, set. 2003.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Obra seleta**. Rio de Janeiro: MEC: INL, 1971.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Pan-americanismo: Monroe, Bolivar, Roosevelt**. Brasília: Senado Federal,/ Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

PEREIRA, Daniel Mesquita; FELIPPE, Eduardo Ferraz. Missivas que constroem limites: projeto intelectual e projeto político nas cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco (1886-1903). **Rev. Bras. Hist.**, vol.28, no.56, 2008.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. **A política externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 5ª ed. São Paulo: IBRASA, 1980.

RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobrás, 2000.

RIO BRANCO, Barão do. Artigos Anônimos e Pseudônimos do Barão do Rio Branco por José Maria da Silva Paranhos Junior. Brasília, **Cadernos do CHDD**, nº1, mês 7-12, ano 2002.

RIO BRANCO, Barão do. **Discursos**. Obras do Barão do Rio Branco. Vol. IX. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948(a).

RIO BRANCO, Barão do. **Estudos históricos**. Obras do Barão do Rio Branco. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948(b).

ROBERTSON, William Spence. The First Legations of the United States in Latin America. **The Mississippi Valley Historical Review**, Vol. 2, No. 2, Sep., 1915.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alexandra de Mello e. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Revista Estudos Históricos**, vol. 1, n.15, 1995.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: Skinner, Quentin. **Visions of Politics**, vol. 1 (Regarding Method), Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

SUPPO, Hugo. Ciência e Relações Internacionais: o Congresso de 1905.

**Revista da SBHC**, N° I, 2003 . Disponível em:

<mast.br/arquivos\_sbhc/1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2007.

VERÍSSIMO, José. **Homens e coisas estrangeiras 1899-1908**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

VIANA FILHO, Luiz. **A Vida do Barão do Rio Branco. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio**; Brasília: INL, 1988.

VILALVA, Mario. O Barão do Rio Branco: seu tempo, sua obra e seu legado. **RBPI**, Ano 38, n.º 1, 1995.

WILGUS, A. Curtis. The Third International American Conference at Rio de Janeiro, 1906. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 12, No. 4, Nov., 1932.



## ANEXO A

Telegrama de Joaquim Nabuco para Rio Branco. 30/07/1902.

Blatt Nr. 93.		Rio Branco 10 Ketrfurstendamm Berlin =	
Mr. 50			
im Re.			
Aufgenommen von		Telegraphie des Deutschen Reiches.	
den 1 um Uhr		um Uhr	
durch		durch	
Berlin, Haupt-Telegraphenamt.		Ausgefertigt	
Telegramm auf		de London 4270 96 7 5/4 =	
28. 1902		den 28 um Uhr Min.	
<p>Voce nam deve hesitar. Pense nome seu e seu paes. De que serviria salvar territorios caçando paiz cada vez mais. Oferecese occasiao unica voce influir destinos politicos paiz. Resto pertence futuro. Quanto veras, viveria Pentropolis, Corcovado, Tijuca, finanças, viveria dentro ordenado methor que ahi. Acre, teria passado ou voce arranjaria; Reul ganharia immenso. Voce ja escreveu. Va agora fazer historia, considerando necessidade paiz tenhomens governo como voce tudo mais seria deserto. Abril seria tarde Como nasceer assim administracao. Vivera ate fim e he para bem nascer que precisa voce = Nabuco +</p> <p>homens governo como voce. Tudo mais seria</p>			

Fonte: AHI. Lata 832, maço 1, pasta 1.





## ANEXO B

Artigo O perigo Americano, *Revista Fon-Fon!*

## O perigo americano

Durante os dez ultimos dias, foi notavel a redução do numero de senhoras nas principaes das nossas ruas.

O calor, talvez, o insupportavel calor africano que anda a derreter-nos? A partida para as cidades de verão? Qual! mais intenso tem sido o calor em outros dias e, entretanto, a graça feminina nunca deixou de encantar as nossas modernas Avenidas.

Por isto, nestes ultimos dez dias, era desolador o aspecto da Cidade, sob o dominio inesthetico do sexo barbado.

Mesmo na Avenida Botafogo, á noite ou á tarde, raras eram as senhoras que se arriscavam á delicia dos passeios.

Figueiredo Pimentel, Luiz Edmundo, Assis Carvalho, Joaquim Eulalio, suavam, esbofavam-se para descobrir a elegancia de uma toilette, que pudessem descrever nos jornaes.

*Chez Cavé* parecia que o chá das cinco era feito expressamente para as caras barbadas. A ultima vez que lá estivemos, só vimos sujeitos barbudos e nem um rosto encantador de mulher...

Que desolação!

Em compensação não havia recanto da Cidade onde não se encontrasse meia duzia de marinheiros americanos, com a sua roupa branca, a sua cara desbarbada e vermelha, sadios e fortes. Foi a nota da semana; a affluencia de americanos e a ausencia de senhoras.

E' que ellas, como representantes legitimas da fragilidade humana, não se sentiam bem, diante da exhibição monumental de toda aquella força yankee.

Era o "perigo americano," que nós desprezamos e que ellas tratavam de... evitar.

Fonte: *Fon-Fon!*, 25/01/1908. Biblioteca Nacional.